

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

MARCOS PAULO SANTOS

**SEXISMO LINGUÍSTICO E NOMES GERAIS: a construção de uma
língua inclusiva**

BELO HORIZONTE/MG

2019

Marcos Paulo Santos

**SEXISMO LINGUÍSTICO E NOMES GERAIS: a construção de uma
língua inclusiva**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva

Linha de pesquisa: Estudo da Variação e Mudança Linguística

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Tadeu Roque Amaral

Belo Horizonte/MG
Faculdade de Letras da UFMG
2019

S237s

Santos, Marcos Paulo.

Sexismo linguístico e nomes gerais [manuscrito] : a construção de uma língua inclusiva / Marcos Paulo Santos. – 2019.

132 f., enc. : il., tabs., grafs., p&b., color.

Orientador: Eduardo Tadeu Roque Amaral.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Linha de pesquisa: Estudo da Variação e Mudança Linguística.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 113-117.

Apêndices: f. 118-132.

1. Língua portuguesa – Variação – Teses. 2. Mudanças linguísticas – Teses. 3. Linguagem – Política governamental – Teses. 4. Sexismo na linguagem – Teses. 5. Sociolinguística – Teses. 6. Nomes – Teses. I. Amaral, Eduardo Tadeu Roque. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD : 469.798



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS



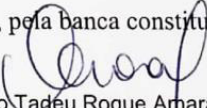
FOLHA DE APROVAÇÃO


Sexismo linguístico e nomes gerais: a construção de uma língua inclusiva

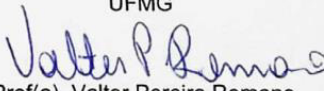
MARCOS PAULO SANTOS

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Mestre em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, área de concentração LINGÜÍSTICA TEÓRICA E DESCRITIVA, linha de pesquisa Estudo da Variação e Mudança Linguística.

Aprovada em 14 de fevereiro de 2019, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Eduardo Tadeu Roque Amaral - Orientador
UFMG


Prof(a). Maria Candida Trindade Costa de Seabra
UFMG


Prof(a). Valter Pereira Romano
UFLA

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2019.

Dedico este trabalho **a todas as mulheres da minha vida**, que, mesmo sem saber, travam batalhas diárias em uma luta contínua contra as opressões de nossa sociedade.

À minha mãe e minhas irmãs em especial, por tudo que me ensinaram.

Ao meu orientador, **professor Dr. Eduardo Amaral**, pela sua contínua e intensa dedicação à construção do saber.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe e ao meu pai, Célia e Francisco, por todo esforço que realizaram durante toda a vida para que eu pudesse, hoje, estar onde estou e ser quem eu sou.

À minha irmã Fernanda, pelo exemplo de mulher guerreira e mãe dedicada que você é.

À minha irmã Patrícia, por ser meu termômetro de dedicação, meu exemplo de persistência e força de vontade, obrigado por todo apoio e ensinamentos no decorrer de todos esses longos anos.

Ao meu sobrinho, Matheus, pela esperança de um futuro melhor.

Ao professor Dr. Eduardo Amaral, por toda sua dedicação e confiança depositadas em mim desde minha graduação. Obrigado por todas sugestões, dicas e instruções que hoje fazem parte do profissional que sou.

Aos meus amigos, Bossuet, Léo, Saulo, Luciano, Felipe Roner, Rafael, André Flausino, que pacientemente me escutaram e me apoiaram ao longo deste árduo caminho.

Às minhas amigas, em especial Kênia, Mayumme, Marina, Thaís, Sílvia, Brunna, Gabriella e Nanda, pela amizade, pelo amor e por todos os ensinamentos sobre a difícil tarefa de ser mulher em nossa sociedade.

Ao meu estimado e querido André de Moura, por todas as horas e mais horas de conversas e de experiências compartilhadas ao longo dos anos.

Aos meus professores e professoras da Faculdade de Letras, que, das mais diversas formas, contribuíram para minha formação.

À Faculdade de Letras e ao Poslin, pela oportunidade e pelo ensino de qualidade oferecidos.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que de alguma forma estiveram comigo, incentivando-me e encorajando-me na realização desta pesquisa, minha eterna gratidão.

*“Os limites da minha linguagem denotam
os limites do meu mundo”*

Ludwig Wittgenstein

RESUMO

Este estudo objetiva analisar estratégias linguísticas que evitam o uso do *gênero gramatical masculino* como forma de referência a homens e mulheres. Políticas linguísticas para um uso inclusivo da língua têm se tornado mais comuns nas sociedades contemporâneas e são questionadas sobre a necessidade das normas prescritivas que visam evitar um sexismo linguístico, conforme discutido por Bodelón e Rubio (2012), Bengoechea (2015), Mäder, Severo (2016) e Lagares (2018). Nesse sentido, o estado do Rio Grande do Sul criou um guia de redação para um uso não sexista da língua (TOLEDO et al., 2014). Em uma perspectiva da variação e mudança linguística, de Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), da variação linguística em nível lexical, Biderman (2001), além das noções de norma linguística e prescrição de usos, por Coseriu (1962, 1980) e Faraco e Zilles (2017), busca-se, neste trabalho, observar diferentes formas de referência a homens e mulheres de modo simultâneo, em especial o uso de *nomes gerais*. Os nomes gerais são itens em processo de gramaticalização e muito frequentes para referência a seres humanos quando não se deseja identificar características específicas, como o sexo, e são dotados de traços semânticos mínimos, conforme Halliday e Hasan (1995 [1976]), Amaral (2013a, 2013b), Amaral e Ramos (2014), etc. Todo conjunto de dados da pesquisa foi tratado com auxílio do software AntConc (ANTHONY, 2018). Foram analisados 3680 dados de textos de falas de parlamentares em pronunciamentos nas assembleias legislativas de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Foi possível classificar os dados quanto ao uso: sexista (2242 ocorrências) e não sexista (1438 ocorrências). Observa-se um processo de variação nos dois estados, mas tendendo a uma mudança mais acentuada no estado gaúcho, onde os usos não sexistas cresceram acompanhados de redução de usos sexistas. Por outro lado, no estado mineiro, os usos sexistas apresentaram aumento. Constatou-se ainda que o uso de nomes gerais de referência a seres humanos é uma estratégia relevante na construção de uma língua inclusiva. Esses itens representam 26,7% do total de dados, e 68,2% das estratégias consideradas não sexistas, tendo maior relevância de usos entre os/as parlamentares do estado de Minas Gerais. Entre os nomes gerais analisados, *pessoa* mostrou-se como item mais frequente e relevante como referência não sexista a seres humanos, com 506 ocorrências. Os resultados nos apontam a possível existência, no estado gaúcho, de uma maior preocupação com o uso de uma língua com mais equidade entre homens e mulheres, devido às políticas linguísticas para esse fim. Além disso, os resultados obtidos nos permitem compreender a efetividade das sugestões para um uso não sexista da língua, como a duplicação de nomes, *professores* e *professoras*, ou de determinantes, como *nossos atletas* e *nossas atletas*, além da utilização dos nomes gerais. Tais propostas de uma linguagem não sexista se mostram frequentes no uso empírico e bem aceitas entre os críticos da elaboração de uma língua inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Sexismo linguístico. Variação e mudança linguística. Língua inclusiva. Nomes gerais.

ABSTRACT

This study aims to analyze different ways of avoiding the use of masculine grammatical gender to denote both genders (men and women). The linguistic policy for an inclusive use of language have become more common in contemporary societies. As discussed by Bodelón and Rubio (2012), Bengoechea (2015), Mäder, Severo (2016) and Lagares (2018), these ideas are frequent targets of inquiries about relevance of prescriptive proposals that aim to avoid the linguistic sexism. The Rio Grande do Sul State developed a style guide for a non-sexist use of the language (TOLEDO et al., 2014). Through the variation and linguistic change, in Weinreich, Labov and Herzog (2006 [1968]), through the lexical variation, Biderman (2001), the notions of linguistic norm (standard language) and prescription of uses, in Coseriu (1962, 1980) and Faraco and Zilles (2017), we pursued to observe the different linguistic forms to relate to men and women, especially regarding the use of *general nouns*. The general nouns are lexical items in grammaticalization processing. These names are very frequent in reference to human beings when the identification of specific characteristics such as sex is not requested or desired, they are endowed with low semantic features according to authors such as Halliday and Hasan (1995 [1976]), Amaral (2013a, 2013b), Amaral and Ramos (2014) and Mihatsch (2015). The data was prepared using AntConc software (ANTHONY, 2018). The search results allowed us to investigate 3680 occurrences in texts of speeches of parliamentarians in pronouncements of the legislative assemblies in Minas Gerais and Rio Grande do Sul States. The main results allowed us to classify the data regarding its use: sexist (2242 occurrences) and non-sexist (1438 occurrences). There was a process of variation in the two States, but tended to a more marked change in Rio Grande do Sul State, where the non-sexist uses grew, accompanied by a drop of uses considered sexist. On the other hand, in the Minas Gerais State, the sexist uses increased. We observed that the uses of general nouns to outline human beings is a relevant strategy in the construction of an inclusive language. These names represented 26.7% of the total data, and 68.2% of the strategies considered non-sexist, with greater relevance of uses among the informants of Minas Gerais State. Amongst the general nouns analyzed, *pessoa(s)* (person/people) was shown as a more frequent and relevant one as a non-sexist reference to humans, with 506 occurrences. The results also allow us to point out the possible existence in Rio Grande do Sul State of a greater concern with the use of a language with more equality between men and women by the existence of linguistic policies. It is possible to understand the effectiveness of different proposals for a non-sexist use of the language, as the uses of general nouns and other lexical strategies, as replicating nouns. These purposes have been frequent in the empirical use and best accepted by critics of the elaboration of an inclusive language.

KEYWORDS: Linguistic sexism. Variation and linguistic change. Inclusive language. General nouns.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Tela do <i>software</i> Antconc: fragmento da lista de concordância gerada para o item <i>mulher</i>	50
Gráfico 1 – Percentuais de usos não sexistas totais.....	72
Gráfico 2 – Percentuais de usos não sexistas totais excluídos os NG [+hum]	74
Gráfico 3 – Percentuais de usos não sexistas apenas em contexto que permite NG [+hum] ...	77
Gráfico 4 – Percentuais de usos não sexistas apenas em contexto que permite NG [+hum] sem a presença dos NG [+hum]	79
Gráfico 5 – Variação no tipo de estratégia não sexista utilizada em Minas Gerais	82
Gráfico 6 – Variação no tipo de estratégia não sexista utilizada no Rio Grande do Sul.....	82
Quadro 1 – Instrumentos prescritivos para erradicação de uma linguagem sexista.....	35
Quadro 2 – Usos excludentes e não excludentes	36
Quadro 3 – Lista de nomes gerais do inglês e seus traços semânticos	39
Quadro 4 – Relação de deputados e deputadas da amostra de dados da ALMG	51
Quadro 5 – Relação de deputados e deputadas da amostra de dados da ALRS	53
Quadro 6 – Itens lexicais coletados nos dados e número de ocorrências	56
Quadro 7 – Critérios de classificação das ocorrências	60
Quadro 8 – Deputados e deputadas da amostra qualitativa	66
Quadro 9 – Lista das mil lexias mais frequentes no conjunto total de dados.....	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número total de deputados e deputadas com pronunciamentos coletados em cada	54
Tabela 2 – Tokens/types por sincronia	54
Tabela 3 – Número de ocorrências das lexias estratificado por tipo de uso.....	67
Tabela 4 – Número de ocorrências das lexias estratificado por tipo de uso, estado e período	69
Tabela 5 – Valores percentuais e ocorrências de usos sexistas e não sexistas	71
Tabela 6 – Ocorrências de nomes gerais [+hum]	73
Tabela 7 – Valores percentuais e ocorrências de usos sexistas e não sexistas excluídos os NG [+hum]	73
Tabela 8 – Valores percentuais e ocorrências de usos sexistas e não sexistas apenas em contexto que permite NG [+hum].....	76
Tabela 9 – Valores percentuais e ocorrências de usos sexistas e não sexistas apenas em contexto que permite NG [+hum] sem a presença dos NG [+hum]	78
Tabela 10 – Percentual dos NG [+hum] em relação ao total de usos não sexistas.....	80
Tabela 11 – Médias de usos entre parlamentares com mandatos em duas legislaturas (ALMG)	89
Tabela 12 – Médias de usos entre parlamentares com mandato em uma legislatura	89
Tabela 13 – Médias de usos entre parlamentares com mandatos em duas legislaturas desconsiderados os NG [+hum] (ALMG)	90
Tabela 14 – Médias de usos entre parlamentares com mandato em uma legislatura desconsiderados os NG [+hum] (ALMG)	90
Tabela 15 – Médias de usos entre parlamentares com mandatos em duas legislaturas (ALRS)	91
Tabela 16 – Médias de usos entre parlamentares com mandato em uma legislatura (ALRS) .	91
Tabela 17 – Médias de usos entre parlamentares com mandatos em duas legislaturas desconsiderados os NG [+hum] (ALRS).....	92
Tabela 18 – Médias de usos entre parlamentares com mandato em uma legislatura desconsiderados os NG [+hum] (ALRS).....	92
Tabela 19 – Usos não sexistas excluídos os NG [+hum] por parlamentares na ALMG	123
Tabela 20 – Usos não sexistas excluídos os NG [+hum] por parlamentares na ALRS.....	125

Tabela 21 – Usos sexistas e não sexistas distribuídos por parlamentares em Minas Gerais.. 127

Tabela 22 – Usos sexistas e não sexistas distribuídos por parlamentares no Rio Grande do Sul
..... 129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALMG	Assembleia Legislativa do estado de Minas Gerais
ALRS	Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul
GT	Gramática tradicional
MUNSL	Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz bem se entende
NG [+hum]	Nomes gerais de referência a seres humanos
SPM-RS	Secretaria de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WLH	Uriel Weinreich, William Labov e Marvin Herzog

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 Variação e mudança linguística	19
2.2 Estudos do léxico e da variação lexical	23
2.3 Prescrição e norma: processos normativos	26
2.4 Língua, gênero e poder	30
2.4.1 Política linguística: ideologias e ativismo linguístico	33
2.5 Os nomes gerais	39
2.5.1 <i>gente</i>	42
2.5.2 <i>humanos</i>	43
2.5.3 <i>pessoa(s)</i>	43
2.5.4 <i>pessoal</i>	44
2.5.5 <i>povo</i>	45
2.5.6 <i>ser(res) humano(s)</i>	46
2.5.7 <i>indivíduo</i>	46
2.5.8 <i>sujeito</i>	47
3 METODOLOGIA.....	49
3.1 A escolha dos dados	49
3.1.1 ALMG	50
3.1.2 ALRS	52
3.2 Tratamento quantitativo.....	54
3.2.1 A escolha dos itens analisados e os casos desconsiderados	56
3.2.2 Análise e classificação das ocorrências	60
3.2.2.1 Contextos de NG [+hum]: casos especiais	62
3.3 Tratamento qualitativo.....	65
4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS	67
4.1 Análise quantitativa	67
4.1.1 Contextos totais	71
4.1.2 Contextos totais com a exclusão dos NG [+hum]	73
4.1.3 Contextos que permitem o uso de NG [+hum].....	75
4.1.4 Contextos que permitem o uso de NG [+hum] sem a presença dos NG [+hum]	77
4.1.5 Os nomes gerais.....	79
4.1.5.1 <i>humanos</i>	83
4.1.5.2 <i>ser(res) humano(s)</i>	83
4.1.5.3 <i>gente</i>	84

4.1.5.4 <i>pessoal</i>	86
4.1.5.5 <i>povo</i>	86
4.1.5.6 <i>pessoa(s)</i>	87
4.1.6 Médias de usos por parlamentares	88
4.1.6.1 Parlamentares da ALMG	88
4.1.6.2 Parlamentares da ALRS	90
4.2 Análise qualitativa	93
4.2.1 Nomes sem marca morfológica que identifique o sexo dos referentes	94
4.2.2 Duplicações	95
4.2.3 Conjuntos de seres humanos	97
4.2.3.1 <i>classe trabalhadora</i>	98
4.2.3.2 <i>corpo técnico</i>	98
4.2.3.3 <i>direção</i>	98
4.2.3.4 <i>equipe</i>	99
4.2.3.5 <i>humanidade</i>	100
4.2.3.6 <i>juventude</i>	100
4.2.3.7 <i>liderança</i>	101
4.2.3.8 <i>mocidade</i>	102
4.2.3.9 <i>oposição</i>	102
4.2.3.10 <i>polícia</i>	103
4.2.4 Pronome indefinido	103
4.2.5 Nomes gerais [+hum]	104
4.2.6 Casos especiais	105
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
APÊNDICES	118

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem interesse em analisar, por um viés da teoria da variação e mudança linguística, a construção de sintagmas nominais de referência a grupos de seres humanos formados simultaneamente por homens e mulheres, observando-se especialmente o uso dos nomes gerais de referência a seres humanos (NG [+hum]) como estratégia de construção de uma linguagem não sexista.

De acordo com uma perspectiva da gramática tradicional (GT) e dos estudos linguísticos sobre o conceito de *gênero gramatical*, a referência simultânea a homens e mulheres deve ocorrer pelo uso de nomes flexionados em suas formas *masculinas*, consideradas formas *não marcadas*. Segundo Bechara (2009),

é pacífica [...] a informação de que a oposição masculino – feminino faz alusão a outros aspectos da realidade, diferentes da diversidade de sexo, e serve para distinguir os objetos substantivos por certas qualidades semânticas, pelas quais o masculino é uma forma geral, **não marcada semanticamente**, enquanto feminino expressa uma especialização qualquer [...] (2009, p. 132, **negrito** nosso).

O conceito de forma não marcada, entretanto, tem sido cada vez mais questionado por movimentos sociais, sobretudo aqueles de caráter feminista, que problematizam o uso de uma forma masculina (ainda que gramaticalmente fundamentada) como sendo genérica. Para esses movimentos, tais usos estariam relacionados a uma prática social sexista que excluiria, desde muito tempo, a mulher como sujeito ativo da dinâmica social.

As motivações desta pesquisa surgem da existência, no Brasil, de um manual de redação, obra que prescreve instruções normativas para um uso menos sexista da língua. O guia, intitulado *Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz bem se entende*, identificado neste trabalho como MUNSL (TOLEDO et al., 2014), publicado pelo governo do estado do Rio Grande do Sul em 2014, destaca-se como um documento que orienta e prescreve o uso da língua oficial a ser aplicada em documentos dos mais diversos tipos nos órgãos da administração pública. A sua elaboração visa à promoção de uma linguagem que se apresente como menos sexista e mais inclusiva às lutas de equidade de gênero entre homens e mulheres na instância dos serviços do Estado e na sociedade em geral:

[...] aspiramos promover, dentro das instituições públicas, o uso de uma linguagem inclusiva onde seja visível a presença, a situação e papel das mulheres na sociedade em geral e no discurso da administração pública em particular, tal e como ocorre com os homens. Pretendemos contribuir para eliminar dos documentos, ofícios, relatórios, circulares, convocatórias, cartazes, materiais didáticos, etc. (elaborados nessas

instituições) o uso de uma linguagem sexista-discriminatória e utilizar uma alternativa de uso correto que contribua para a equidade de gênero (TOLEDO et al., 2014, p. 16).

Dessa forma, o texto do manual atua de um modo a instrumentalizar e prescrever um uso e um saber a respeito da língua. Essa concepção prescritiva dos manuais já foi apontada por Auroux (1992, *apud* GARCIA et al., 2016) sobre a formação da sistematização do saber linguístico em instrumentos como gramáticas e dicionários.

São considerados usos *sexistas*, pelo texto do MUNSL (TOLEDO et al., 2014), a aplicação de nomes masculinos para referência genérica a homens e mulheres. Os exemplos (1) a (4), retirados do banco de dados constituído para esta pesquisa, ilustram esses usos:

- (1) Atualmente gere 1.037 **alunos**, 119 **funcionários**, em uma escola comprometida com a qualidade de ensino, sentindo-se realizada com o sucesso pedagógico dos **educandos** e com a equipe que possui. (MG17M-Anselmo José Domingos)¹
- (2) Gente, há coisas que são para Deus, e coisas que são para o **homem**. (MG17M-Sargento Rodrigues)
- (3) Em nome de **todos os gaúchos**, agradeço a decisão ao secretário e **aos técnicos** da Secretaria da Agricultura do Estado. (RS17M-Bombeiro Bianchini)
- (4) A ministra Iriny Lopes destacou o programa Educação para a Diversidade e Gênero, que produzirá em conjunto com o Ministério da Educação, formando em torno de meio milhão de **professores** que terão a tarefa de romper a cultura conservadora dentro da sala de aula. (RS11F-Ana Affonso)

O uso do masculino genérico é questionado como forma de referência a mulheres devido à polissemia de sua interpretação. O trecho (5) abaixo, recorte de um pronunciamento realizado pela deputada Ana Affonso na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS) em março de 2011, indica como o masculino *deputados* pode ser empregado para se referir a apenas homens:

- (5) Ao saudar as companheiras deputadas Marisa Formolo, Miriam Marroni, Maria Helena Sartori, Silvana Covatti e Juliana Brizola, saúdo a **todos os deputados** que compõem o Parlamento gaúcho. (RS11F-Ana Affonso)

Por outro lado, os usos linguísticos que o guia de redação aponta como *não sexistas* são aqueles que identificam explicitamente a mulher por meio de nomes flexionados na forma

¹ Todos os(as) parlamentares estão identificados em todos os exemplos ao longo do texto. O código identifica: o estado ao qual se refere o dado (MG = Minas Gerais; RS = Rio Grande do Sul); o ano (11 = 2011; 17 = 2017); o sexo do(a) parlamentar (F = feminino; M = masculino); seguido do nome parlamentar.

feminina, ou ainda o uso de outras estratégias, entre elas os NG [+hum]. Para Mäder e Severo (2016), a construção de uma linguagem não sexista pode se apresentar de vários modos:

uma mudança gramatical com o objetivo de eliminar marcas sexistas da língua seria, por exemplo, a não utilização do gênero gramatical masculino para a referência a homens e mulheres (masculino genérico), e uma mudança ainda mais radical seria a criação de um outro gênero gramatical para pessoas que não se identificam nem com o masculino nem com o feminino (MÄDER; SEVERO, 2016, p. 246).

O texto do MUNSL traz diversas considerações sobre a relação entre o uso da língua e a propagação de preconceitos e de disparidades entre gêneros/sexo:

uma das formas mais sutis de transmitir essa discriminação é através da língua, pois esta nada mais é que o reflexo de valores, do pensamento, da sociedade que a cria e utiliza. Nada do que dizemos em cada momento de nossa vida é neutro: todas as palavras têm uma leitura de gênero (TOLEDO et al., 2014, p. 15).

Dessa maneira, sendo a discussão sobre uma linguagem inclusiva um assunto ainda pouco estudado por uma perspectiva linguística, sobretudo à luz da teoria da variação e mudança, justifica-se a elaboração e execução deste trabalho como modo de poder observar possíveis mudanças na língua que verifiquem a efetividade dos questionamentos sociais atuais quanto à igualdade de tratamento linguístico entre os sexos.

Os principais objetivos desta pesquisa são, portanto, verificar uma possível influência das prescrições normativas de políticas linguísticas sobre o uso e a consequente variação da língua, bem como verificar a presença e a importância do uso dos NG [+hum] como estratégia concreta de construção de uma linguagem que seja menos sexista. Além disso, objetiva-se poder apontar, dentro de um aparato teórico que considere a variação linguística, a relevância das normas prescritivas no uso da língua, bem como compreender a real efetividade das propostas de uma linguagem não sexista no que diz respeito ao uso do masculino genérico.

O conjunto de dados usados para análise empírica nesta pesquisa foi composto por textos transcritos das falas de deputados e deputadas das assembleias legislativas dos estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Os processos de manipulação e tratamento dos dados coletados, bem como a contagem de palavras e elaboração de listas de frequência, foram realizados por meio do *software* AntConc (ANTHONY, 2018). O valor total de contagem de palavras do conjunto de dados coletados foi de aproximadamente 449.895 itens. Os dados foram tratados, selecionados e classificados, resultando em um total de 3680 ocorrências entre usos classificados como sexistas e também usos não sexistas. A escolha da origem dos dados se deu pela existência do MUNSL no estado gaúcho. Assim, estaria o uso da língua de fato mudando nesse contexto? O fato de haver, em um estado da federação, um manual prescrevendo regras

ditas não sexistas estaria influenciando o uso da língua no que diz respeito à marcação da figura da mulher? Essas são questões que direcionam a realização deste trabalho.

No que diz respeito à estrutura deste trabalho, inicialmente, no capítulo *Referencial teórico*, serão retomados os fundamentos teóricos que guiam este estudo, divididos em cinco partes: primeiramente serão abordados os princípios basilares da teoria da variação e mudança linguística e da variação e mudança em nível lexical. Em seguida, serão conceituadas as diferentes noções de normas linguísticas. Na seção seguinte, serão apontadas questões que envolvem o uso do masculino genérico e a concepção da língua como instrumento de poder, bem como ideias sobre políticas linguísticas e as controvérsias sobre o tema do ativismo linguístico. Por fim, serão retomados os conceitos teóricos a respeito dos NG [+hum] e as principais características dos nomes gerais estudados nesta pesquisa, sendo eles: *gente, humanos, indivíduo, pessoa(s), pessoal, povo, ser(res) humano(s) e sujeito*.

Em seguida, o capítulo 3, *Metodologia*, abordará os procedimentos metodológicos adotados ao longo de toda pesquisa. Serão apresentados os dados, desde sua escolha, relacionando-os aos objetivos do trabalho, bem como descritos os procedimentos de coleta, tratamento, seleção, classificação e análise dos dados totais e das ocorrências estudadas.

O capítulo 4, *Resultados e análise dos dados*, que se divide em duas seções, apresentará, na primeira seção, os resultados quantitativos estudados na pesquisa, observados a partir de diferentes recortes propostos. A seção seguinte abordará a análise qualitativa das diferentes estratégias de construção de uma língua inclusiva encontradas nos textos selecionados para essa finalidade.

Por fim, as *Considerações finais* retomarão os principais resultados observados ao longo da análise dos dados, relacionando-os aos pressupostos teóricos apresentados anteriormente. Dessa forma, será possível responder às questões levantadas a respeito da efetividade de uma proposta de ativismo por uma língua inclusiva, bem como analisar a necessidade de estudos futuros sobre o tema, seguindo-se as referências bibliográficas utilizadas e os apêndices.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste trabalho se divide em cinco seções. Na primeira seção são apresentados os pressupostos da teoria da variação e mudança linguística proposta por Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]). Em seguida são apresentados os principais conceitos relativos à variação em nível lexical. Na terceira seção são diferenciadas as noções relativas ao conceito de norma linguística e prescrição de uso. Na quarta seção são apresentadas as ideias relacionadas às diferentes definições de gênero e à língua como instrumento de poder, bem como os principais fundamentos sobre políticas linguísticas e ativismo linguístico. Por fim, na última seção, são propostas retomadas teóricas a respeito dos nomes gerais de referência a seres humanos.

2.1 Variação e mudança linguística

A teoria da variação e mudança linguística, proposta por Uriel Weinreich, William Labov e Marvin Herzog (2006 [1968]), identificados a seguir como WLH, fundamenta-se como uma teoria empiricamente orientada e propõe o estudo da língua, destacado também por Coelho et al. (2015, p. 58), como um “fato social dinâmico, cuja variação é explicada por formas externas ao sistema” e também internas.

Segundo os autores, a história dos estudos linguísticos está marcada por paradoxos com relação aos estudos da mudança das línguas. WLH (2006, p. 87) salientam como autores, como o neogramático Hermann Paul, ou Ferdinand de Saussure, com a corrente linguística do estruturalismo, viam a variabilidade e a sistematicidade dos sistemas linguísticos como conceitos mutuamente excludentes. Mais precisamente, para Saussure, segundo Coelho et al. (2015, p. 56), a língua, e seu estudo, deveria ser tomada por si mesma, como uma estrutura autônoma e livre de quaisquer interferências externas, sociais ou históricas.

Nesse sentido, WLH (2006, p. 87) apontam que, a despeito dos paradoxos da sistematicidade e da variação nas línguas, “a maioria dos linguistas reconhece a evidência que demonstra que a mudança linguística é um processo contínuo e subproduto inevitável da interação linguística”. É nesse sentido, objetivando um rompimento com a noção de língua como um sistema homogêneo, que os autores propõem “uma explicação razoável da mudança [que] dependerá da possibilidade de descrever a diferenciação ordenada dentro da língua” (WLH, 2006, p. 88).

Em outras palavras, os autores compreendem a língua como “um sistema ordenadamente heterogêneo em que a escolha entre alternativas linguísticas acarreta funções sociais e estilísticas, um sistema que muda acompanhando as mudanças na estrutura social” (WLH, 2006, p. 99). Assim, a teoria da variação e mudança linguística compreende a relação direta entre língua e sociedade, sendo a língua entendida, portanto, como um fenômeno social.

Dentre os princípios basilares que os autores colocam para o estudo da variação e mudança linguística, destaca-se que

fatores linguísticos e sociais estão intimamente inter-relacionados no desenvolvimento da mudança linguística. Explicações confinadas a um ou outro aspecto, não importa o quão bem construídas, falharão em explicar o rico volume de regularidade que pode ser observado nos estudos empíricos do comportamento linguístico (WLH, 2006, p. 126).

Labov (2008 [1972]), ao relacionar as mudanças linguísticas às mudanças sociais, nos indica a estreita relação entre esses dois aspectos:

A variação do comportamento linguístico não exerce, em si mesma, uma influência poderosa sobre o desenvolvimento social, nem afeta drasticamente as perspectivas de vida do indivíduo; pelo contrário, a forma do comportamento linguístico muda rapidamente à medida que muda a posição social do falante. Essa maleabilidade da língua sustenta a sua grande utilidade como indicador de mudança social (LABOV, 2008, p. 140).

Para Labov, a mudança linguística seria, diretamente, um reflexo de uma mudança na sociedade. Essa noção destacada pelo autor tem relação objetiva com as ideias propostas no estudo da pesquisa aqui desenvolvida, uma vez que se pressupõe a existência de uma mudança do comportamento social que se reflete no uso da língua.

Como já mencionado, outro princípio caro ao estudo da variação e mudança linguística proposto na teoria elaborada por WLH está na noção relacionada à concepção da língua como um sistema heterogêneo. Esse sistema é formado por *regras categóricas* e *regras variáveis*:

o caráter de heterogêneo dos sistemas linguísticos discutidos até agora é produto de combinações, alternâncias ou mosaicos de subsistemas distintos, conjuntamente disponíveis. Cada um desses subsistemas é concebido como um corpo coerente e integral de regras do tipo categórico, neogramático: o único aparato teórico adicional necessário é um conjunto de regras que afirmem as condições para a alternância (WLH, 2006, p. 103).

A concepção da heterogeneidade da língua nos permite, portanto, verificar que, em determinado contexto linguístico, duas formas podem ocupá-lo em uma relação de variação, sendo essa relação motivada e controlada por pressões internas ao sistema, ou externas e de caráter social.

Segundo Coelho et al. (2015, p. 59), ao apontarem a língua como sistema “dotado de heterogeneidade ordenada”, os autores compreendem-na como um sistema de regras categóricas, invariáveis dentro de uma estrutura. Como exemplo, para o português, Coelho et al. (2015, p. 60) destacam a categórica anteposição sintática do artigo em relação ao substantivo; contudo são as regras variáveis o foco principal do estudo da variação.

A *variável linguística*, para WLH (2006, p. 105), é “um elemento variável dentro do sistema controlado por uma única regra”. Para Coelho et al. (2015, p. 60), a variável linguística “é uma regra gramatical, e, sendo assim, não é qualquer forma linguística que pode assumir o papel de uma das variantes, uma vez que elas sofrem restrições do próprio sistema linguístico”.

Coelho et al. (2015, p. 16) também apontam que, inicialmente, para a teoria da variação e mudança, duas variantes seriam duas formas com “o mesmo valor referencial/representacional, isto é, o mesmo valor de verdade”. Contudo, as autoras e o autor destacam como esse conceito foi relativizado por William Labov após ter sido questionado por Lavandera (1977 *apud* COELHO et al., 2015). Para Lavandera, quando analisadas variantes para além do nível fonológico, cada forma apresentaria um significado/valor de verdade distinto e elas deveriam ser, então, entendidas por mesmo valor funcional. Nesse sentido:

Labov acabou por relativizar a noção de ‘mesmo significado’, ao estabelecer que o conceito de variável linguística deveria ser aplicado a ‘dois enunciados que se referem ao mesmo estado de coisas e que têm o mesmo valor de verdade’ (entendendo ‘estado de coisas’ como ‘significado representacional’) (COELHO et al., 2015, p. 64).

A teoria da variação e mudança linguística nos permite, nesse sentido, o estudo da variação em diferentes níveis linguísticos, isto é, os níveis gramaticais em que as diferentes variantes podem ocorrer. Segundo Coelho et al. (2015), as variações na língua podem ser: variação *fonética/fonológica*, variação *sintática*, variação *discursiva*, variação *morfológica* e variação *lexical*. Os primeiros trabalhos de Labov (1966 *apud* LABOV, 2008), a respeito da realização do fonema /r/ nas lojas de departamento de Nova York, ou os estudos de Tarallo (2007 [1985]), sobre a construção das orações relativas em português, são exemplos de abordagens de *variações fonéticas/fonológicas* e *variações sintáticas*, respectivamente.

Assim, à pesquisa realizada por este trabalho interessa, como já indicado, o estudo da variação de nível *lexical*. Desse modo, no recorte desta pesquisa, temos como *variável linguística* a referência a seres humanos, que pode se realizar de diversas maneiras, sendo cada uma dessas formas uma *variante* possível. Destaca-se que, pelo recorte proposto, o trabalho desenvolvido analisará três variantes: o uso do masculino genérico, o uso de nomes gerais e o uso de outras estruturas nominais não sexistas.

Dois outros aspectos da teoria da variação e mudança são essenciais ao trabalho desta pesquisa: os significados sociais das variantes e o conceito de direção da mudança linguística, ambos relacionados ao problema da *transição* da mudança na língua de um estágio a outro. O primeiro relaciona-se ao significado social que determinadas variantes em uso possam desempenhar. Para WLH (2006),

as variações sociais e geográficas são elementos intrínsecos da estrutura. Na explicação da mudança linguística, é possível alegar que os fatores sociais pesam sobre o sistema como um todo; mas a significação social não é equitativamente distribuída por todos os elementos do sistema, nem tampouco todos os aspectos do sistema são equitativamente marcados por variação regional (WLH, 2006, p. 123).

Em outras palavras, de acordo com Coelho et al. (2015, p. 66), “as formas linguísticas veiculam, além de significados referenciais/representacionais, significados sociais”, e esses significados podem carregar estereótipos negativos ou significados prestigiados de acordo com aquilo que é difundido socialmente a respeito de uma variante. Segundo WLH (2006, p. 125), é apenas a “completação da mudança e passagem da variável para o *status* de uma constante” que é responsável pela perda de qualquer significação social, ou estereótipo, relacionada a determinada variante. Desse modo, o valor social carregado por uma variante pode impulsionar ou reter um processo de mudança na língua.

Já com relação à direção de difusão da mudança linguística, destaca-se a questão da difusão da variação, e possivelmente da mudança, de um grupo social a outro. Nesse sentido, Coelho et al. (2015, p. 90) apontam como a variação na língua pode se dar em duas direções, de *baixo para cima*, ou de *cima para baixo*.

No primeiro caso, uma forma inovadora no sistema linguístico se expande “a partir da fala vernacular” (COELHO et al., 2015, p. 90), isto é, a variação tem início na fala não prestigiada socialmente, apresentando baixo nível de consciência e podendo ser motivada por pressões internas ao sistema ou externas, relacionadas a traços sociais de determinado grupo. As variáveis da direção de baixo para cima que se mantêm, e desencadeiam processos de mudança, tendem a não apresentar estigma social. Por outro lado, a mudança *de cima para baixo* apresenta maior grau de consciência dos falantes da língua e tem origem no uso prestigiado da língua por uma classe dominante socialmente. Esse tipo de variação tem origem em um uso mais cuidado e não espontâneo da língua.

A partir das noções de direção da mudança apontadas pela teoria da variação e mudança, destaca-se como a proposta desta pesquisa se enquadra na observação e estudo de uma variação motivada na direção *de cima para baixo*. Ao estudarmos as falas de deputados e deputadas em

discursos de plenário, concebemos que os dados analisados apresentam elevado nível de consciência no momento de sua produção. Segundo Lagares (2018), as variações entre prestígio e vernáculo são definidas pela noção de *diglossia*. Segundo o autor, o conceito de diglossia foi formulado por Ferguson (1974, *apud* LAGARES, 2018), e remete a “um tipo particular de padronização onde duas variantes de uma língua coexistem numa mesma comunidade, cada uma desempenhando um papel definido” (FERGUSON, 1974, p. 99 *apud* LAGARES, 2018, p. 124).

Lagares, a partir das ideias de Ferguson, destaca como variantes linguísticas podem ser consideradas *altas* (maior prestígio) ou *baixas* (menor prestígio), em uma relação em que “uma variedade alta sobrepõe uma baixa” (LAGARES, 2018, p. 124.). Assim, para o autor, estariam os discursos parlamentares (discursos políticos) entre as variantes que desempenham funções altas na sociedade, corroborando a ideia de que este estudo representa uma mudança iniciada em uso prestigiado da língua.

2.2 Estudos do léxico e da variação lexical

A partir dos pressupostos teóricos da teoria da variação e mudança linguística, faz-se necessário o destaque de conceitos e aspectos teóricos relacionados diretamente ao estudo da variação e mudança em nível lexical, já que é nesse nível linguístico que se desenvolve a pesquisa realizada neste trabalho.

Partindo de uma perspectiva de estudos da lexicologia, Biderman (2001, p. 179) analisa como o léxico de uma língua pode ser definido por um “vasto universo” que abrange todo sistema de conceitos daquela língua e ele é também “a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo de sua cultura”. Segundo a autora, os membros de uma determinada sociedade são “sujeitos-agentes” responsáveis “no processo de perpetuação e reelaboração contínua do Léxico de sua língua”. Nesse sentido, embora o léxico de uma língua possa ser considerado o seu patrimônio, são os usuários (falantes) dessa língua que são responsáveis pela criação ou conservação de um determinado vocabulário. Essa afirmação considera que são os falantes de uma língua os responsáveis por atribuir conceitos e “conotações particulares aos lexemas, nos usos do discurso”, atuando, assim, sobre “a estrutura do Léxico, alterando as áreas de significação das palavras” (BIDERMAN, 2001, p. 179).

Segundo Vilela (1994, p. 10), o inventário léxico de uma determinada língua ou comunidade linguística “pode ser visto como o dicionário ideal duma língua”. O autor compreende o léxico como o conjunto total de palavras, ou dos saberes interiorizado pelos

falantes, sobre as características lexicais das palavras. Sobre os processos de formação de um inventário léxico, Vilela (1994, p. 13) exemplifica como o léxico do português é “um corpo formado por elementos de diferentes idades e origens”, e ainda como a formação da língua portuguesa “é resultado de uma longa história” (VILELA, 1994, p. 14), sendo o léxico o nível linguístico em que “se reflectem mais clara e imediatamente todas as mudanças ou inovações políticas, económicas, sociais, culturais ou científicas” (VILELA, 1994, p. 14).

A partir das ideias acima, nota-se que os estudos sobre a variação do léxico nos trazem diversas definições para o processo que apontam como as mudanças do acervo lexical de um povo estão intrinsecamente relacionadas às transformações sociais que podem ser observadas na realidade extralinguística. Segundo Biderman,

o léxico se expande, se altera e, às vezes, se contrai. As mudanças sociais e culturais acarretam alterações nos usos vocabulares: daí resulta que unidades ou setores completos do Léxico podem ser marginalizados, entrar em desuso e vir a desaparecer. Inversamente, porém, podem ser ressuscitados termos que voltam à circulação, geralmente com novas conotações. Enfim, novos vocábulos, ou novas significações de vocábulos já existentes, surgem para enriquecer o Léxico (BIDERMAN, 2001, p. 179).

Para a autora, as pressões sociais ou os usuários do léxico podem imprimir em determinados usos lexicais uma força de expansão, ou repressão, dando conotações particulares às unidades léxicas, o que acabaria por provocar a criação de novos itens ou o desuso de outros, e que desencadearia, portanto, uma mudança do uso feito do inventário léxico (processo diretamente relacionado à noção dos significados sociais atribuídos às variantes dentro de uma perspectiva da teoria da variação e mudança). Nesse sentido, destaca-se também a noção atribuída ao léxico como um sistema aberto, em constante expansão, segundo Biderman.

Por um viés da perspectiva histórica do estudo da língua, Gabas Jr. (2001) destaca a mudança linguística da seguinte forma:

toda língua falada no mundo está em constante processo de mudança. As mudanças que ocorrem, no entanto, não são imediatamente sentidas pelos falantes, nem estes falantes estão necessariamente conscientes de tais mudanças. Isso se deve, via de regra, a três fatores: a) as mudanças são lentas e graduais; b) elas são parciais, envolvendo apenas partes do sistema linguístico e não o seu todo; c) elas sofrem influência de uma força oposta, a força de preservação da intercompreensão (GABAS JÚNIOR, 2001, p. 81).

Também para o autor, as mudanças do vocabulário de uma língua são em geral mais difíceis de serem sistematizadas em todos os seus tipos de ocorrências. Essa dificuldade pode ser atribuída, como destaca Biderman (2001), à extensa e complexa rede de significações que abrange a formação do léxico de uma determinada língua.

É possível notar, dessa forma, que as mudanças linguísticas de modo geral ocorrem devido ao uso da própria língua pelos seus falantes em função de necessidades extralinguísticas. Para Biderman (2001, p. 193), no nível do léxico, “a inventividade humana e a dos artistas, em particular, estão criando significações novas e novos significantes”, e essa contínua transformação é o que dificulta um estudo sistemático e completo da mudança lexical.

Por fim, embora a mudança do léxico de uma língua seja inevitável, como apontado anteriormente sobre a sua constante expansão, não são raros os esforços a uma manutenção da língua, uma força contrária à mudança. Segundo Cambraia (2015, p. 68), “na história da língua portuguesa, é possível rastrear manifestações contrárias à adoção de certas formas lexicais desde as primeiras gramáticas”. O autor aponta, no fragmento a seguir, como havia, já em meados do século XVI, uma preocupação na separação de formas inovadoras dentro de um inventário léxico:

Como lembra Mattos e Silva (2009), já na Gramática da Linguagem Portuguesa (1536) de Fernão de Oliveira (1507-1581), o autor estabelece, nos caps. XXXVI e XXXVII, distinção entre dicções velhas (“as que foram usadas, mas agora são esquecidas”) e dicções novas (“aquelas que novamente ou de todo fingimos ou em parte achamos”, ou seja, as palavras que são criadas sem se partir de nenhuma outra ou as derivadas de outra). Embora nos capítulos em questão Oliveira não condene o uso específico de nenhuma “dicção nova”, chama a atenção para o alerta de Quintiliano (De Inst. Orat., I, 7, Das qualidades e vícios do discurso): “Fingir ou achar vocábulos novo é perigo (...), em tanto que, se são bons, não vos louvam por isso, e se não prestam, zombam de vós” (CAMBRAIA, 2015, p. 68)

Vale destacar também o que comenta Aitchison (1993) a respeito das mudanças na língua e as forças que reprimem determinados processos. Segundo a autora, ainda que a mudança linguística seja inevitável, há falantes que tendem a reprovar tais processos. Para ela “ao examinarmos cuidadosamente essa rejeição, descobrimos que, em grande parte, ela ocorre devido a preconceitos sociais que adotam essa forma para se manifestar” (AITCHISON, 1993, p. 11)². Aitchison destaca como a força conservadora contra mudanças linguísticas está relacionada à ideia de uma norma, e que essa norma está diretamente a “favor das formas faladas e escritas pelos grupos sociais de maior prestígio” (AITCHISON, 1993, p. 14)³. O purismo não considera que alguns usos sejam mais “puros” que outros, nem tão pouco que se prefira sempre usos mais antigos, essa noção apenas elege as formas de maior prestígio social.

As análises a respeito das repressões às mudanças na língua, sobretudo no léxico, têm importante peso sobre o estudo desenvolvido, pois existem pressões normativas que tentam

² Tradução nossa, do original: “si examinamos atentamente ese rechazo, descubrimos que, en buena parte, se debe a prejuicios sociales que adoptan esa forma para manifestarse”.

³ Tradução nossa, do original: “a favor de las formas habladas y escritas de los grupos sociales más prestigiosos”.

controlar o uso da língua, bem como também há, como será comentado na seção 2.4, uma tensão entre movimentos sociais e movimentos puristas com relação à implementação de medidas prescritivas visando à elaboração de uma linguagem inclusiva, linguagem essa que reflete, mais diretamente, mudanças no repertório lexical de uma língua. Nesse sentido, notam-se duas “forças” prescritivas, uma inovadora e outra conservadora.

2.3 Prescrição e norma: processos normativos

Em contraste às ideias linguísticas colocadas pelas noções de variação e mudança das línguas, encontra-se a noção de *norma linguística*, concepção essencial à elaboração desta pesquisa. A noção de *norma* trabalhada segue as ideias abordadas por Coseriu (1962, 1980) e posteriormente retomadas e comentadas por diversos autores, como Biderman (2001), Faraco e Zilles (2017), Lagares (2018), entre outros.

A partir da noção de língua concebida por Ferdinand Saussure, com o estruturalismo, e para quem o sistema linguístico deveria ser tomado como bipartite, isto é, a língua deveria ser concebida e estudada pela dicotomia de *langue* (social) e *parole* (individual), Coseriu (1962, p. 45) propõe que a estrutura da língua, e conseqüentemente seu estudo, deveria considerar um nível intermediário entre a *langue* e a *parole*, “um conceito de *língua* como sistema abstrato de oposições funcionais implica o desenvolvimento do conceito de *norma* (abstração intermediária)” (COSERIU, 1962, p. 62)⁴. Assim, o autor compreende uma estrutura da língua que se divide entre três níveis: *fala*, *norma* e *sistema*.

A *fala* corresponde ao processo de realização concreta da língua, isto é, seu uso efetivo. O *sistema*, para Coseriu (1962, p. 98), representa um conjunto de possibilidades, “de coordenadas que indicam os caminhos abertos e os caminhos fechados: pode ser considerado como um conjunto de imposições, mas também como o conjunto de liberdades”. Assim, o sistema é o acervo de possibilidades que a língua oferece ao seu falante/usuário. Por outro lado, a noção de *norma* “contém tudo o que, no falar corresponde a uma língua funcional, é fato tradicional, comum e constante, ainda que não necessariamente funcional” (COSERIU, 1980, p. 122). Desse modo, para o autor, a norma

é, com efeito, um sistema de realizações forçadas, de imposições sociais e culturais e varia de acordo com a comunidade. Dentro da mesma comunidade linguística nacional e dentro do mesmo sistema funcional, várias normas podem ser verificadas

⁴ Tradução nossa, do original: “el concepto de *lengua* como sistema abstracto de oposiciones funcionales implica el desarrollo del concepto de *norma* (abstracción intermedia)”.

(linguagem familiar, linguagem popular, linguagem literária, linguagem alta, linguagem vulgar, etc.), diferentes especialmente no que se refere ao vocabulário (COSERIU, 1962, p. 98)⁵.

Biderman (2001, p. 19) apresenta uma clara interpretação da noção de norma dada por Coseriu: a norma “engloba aquilo que na fala real (e na escrita) constitui repetição de *modelos* anteriores. A norma é, pois, mero costume, a tradição continuada e reiterada no falar e no escrever de uma determinada comunidade lingüística”.

Dessa forma, a *norma*, usada em sua concepção prescritiva de usos⁶, controlaria, por meio de uma tradição, as diversas possibilidades oferecidas pelo sistema da língua. A *norma* é, portanto, o nível médio entre o *sistema* e a *fala*.

A noção discutida sobre norma nos indica que a construção de uma língua não é, portanto, apenas lingüística, a língua é “um ente construído pelo imaginário social que, por um complexo entrelaçamento de fatores históricos, políticos e socioculturais, idealiza um objeto uno onde não há, efetivamente, unidade” (FARACO; ZILLES, 2017, p. 29).

O conceito de usos impostos pela *norma* como o que seria correto é, portanto, arbitrário e representa apenas os usos e imaginários lingüísticos de uma restrita parcela da sociedade, “é apenas um efeito, no plano teórico, da ideologia da língua-padrão/norma-padrão” (FARACO; ZILLES, 2017, p. 30).

A prescrição de uma norma se estabelece na delimitação de um uso padronizado, definido a partir de apenas um recorte específico, em geral o mais frequente entre as pessoas com maior poder e controle social. Vale apontar como Alvarez (2002) contribui para a reflexão sobre a noção de norma lingüística a partir de ideias da sociologia. Para o autor, as normas sociais são “resultados de complexas relações de poder historicamente constituídas” (ALVAREZ, 2002, p. 212).

Segundo Faraco e Zilles (2017), o caráter normativo das prescrições de uso da língua é uma resposta à própria heterogeneidade da língua, uma tentativa de unificação por um modelo de prestígio. Para o autor e a autora, a norma prescritiva “constrói justamente uma representação hierarquizada da heterogeneidade lingüística interna. Ela pressupõe que há diferenças

⁵ Tradução nossa, do original: “La norma es, en efecto, un sistema de realizaciones obligadas, de imposiciones sociales y culturales, y varía según la comunidad. Dentro de la misma comunidad lingüística nacional y dentro del mismo sistema funcional pueden comprobarse varias normas (lenguaje familiar, lenguaje popular, lengua literaria, lenguaje elevado, lenguaje vulgar, etc.), distintas sobre todo por lo que concierne al vocabulario”.

⁶ A noção de *norma* pode, também, passar pela ideia de “normalidade”, isto é, usos que são comuns e correntes dentro de determinadas realizações lingüísticas de determinada comunidade. Autores e autoras como Neves (2003) abordam esse conceito de *norma lingüística* para se referir ao uso frequente e médio de uma determinada variedade entre os/as falantes.

qualitativas entre as variantes” (FARACO; ZILLES, 2017, p. 44), todavia essa é uma rotulação puramente social, sem fundamentos linguísticos.

Ainda a respeito da *norma*, seu valor social e seu caráter prescritivo, Castilho (2002, p. 30) delimita-a como as “regras de bom uso” baseadas nos usos e atitudes de uma classe social de prestígio. Para o autor, o modo como a classe de prestígio utiliza a língua é descrito como uma *norma objetiva*, representando o uso também intitulado de “culto”, contudo o próprio autor destaca como a norma objetiva não apresenta em si nada de “melhor”, apenas lhe é atribuído um valor social maior. Por outro lado, a *norma prescritiva* seria aquilo que é esperado como uso, em que são ensinados os usos de uma classe de maior prestígio, com um “caráter unificador da norma prescritiva”. Faz-se importante destacar o que comentam Faraco e Zilles (2017) a respeito da estabilidade e ideia de unicidade da norma prescritiva:

É preciso ter claro que nem a norma culta, nem a norma-padrão [norma prescritiva] são estáticas e invariáveis. Mesmo explicitamente codificadas em instrumentos normativos (dicionários e gramáticas), elas variam e mudam como qualquer outra manifestação linguística. É preciso, portanto, operar sempre como o conceito de *estabilidade flexível* (FARACO; ZILLES, 2017, p. 157).

Como a norma prescritiva relaciona-se principalmente às noções de ensino e uso, faz-se necessário apontar os principais meios utilizados para tal efetivação. Dentre os principais instrumentos normativos existentes, destacam-se os dicionários, os vocabulários, as gramáticas e os manuais de redação; segundo Aurox (1992, *apud* GARCIA et al., 2016), estes são exemplos de instrumentos de sistematização do saber linguístico. Podemos apontar o *Vocabulário da Academia Brasileira de Letras*, publicado pela primeira vez em 1943, e que está em sua 5ª edição, publicada em 2009, bem como conta hoje com uma versão online⁷. A obra foi lançada como forma de padronização dos modelos ortográficos a serem adotados no país. Destacam-se também as ideias de Zanatta (2014, p. 8), que, ao fazer uma análise do trabalho de elaboração de dicionários, aborda como “os falantes sentem a necessidade de uma orientação em relação ao uso de sua língua materna e [...] o dicionário desempenha essa função de orientação” sobre o que é adequado ou “correto” no uso da língua.

Destaca-se a ausência, porém, de uma autoridade formal e clara na concepção de uma norma prescritiva. Para Faraco e Zilles (2017),

muitas vezes são os autores de dicionários, gramáticas e manuais de estilo que se arrogam o direito de ditar as normas (pela sua intuição ou gosto) e acabam por receber o reconhecimento como “autoridades” pelos estratos sociais mais diretamente

⁷ Versão online do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) disponível para consulta em: <http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>. Acesso em 12 dez 2018.

interessados e envolvidos nos processos padronizadores (FARACO; ZILLES, 2017, p. 65-66).

Assim, muitas vezes, obras que prescrevem o uso “correto” da língua são elaboradas desconsiderando as contribuições das próprias pesquisas linguísticas. Nesse sentido, Faraco e Zilles (2017, p. 83) também comentam como “os linguistas não rejeitam a normatividade, mas são críticos das regras normativas artificialmente postuladas”.

Tendo em vista o contexto de produção desta pesquisa, interessa-nos considerar o valor prescritivo dos manuais de redação. Segundo Faraco (2002), os ditos manuais de redação são comuns no Brasil, sobretudo aqueles publicados por grandes jornais, obras em que se pretende uma uniformidade de escrita para uma efetiva comunicação entre diversos espaços socioculturais. Nesse sentido, destaca-se a existência do MUNSL (TOLEDO et al., 2014), como já apontado, um manual que visa à construção de uma linguagem menos sexista e mais equitativa entre homens e mulheres no domínio dos órgãos da administração pública. Na abordagem do próprio manual, podemos apontar:

Existem usos gramaticais que, com clara intenção social e política, generalizaram-se e que não têm coerência nem justificativa razoável para seu uso. Assim, fizeram-nos crer que ao nomear um grupo misto de pessoas no masculino estamos nomeando também as mulheres desse grupo. Isso é absolutamente falso. [...] quando se fala em masculino como se fosse neutro, na realidade se excluem as mulheres e se cria uma ideia muito concreta de quem são os heróis, os pesquisadores e quem são os violentos. Principalmente se falamos de temas que foram atribuídos aos homens e que são valores supostamente masculinos (TOLEDO et al., 2014, p. 29).

Embora o MUNSL tenha força normativa sobre textos escritos, pois o manual prevê usos para documentos que circulam no domínio da administração pública, a sua própria existência, enquanto política pública do poder executivo a nível estadual, representa uma mudança social que se materializa na forma dessa obra prescritiva de estilo. Além disso, ainda que os dados estudados nesta pesquisa tenham caráter oral, as falas de deputados e deputadas em plenário, estas podem sim refletir as forças prescritivas sobre o uso da língua. Para Faraco e Zilles (2017),

Os esforços padronizadores alcançam tanto a língua falada quanto a língua escrita. No entanto, o foco de atenção sempre caiu mais sobre a escrita [...]. Embora a padronização da fala seja menos rígida (pela própria fluidez da língua falada), a sociedade contemporânea, caracterizada pela extensa presença de meios de comunicação social de grande alcance como o rádio e a televisão, amplifica a presença social de certas variedades da língua falada, fazendo-as funcionar como elemento de relativa uniformização linguística (FARACO; ZILLES, 2017, p. 72).

Ademais, ao se conceber os discursos parlamentares como falas prestigiadas e cuidadas, isto é, falas menos espontâneas, conforme comentado na seção 2.1, entende-se que os dados

analisados nesta pesquisa representam, portanto, uma fala possivelmente influenciada pelas prescrições de uso do manual mencionado, bem como falas que refletem uma preocupação social com o uso da língua.

Por fim, apenas cabe destacar como a implementação de normas prescritivas para um uso não sexista da língua tem gerado polêmicas entre movimentos sociais, linguistas e gramáticos. Segundo Lagares (2018, p. 170), “as polêmicas normativas têm a ver com o difícil equilíbrio entre a continuidade da tradição, que dá sentido, de certa maneira, à própria existência da norma”. Esse ponto será comentado na seção seguinte.

2.4 Língua, gênero e poder

Uma distinção importante que deve ser feita para este estudo relaciona-se aos diferentes conceitos sobre o que é *gênero* na atualidade. De um ponto de vista social, há pelo menos duas definições que a palavra *gênero* tende a evocar. Para Bengoechea (2015, p. 10), “o gênero se refere a comportamentos e valores relacionados a expectativas e atitudes adquiridas para satisfazer uma imagem de masculinidade ou feminilidade”⁸. Nesse sentido, o *gênero* é tido como uma imagem social construída no âmbito cultural de um contexto social. Apesar de reconhecermos a importância das reflexões a respeito dos estudos sobre gênero (social), este trabalho não versará profundamente sobre a temática, pois nosso objetivo central está relacionado a compreender o uso da língua como forma de igualdade entre homens e mulheres.

Desse modo, outra possível definição a respeito do conceito de *gênero* está relacionada a uma simetria entre gênero e sexo, isto é, o gênero muitas vezes é concebido como a distinção entre *homens* e *mulheres*, partindo do sexo biológico dos seres humanos, apenas para separar indivíduos do sexo masculino e indivíduos do sexo feminino. Nessa perspectiva, para Bengoechea, o gênero (sexo) também apresenta motivações e reflexos sociais:

o gênero está preocupado em construir a diferença sexual como desigualdade social: em função dos papéis e características atribuídos a cada sexo, o sistema de gênero atribui às mulheres uma posição subordinada e aos homens uma de poder sobre os principais recursos (BENGOECHEA, 2015, p. 10)⁹.

⁸ Tradução nossa, do original: “el género se refiere a comportamientos y valores aprendidos, a expectativas y actitudes adquiridas para satisfacer una imagen de masculinidad o feminidad”.

⁹ Tradução nossa, do original: “el género se ocupa de construir la diferencia sexual como desigualdad social: en razón de los roles y las características asignadas a cada sexo, el sistema de género atribuye a las mujeres una posición subordinada y a los hombres una de poder sobre los principales recursos”.

Nesta pesquisa, ao fazermos referência a essa divisão, optamos pelo uso do nome *sexo*, pois adotamos uma perspectiva teórica com maior proximidade à ideia de gênero enquanto distinção social entre homens e mulheres.

Por outro lado, de uma perspectiva linguística, o termo *gênero* remete ao conceito de *gênero gramatical*. O gênero gramatical está relacionado a aspectos morfossintáticos de determinadas palavras de uma língua. Segundo Corbett (1991, p. 1-2 *apud* MÄDER, 2015), a categoria do gênero gramatical não é universal, uma vez que há línguas que não apresentam essa distinção, como as línguas fino-úgricas, ou línguas com dezenas de categorias distintas de gênero, como as línguas banto. Já as línguas originadas do indo-europeu, caso do português, apresentam dois ou três gêneros, que têm bases principalmente na distinção sexual, isto é, uma separação entre masculino e feminino.

Segundo Mäder (2015, p. 41), “um aspecto crucial da definição de gênero gramatical é a *concordância* de palavras sintaticamente relacionadas com os nomes — no caso do português: artigos, numerais, demonstrativos, adjetivos, participios e pronomes”. Desse modo, o gênero de um nome determinará a concordância entre os termos da estrutura sintática a ele relacionados. Mäder (2015, p. 59) discute como “alguns autores consideram que não existe relação alguma entre gênero (gramatical) e gênero (sexo), nem linguisticamente nem etimologicamente”. Contudo, por um viés da GT, Cegalla (1989, p. 115) destaca que “o gênero é a propriedade que as palavras têm de indicar o sexo real ou fictício dos seres”. Assim, nota-se uma correlação constituída linguística e tradicionalmente que associa o gênero gramatical dos nomes com um mecanismo de identificação dos sexos, ainda que esse seja um ponto pouco consensual nos estudos linguísticos.

A partir dos conceitos levantados sobre o gênero gramatical, cabe um recorte a respeito de outro ponto: o *masculino genérico/gênero não marcado*. Em português há a marcação morfológica de dois gêneros: masculino e feminino. Para Mäder (2015, p. 17), o gênero *masculino* desempenha na língua a função de um gênero genérico, isto é “o uso do gênero gramatical masculino para denotar o gênero humano (isto é, a espécie humana, incluindo homens e/ou mulheres)”. Para o autor,

ainda que em português haja algumas palavras que, independentemente do seu gênero gramatical, denotam o gênero humano (como os nomes *pessoa, indivíduo, criança, membro, vítima, testemunha, estrela, astro*, e alguns pronomes como *quem, alguém, ninguém*), a maioria das palavras em português exprime, através do gênero gramatical, o gênero do ser humano que denotam (MÄDER, 2015, p. 84).

Segundo Lagares (2018, p. 226), os nomes para referência a seres vivos, sobretudo tudo os seres humanos, mantêm correlação entre gênero gramatical e sexo, “embora o masculino possa funcionar como extensivo e intensivo”, isto é, o masculino pode ser tomado como nome “esvaziado de conteúdo semântico, só expressando uma distinção no plano da gramática”, em um uso intensivo, que inclui masculino e feminino; ou ainda, a forma masculina extensiva é aquela que não inclui o feminino e “expressa apenas a distinção em relação à oposição semântica de sexo/gênero social”. Assim, o *masculino* seria a forma *não marcada*, por poder ser usado em sentido intensivo ou extensivo, já o *feminino* é a *forma marcada* do gênero, não podendo, necessariamente, expressar sentido intensivo.

Desse modo, ainda segundo Lagares (2018), boa parte das críticas ao uso de uma linguagem inclusiva fundamenta-se nessa perspectiva de que o *masculino genérico* já é uma forma de referência a homens e mulheres, um uso que torna a aplicação das marcas do gênero feminino desnecessária para referência simultânea a homens e mulheres.

Contudo, os movimentos ativistas linguísticos, sobretudo aqueles relacionados ao uso de uma linguagem inclusiva e equitativa entre homens e mulheres, não pautam suas reivindicações apenas em perspectivas gramaticais ou linguísticas. Mäder, acerca do masculino genérico como o reflexo de uma estrutura de poder, aponta que

o fenômeno denominado “masculino genérico” não se manifesta apenas na linguagem, mas na cognição em geral; o status do masculino como gênero prototípico está correlacionado com a sua frequência de uso; esse status de gênero prototípico é consequência de um caráter androcêntrico da língua, que se manifesta também em outros contextos; e as relações de poder entre homens e mulheres (e, portanto, entre a fala masculina e a feminina), além do poder das instâncias reguladoras da língua, fazem com que o masculino genérico se institua como o “padrão” de linguagem para homens e mulheres (MÄDER, 2015, p. 146).

A partir de estudos da sociologia, Gnerre (1998, p. 6) destaca o poder da palavra, sendo a língua capaz de mobilizar uma autoridade acumulada pelo falante. Para o autor, a partir das ideias do sociólogo Pierre Bourdieu, “uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais”. Assim, como já comentado na seção 2.3, a língua reflete as relações de poder e prestígio da sociedade, expressando-se pelo uso de normas, revelando-se, assim, como um instrumento de poder.

Portanto, em uma sociedade em que mulheres são, de certo modo, subjugadas e consideradas inferiores, movimentos ativistas que enxergam o uso do masculino genérico como

excludente e segregador pautam-se justamente no poder social que a língua representa¹⁰. Bourdieu (1996, p. 108), ao tratar das representações étnicas, aponta a importância da representação como modo de legitimação, como o “monopólio do poder de fazer ver e de fazer crer, de fazer conhecer e de fazer reconhecer”. Nesse sentido, ao questionar o uso do masculino genérico, o ativismo questiona a exclusão da representação feminina na língua, um tipo de sexismo linguístico.

Nesse sentido, para Bodelón e Rubio (2012, p. 11-12), o sexismo, que se faz presente também na língua, é “a crença de superioridade do sexo masculino, o que determina uma série de privilégios para esse sexo que é considerado superior, em detrimento da posição das mulheres”¹¹. Assim, a língua mostra-se “um dos instrumentos mais influentes de discriminação da mulher, pois pode colaborar com sua exclusão e submissão”¹².

2.4.1 Política linguística: ideologias e ativismo linguístico

Prática aparentemente contrária aos principais pressupostos da teoria da variação e mudança linguística, comentada na seção 2.1, a política linguística apresenta ampla definição e diferentes formas de aplicação. Segundo Lagares (2018, p. 20), “política linguística é entendida como uma forma de resolver ‘problemas linguísticos’ em novas sociedades multilíngues”, bem como, “o planejamento linguístico é entendido como uma forma de influir no futuro das línguas, sem que se pretenda, em qualquer caso, predizê-lo por completo”.

Nesse sentido, a política linguística nada mais é que uma atitude consciente de agir sobre uma determinada língua, ou comunidade linguística, como forma de controle, visando, em geral, a objetivos políticos. As políticas linguísticas mantêm relações diretas com os conceitos de normas prescritivas comentados anteriormente.

No Brasil, a existência de políticas linguísticas não configura fato recente. Cabe mencionar, por exemplo, o caso da proibição de uso de línguas estrangeiras, sobretudo o alemão, no sul do país nas décadas de 1930 e 1940, durante o regime do Estado Novo, por Getúlio Vargas. Campos (2006) aponta como esse movimento teve intervenções em diversos

¹⁰ Vale comentar o que aponta Bourdieu (2003, p. 74) a respeito da dominação masculina sobre a mulher: “Quando elas [as mulheres] participam de um debate público, elas têm que lutar, permanentemente, para ter acesso à palavra e para manter a atenção, e a diminuição que elas sofrem é ainda mais implacável por não se inspirar em má vontade explícita e se exercer com a inocência total da inconsciência”. Nesse trecho, o autor destaca como a exclusão da mulher ocorre, na maioria dos casos, de modo natural e inconsciente.

¹¹ Tradução nossa, do original: “la creencia en la superioridad del sexo masculino, lo que determina una serie de privilegios para ese sexo que es considerado superior, en detrimento de la posición de las mujeres”.

¹² Tradução nossa, do original: “uno de los instrumentos más importantes de discriminación de la mujer, porque puede colaborar en su exclusión y sumisión”.

âmbitos sociais, como família, escola, espaços de trabalho e lazer, visando a um projeto nacionalista, indo além do puro aspecto linguístico: “a prática interventiva do Estado junto à sociedade foi tomada como parte do movimento dirigido para modificar comportamentos e sentimentos dos indivíduos na vida cotidiana” (CAMPOS, 2006, p. 19).

No país, pelo menos três dispositivos legais (não os únicos) tratam sobre políticas linguísticas com relação ao uso de nomes: a Lei 2.749/1956, que legisla a respeito da flexão de gênero em nomes de funções e cargos públicos; a Lei 12.605/2012, sobre o uso e flexão de nomes de profissões e graus, em certificados e diplomas, expedidos por instituições de ensino públicas e privadas. Além disso, em tramitação no Congresso Nacional, o Projeto de Lei Complementar n° 188/2015 da Câmara dos Deputados, que dispõe sobre a aplicação de linguagem inclusiva no uso do nome *homem(s)*, e altera a redação do artigo 11 da Lei Complementar n° 95/1998, modificando o *caput* e acrescentando ao texto o inciso IV:

Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, obedecendo, no que couber, aos preceitos da linguagem inclusiva, observadas, para esse propósito, as seguintes normas: [...] IV – em obediência aos preceitos da linguagem inclusiva, nos casos em que o termo ‘homem(ns)’ estiver se referindo a pessoas de ambos os sexos, deverá ser empregada a forma inclusiva ‘homem(ns) e mulher(es)’ (BRASIL, 2015).

Para Mäder e Severo (2016, p. 246), políticas de intervenção linguística têm sido cada vez mais comuns com relação à “criação (ou recuperação, ressignificação) de nomes femininos de profissões, graus, funções e títulos que outrora eram exclusivamente masculinos”.

Assim, nota-se que a questão de uso de uma língua inclusiva para homens e mulheres não é assunto recente. Bodelón e Rubio (2012), em retomada sobre o histórico de políticas de erradicação de uma linguagem sexista, apontam diversos instrumentos prescritivos a respeito da questão, dentre eles podemos mencionar algumas publicações e instruções conforme quadro 1:

Quadro 1 – Instrumentos prescritivos para erradicação de uma linguagem sexista

Ano	Instrumento prescritivo
1979	Convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra mulher
1987	Resolução da Comunidade Internacional pela UNESCO
1989	Resolução 109 da UNESCO
1990	Resolução do Comitê de Ministros do Conselho Europeu
1991	Recomendações para um uso não sexista da linguagem, da UNESCO
2001	Comissão de Direitos da Mulher e Igualdade de Oportunidades da União Europeia
2008	Informe sobre a Linguagem não sexista do Grupo de Alto Nível sobre Igualdade de Gênero e Diversidade

Fonte: Adaptado de Bodelón e Rubio (2012, p. 21-24).

Outros tipos de obras, como os manuais de uso/estilo da língua, também têm sido cada vez mais comuns para prescrição de usos que evitem estruturas que excluem as mulheres, como o uso do *masculino genérico*. Como exemplo, podemos citar dois manuais, para o espanhol, que preveem essas estratégias: o *Guia para um uso igualitário da linguagem jornalística* (AYALA; GUERRERO; MEDINA, 2006), publicado em 2006 na cidade de Málaga/Espanha, e o guia *Linguagem administrativa não sexista* (MENÉNDEZ; CUERVO; GONZÁLEZ, 2006), publicado também 2006, em Sevilla/Espanha pelo Instituto Andaluz de la Mujer. As duas obras mencionadas pautam suas elaborações em instruções legais (algumas mencionadas acima).

No contexto brasileiro, não são numerosas as políticas linguísticas voltadas para o combate a um sexismo linguístico. Além dos três dispositivos legais brasileiros mencionados anteriormente, há o manual de redação *Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz bem se entende* — MUNSL — (TOLEDO et al., 2014), já mencionado. A obra, elaborada pelo governo do estado do Rio Grande do Sul — fundamentada legalmente nos decretos nº 49.994 e nº 49.995 de 27 de dezembro de 2012 e na Lei nº 14.484 de 30 de janeiro de 2014, publicada pela então Secretaria de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul (SPM-RS)¹³ — prevê usos linguísticos a serem aplicados em documentos dentro dos órgãos da administração pública estadual, visando a um uso da língua que evite a exclusão linguística e discursiva da mulher. A obra se insere em um contexto de avanços sociais e políticas públicas

¹³ A Secretaria de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul (SPM-RS), oficializada por meio da Lei nº. 13.601. (Diário Oficial - 1º de janeiro de 2011 - Art. 40, Seção XI, pág. 7) com objetivo de promover os direitos da mulher foi encerrada em 01 de janeiro de 2015. O Projeto de Lei nº 282/2014, em seu art. 51, inciso IX, extinguiu a referida secretaria, sendo toda sua estrutura, o que inclui acervos e documentos, incorporada pela então Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. Em 01 de janeiro de 2017, a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos passou, de acordo com o Projeto de Lei nº 247/2016, a ser denominada Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos. Informações e contato: <http://www.sdstjdh.rs.gov.br/>.

de inclusão da mulher, além de estar relacionada a um movimento crescente de ativismo linguístico, que visa ao reconhecimento da mulher nas diversas esferas sociais, especialmente no âmbito público.

De modo geral, todas as obras aqui mencionadas e outras que dissertam sobre o uso da língua inclusiva apresentam sugestões similares e têm um objetivo em comum: evitar a aplicação de nomes masculinos como genéricos. Entre as estratégias sugeridas pelos manuais, está o uso de formas masculinas e femininas dos nomes quanto isso puder ser feito, a aplicação de nomes gerais, apresentados no MUNSL (TOLEDO et al., 2014) como genéricos reais, o uso de nomes coletivos, etc. O quadro 2 a seguir indica uma relação de sugestões encontradas no manual:

Quadro 2 – Usos excludentes e não excludentes

Uso Excludente	Uso Sugerido
Quando o homem não tem saúde tudo é mais difícil	Quando alguém não tem saúde tudo é mais difícil
Você deve defender os seus	Você deve defender sua gente
Sempre trabalhou cuidando dos outros	Sempre trabalhou cuidando de outras pessoas
Muitos têm dúvida se votarão ou não	Muitas pessoas têm dúvida se votarão ou não
Os indígenas terão crédito	A população indígena terá crédito
Os interessados em participar	As pessoas interessadas em participar
Os maiores de idade receberão uma	As pessoas maiores receberão uma

Fonte: Adaptado de Toledo et al. (2014, p. 48-59).

Mäder e Severo (2016) destacam que, além das prescrições e sugestões mais comuns, como as apontadas no quadro 2, há usos linguisticamente menos comuns entre as sugestões que circulam socialmente, sobretudo nos meios escritos:

Há, ainda, a possibilidade de invenção de outras formas genéricas que sejam isentas dos valores de masculino (ou feminino) universal, conforme se atesta em casos como alun@s ou alunxs. Assim, as formas @ e x – usadas em gêneros escritos informais – apontariam para a inscrição de significados genéricos de gênero que fossem isentos da cisão masculino-feminino. Teríamos, aqui, um caso interessante de variação linguística iniciada e propagada apenas em gêneros informais escritos – ao invés de gêneros orais –, pois ela depende do uso de um símbolo que não tem correspondência fonêmica (MÄDER; SEVERO, 2016, p. 257).

Lagares (2018, p. 227) aponta que “em círculos de militância feminista são propostas intervenções mais profundas, como a criação de um morfe neutro **-e**, para expressar a

indistinção de gênero: ‘menines’, mas essa é uma prática menos difundida”. Para o autor, quando empregamos quaisquer estratégias para um uso não sexista da língua, “estamos realizando uma prática linguística com a qual explicitamos nossa vontade de marcar a presença da mulher”. Tais usos são, portanto, “práticas sociais, por meio das quais nos posicionamos ideologicamente”.

O ativismo linguístico, todavia, enfrenta diversas oposições. Lagares (2018) destaca como a linguagem é um verdadeiro campo de batalha de posicionamentos e ideologias. Para o autor, movimentos sociais que questionam usos linguísticos, como a aplicação da língua inclusiva, são vistos como uma “intervenção ‘não autorizada’ sobre os usos do idioma. O que também diz muito sobre a cultura linguística hegemônica e sobre o modo como se distribui socialmente a autoridade sobre a língua” (LAGARES, 2018, p. 220). Essa noção de força contrária ao ativismo linguístico relaciona-se diretamente às forças de repressão da mudança nas línguas comentadas na seção 2.2 com relação à mudança lexical.

Retomando as perspectivas da norma-padrão, comentadas na seção 2.3 deste capítulo, Lagares (2018, p. 216) destaca como há um *purismo linguístico* que pode ser considerado “como uma deriva especialmente conservadora dessa ideologia da língua padrão, que pretenderia preservar a língua de seus próprios falantes e de seus usos”.

Com relação à adoção de uma língua inclusiva que combata o sexismo linguístico, é comum que os movimentos puristas condenem as propostas e questionem “a efetividade social da intervenção sobre a linguagem” (LAGARES, 2018, p. 223). Nesse sentido, Cameron (1990 *apud* LAGARES, 2018) destaca que

é preciso apontar que uma mudança na prática linguística não é apenas um reflexo de alguma mudança social mais fundamental: ela é, em si mesma, uma mudança social. Os antifeministas gostam de enfatizar que a eliminação dos pronomes genéricos masculinos não assegura a salário igual. De fato, não assegura — mas quem disse que asseguraria? A eliminação dos pronomes genéricos masculinos elimina precisamente os pronomes genéricos masculinos. E, fazendo isso, ela muda o repertório de significados e escolhas sociais à disposição dos atores sociais (CAMERON, 1990, p. 90 *apud* LAGARES, 2018, p. 223).

Nesse sentido, ao se questionar o uso de formas como a aplicação do masculino genérico, o que está em jogo é a representatividade linguística e discursiva de determinados grupos, no caso desta pesquisa, das mulheres. Assim, como destacado por Lagares (2018, p. 227-228), a oposição ao uso de estratégias não sexistas da língua mostra-se como um purismo que compreende a língua como “uma realidade acabada, que merece ser respeitada nos moldes que se imagina que ela tenha, já fixados pela tradição”.

Como exemplificação das tensões contemporâneas entre movimentos de ativismo linguístico e movimentos conservadores, podemos citar a polêmica envolvendo a elaboração de um livro didático de História e Geografia publicado na França em 2017 (VICENTE, 2017). O livro em questão foi escrito adotando-se uma linguagem inclusiva ao evitar formas linguísticas sexistas, seguindo instruções de um guia prático de uso não sexista publicado pelo governo francês em 2015. A Academia Francesa chegou a publicar um comunicado a respeito da questão, declarando-se contrária aos usos de uma linguagem igualitária: “Diante desta aberração inclusiva, a língua francesa se encontra, a partir de agora, em perigo mortal. Nossa nação é responsável perante as gerações futuras” (VICENTE, 2017).

Por uma perspectiva mais próxima da descrição da variação nas línguas, Bosque (2015), em informe a respeito dos manuais e normas que prescrevem o uso de uma linguagem não sexista para o espanhol, comenta como tais prescrições e sugestões elaboradas tendem a não considerar o caráter vivo e autônomo das mudanças linguísticas: “ninguém nega que a linguagem reflete, especialmente no seu léxico, distinções de natureza social, mas é muito questionável que a evolução de sua estrutura morfológica e sintática dependa da decisão consciente dos falantes ou que possa ser controlada com normas de política linguística” (BOSQUE, 2015, p. 15)¹⁴. Assim, para o autor, a elaboração de leis e instrumentos prescritivos não consegue refletir de modo efetivo em mudanças, sejam linguísticas, sejam sociais.

Mais recentemente, em novembro de 2018, a *Real Academia Española* declarou, por meio do primeiro capítulo do seu *Libro de estilo de la lengua española*, como sendo desnecessário o uso do morfema *-e* em substituição ao morfema *-o* em nomes como forma de incluir homens e mulheres. O posicionamento da entidade refere-se também a outras modificações já comentadas anteriormente: “‘Todos e todas’, ‘todes’, ‘todxs’ o ‘tod@s’ são construções que a Real Academia rechaça. A instituição considera que o gênero masculino das palavras, ‘por ser o gênero não marcado, inclui o feminino em determinados contextos’” (Polémica idiomática: No al “todes”: la Real Academia Española le puso un freno al lenguaje inclusivo, 2018)¹⁵.

Destaca-se que há pelo menos duas posições em conflito sobre a questão de uma língua inclusiva: uma, voltada para o que estamos reconhecendo como um ativismo linguístico, que

¹⁴ Tradução nossa, do original: “Nadie niega que la lengua refleje, especialmente en su léxico, distinciones de naturaleza social, pero es muy discutible que la evolución de su estructura morfológica y sintáctica dependa de la decisión consciente de los hablantes o que se pueda controlar con normas de política lingüística”.

¹⁵ Tradução nossa, do original: “‘Todos y todas’, ‘todes’, ‘todxs’ o ‘tod@s’ son construcciones que la Real Academia rechaza. Es que la institución considera que el género masculino de las palabras, ‘por ser el no marcado, puede abarcar el femenino en ciertos contextos’”.

almeja a mudanças no tratamento das mulheres na língua; e outra que parte de uma postura prescritivista conservadora, que anseia pela manutenção de uma norma-padrão, embora também seja acolhida por pesquisadores descritivistas, como Ignacio Bosque, mencionado anteriormente. Assim, a questão necessita de investigações linguísticas a respeito de sua efetividade, proposta que é realizada nesta pesquisa.

A seguir serão retomados os conceitos teóricos a respeito dos nomes gerais. Esses itens são entendidos neste trabalho como uma das possíveis formas de se evitar o uso masculino genérico e, assim, construir uma linguagem não sexista.

2.5 Os nomes gerais

Os *nomes gerais* para referência a seres humanos (NG [+hum]) figuram como uma das estratégias de construção de uma linguagem não sexista prevista pelas instruções normativas do próprio MUNSL. A obra aponta tais termos como "genéricos reais" e como formas de se evitar o uso do masculino genérico, exemplo *os homens*, que, segundo a tradição gramatical, pode incluir homens e mulheres. Entre os NG [+hum] sugeridos no manual, encontram-se nomes como *pessoa, gente, pessoal, povo*, etc.

Halliday e Hasan (1995 [1976]) são apontados como os precursores dos estudos dos *general nouns* como estratégias da construção da coesão em um texto. Os itens abordados pelos autores como nomes gerais são:

Quadro 3 – Lista de nomes gerais do inglês e seus traços semânticos

Traço semântico	Exemplo
humano	<i>people, person, man, woman, child, boy, girl</i>
não-humano animado	<i>creature</i>
inanimado concreto contável	<i>thing, object</i>
inanimado concreto incontável	<i>stuff</i>
inanimado abstrato	<i>business, affair, matter</i>
ação	<i>move</i>
lugar	<i>place</i>
fato	<i>question, idea</i>

Fonte: Adaptado de Halliday e Hasan (1995 [1976], p. 274).

Os nomes gerais estariam, segundo os autores, em um processo de transição entre o léxico da língua e os itens de caráter mais gramatical, apresentando traços mínimos de significação. Para Mihatsch (2006 *apud* AMARAL; RAMOS, 2014, p. 22), os nomes gerais possuem um nível de generalização muito elevado, desse modo a relação que eles podem estabelecer com outros itens é mais ampla, contribuindo para a função coesiva destacada por Halliday e Hasan. Além disso, essa propriedade restringe a descrição de um nome geral ao seu contexto de uso, como destacado por Mahlberg (2005), pois esses nomes tendem a manter relação direta com outros elementos do cotexto.

Koch e Oesterreicher (2007, p. 151) descrevem que os nomes gerais são unidades lexicais que apresentam traços semânticos muito gerais. Assim, são palavras dotadas de uma intensão mínima (pouca definição de seu conteúdo), mas de uma extensão máxima (alta capacidade de denotação de diferentes referentes).

Desse modo, segundo Amaral e Ramos (2014, p. 20), “os nomes gerais são substantivos frequentes, bem genéricos e em geral contáveis, que se afastam da hiperonímia, por se encontrarem em um nível de generalização extremamente alto”, assim podem manter relações com um número maior de outros itens dentro de um texto. Essa análise explica suas funções coesivas e sua frequência elevada.

Segundo Marcuschi e Koch (2006, p. 393), o uso dos nomes gerais é comum em processos de retomada por rotulação de ideias: “Na língua falada, é muito comum a rotulação por meio de nomes gerais, como *fato*, *problema*, *caso*, *circunstância* etc. [...]”. Justamente por possuírem significados amplos, os nomes gerais seriam itens de acesso mais fácil no momento da fala segundo Koch (2004), mesmo entre falantes de classes sociais mais prestigiadas e considerados falantes cultos. Esse uso teria relação com o fato de que, “na fala, em que planejamento e verbalização são quase simultâneos, a busca de um termo mais específico teria maior custo processual, de modo que se torna mais fácil recorrer a um termo imediatamente acessível” (KOCH, 2004, p. 250).

Embora, como apontado, muito produtivos na fala e nos processos de retomada e construção textual, os nomes gerais são utilizados também nos textos escritos, sobretudo aqueles de caráter jurídico. Segundo Amaral e Mihatsch (2016), o nome *pessoa*, do português, *personne*, do francês, e *Person*, do alemão, são itens que figuram desde textos romanos dos séculos XII e XIII, pelo termo latino *persona*, que tem origem no teatro, mas que, possivelmente por uma perda da tradição teatral influenciada pelo cristianismo, passa a ser menos produtivo e tem uso continuado no meio jurídico.

Com relação às propriedades sintáticas dos nomes gerais, Amaral e Ramos (2014) apontam como esses nomes podem ser precedidos por determinantes, apresentando, neste caso, função dêitica ou anafórica. Para o autor e a autora, a possibilidade de troca do nome geral por um pronome é um indicativo dessa função:

6a - “Parece ter causado muito pouca impressão **no homem**”

6b - “Parece ter causado muito pouca impressão **nele**”¹⁶

Outras funções desempenhadas pelos nomes gerais são destacadas por Amaral e Ramos (2014), dentre elas a de indeterminação. Esses nomes podem ser utilizados como estratégia para indeterminar os referentes sobre os quais se fala, o que pode ocorrer quando não é possível identificar tais referentes, em um caso de esquecimento, ou mesmo quando não se deseja realizar a identificação direta de um referente, muitas vezes incômodo. Esse apontamento já era realizado por Kleiber (1987), em que o autor destaca que os nomes gerais são usados para referência a entidades cujos nomes não sabemos, não queremos ou não podemos nomear.

Sobre os nomes gerais [+hum], Mihatsch (2015) indica que eles apresentam origem em contextos extremamente específicos, como em textos jurídicos, textos do domínio da teologia, da filosofia ou contextos didáticos, em que a diferenciação entre os sexos dos referentes não é necessária ou até mesmo não recomendada:

Esses nomes nascem para descrever os seres humanos de maneira geral em áreas muito específicas, especialmente nos textos jurídicos, teológicos e didáticos, e no domínio filosófico, portanto em contextos específicos em que a diferença entre os sexos não é relevante, ou em que se abstrai conscientemente os sexos. (MIHATSCH, 2015, p. 62)¹⁷.

Mihatsch (2015, p. 63) também aponta nomes que, em um domínio coletivo e com origem em textos acadêmicos, designam toda uma espécie ou a totalidade de alguns indivíduos, por exemplo, do francês *humanité* e do alemão *Menschheit* (português: *humanidade*). A autora aponta, por outro lado, nomes como *peuple* e *Volk*, do francês e do alemão respectivamente, de origem mais popular e que se assemelham ao nome *povo* do português. Esses últimos nomes apresentam, segundo a autora, restrições políticas, ideia que será melhor comentada mais à frente.

¹⁶ Exemplos (6a) e (6b) referem-se aos exemplos (9b) e (10b) em Amaral e Ramos (2014, p. 23).

¹⁷ Tradução nossa, do original: “Ces noms naissent pour décrire des êtres humains en général dans des domaines savants bien spécifiques, notamment dans les textes juridiques, théologiques et didactiques, et dans le domaine philosophique, donc dans des contextes précis dans lesquels la différence entre les sexes n’est pas pertinente ou dans lesquels on fait consciemment abstraction des sexes”.

Nesse sentido, a aplicação de nomes gerais [+hum] como forma de se referir simultaneamente a homens e mulheres mostra-se como uma prática já comum em alguns domínios discursivos. Assim, a aplicação desses nomes é entendida como estratégia linguística inclusiva e produtiva na construção de um uso da língua que evite construções masculinas genéricas, como entendidas pela tradição gramatical.

Ainda, em estudo sobre os nomes gerais em três localidades mineiras, as cidades de Campanha, Minas Novas e Paracatu, Amaral (2013a) aponta uma relação de nomes que foram classificados em seu estudo:

Dessa forma, tem-se um primeiro subgrupo formado pelos substantivos que possuem, essencialmente, o traço [-humano]: *coisa, lugar, negócio, trem, troço*; e um segundo subgrupo cujos membros possuem, necessariamente, o traço [+humano]: *gente, indivíduo, pessoa, pessoal, povo*. Entre os primeiros, diferencia-se ainda o item *lugar*, que pode ser caracterizado como [-humano] e essencialmente [+lugar]. Entre os segundos, é possível caracterizar *gente, pessoal e povo* como [+humano] e [+coletivo], enquanto *indivíduo e pessoa* seriam [+humano] e [-coletivo] (AMARAL, 2013a, p. 144-145).

Assim, com base na relação de nomes com traço [+humanos] apontada por Amaral (2013a), bem como nos demais estudos mencionados, foram analisados oito nomes gerais [+hum] neste trabalho. Seis deles compuseram a análise quantitativa, sendo eles *gente, humanos, pessoa(s), pessoal, povo, ser(res) humano(s)*, e dois deles compuseram apenas as descrições qualitativas, *indivíduo e sujeito*. A seleção desses nomes obedeceu, além das retomadas teóricas, critérios quantitativos descritos no capítulo 3 deste trabalho. A seguir serão feitos apontamentos teóricos a respeito de cada um dos NG [+hum] estudados.

2.5.1 *gente*

Amaral (2013a) aponta, em seu estudo, o nome *gente* como sendo o segundo nome geral [+hum] mais frequente, comportamento não observado nesta pesquisa, em que, em valores quantitativos absolutos, o nome *gente* figura como quarto nome mais usado entre os NG [+hum], como será apresentado no capítulo 4. Essa diferença na frequência do nome entre os trabalhos pode ter relação com o tipo de dado analisado, pois item *gente* está mais relacionados a contextos de fala espontânea e informal. Além disso, o autor indica como o nome tende a ser usado acompanhado de quantificadores, como em *muita gente, bastante gente*, contudo essa construção não é a única observada.

Cappeau e Schnedecker (2014), ao estudarem o comportamento dos nomes *gens*, *personne(s)* e *individu(s)*¹⁸, no francês, apontam como o nome *gens* ocorre somente em sua forma plural. Essa característica é, todavia, oposta ao seu nome correlato em português, *gente*, que apenas admite usos na forma singular no atual estágio de uso do item segundo Lopes (2014).

Amaral e Mihatsch (2016), ao estudarem o nome *pessoa* em português, francês e alemão, comentam como o nome *gente* em português se pronominalizou, na estrutura *a gente*, como forma de 1ª pessoa do plural. Nesse sentido, pode-se apontar que há uma maior preferência de uso do nome *a(s) pessoa(s)* em contextos antes ocupados por *a gente*. Lopes (2004) traça um panorama a respeito desse processo de gramaticalização do nome *gente* > *a gente*.

2.5.2 *humanos*

Segundo aponta Amaral (2017), o nome *humano(s)* tende a ser definido em obras lexicográficas apenas em seu uso como um adjetivo, porém, em meados do século XIX, são encontrados os primeiros verbetes, em dicionários de língua portuguesa, com acepções desse item como um substantivo; diferentemente das obras para o espanhol, as quais apenas marcam tal definição já na última década do século XX. O autor também aponta como as obras lexicográficas mais recentes, no século XXI, contêm acepções que relacionam mais o nome *humano(s)* com *ser(res) humano(s)*, evitando sua relação com o nome *homem*, pelo caráter polissêmico que tal item apresenta.

Ainda, Amaral (2017), a partir de dados de uso desse item, aponta como seu uso tem sido relativamente estável, em português, pelo menos desde o século XVII, sem significativos crescimentos de frequência. Além disso, o item tem sido usado preferencialmente em textos formais, científicos, com taxa de uso bem menor na língua oral. O nome *humano*, em espanhol, tende a ser mais bem aceito entre falantes dessa língua, enquanto, para falantes do português, o nome apresenta sensível menor aceitabilidade.

2.5.3 *pessoa(s)*

Sobre o nome *pessoa*, além dos apontamentos realizados anteriormente a respeito desse nome no meio jurídico, destaca-se o que Amaral e Ramos (2014), a partir de Amaral F. (2008),

¹⁸ Em português, respectivamente, *gente*, *pessoa(s)* e *indivíduo(s)*.

apontam: o nome *pessoa* tem sua origem, no âmbito jurídico, como referência apenas a seres humanos dotados de personalidade, titulares de deveres e de direitos. Embora essa afirmação nos pareça estranha atualmente, essa distinção considera a existência de indivíduos não considerados pessoas, como os escravos, ou os condenados.

Segundo Amaral (2013a), outra característica importante observada no nome *pessoa* tem relação com sua capacidade para substituir vários outros substantivos que detenham o traço [+humano], “pode-se assim caracterizar esse item também como protótipo para aqueles nomes que são usados para se referir a entidades humanas” (AMARAL, 2013a, p. 147-148).

Amaral (2013b) também aponta a produtividade e importância do nome geral *pessoa* no âmbito jurídico e do direito, sobretudo relacionado à concepção de conceitos como *pessoa jurídica* e *pessoa física*, pela necessidade de abstração do conceito com relação a seus referentes, propriedade observada nos nomes gerais; contudo o autor destaca que, “embora sejam termos constituídos por um nome geral, [*pessoa jurídica* e *pessoa física*] adquirem na linguagem jurídica um sentido específico” (AMARAL, 2013b, p. 174).

Em Amaral (2017), o estudo contrastivo entre o português e o espanhol indica que o nome *pessoa* se mostra mais frequente que os demais nomes de referência a seres humanos, ocupando-se, em português, como frequente estratégia de indeterminação do sujeito, além de preencher também o que seria o uso típicos da construção *a gente*, que, por estar gramaticalizada como pronome, ganhou outros significados na língua. Ainda, o estudo do autor indica como o nome *pessoa*, em português, tem frequência mais expressiva em dados de língua oral quando comparado aos usos em textos escritos e formais.

2.5.4 *pessoal*

Para Amaral (2013a), o nome *pessoal* apresenta o traço [+humano] e [+coletivo], isto é, esse nome faz diretamente referência a grupos de seres humanos. O autor, por outro lado, indica que esse item apresenta também comportamento de poder se referir a grupos menores e mais específicos ou também a grupos maiores, que incluem uma quantidade de seres humanos mais ampla, porém o próprio autor indica como essas análises carecem de melhores refinamentos em outros dados.

O dicionário de língua portuguesa Caldas Aulete (AULETE, online) traz como definição do nome *pessoal*, além de sua aceção como adjetivo (‘que se refere ou diz respeito a pessoa; ref., inerente ou peculiar à própria pessoa’), a definição do nome como ‘conjunto de pessoas com afinidades ou interesses comuns; conjunto de pessoas encarregadas do mesmo trabalho’,

sendo esse um uso mais formal, ou ainda a definição de *pessoal* como ‘turma, amigos, a família’ em um uso mais informal. Conforme será comentado no capítulo 4, o nome apresentou, nos dados desta pesquisa, comportamento semelhante às definições comentadas.

2.5.5 *povo*

Mihatsch (2015), ao comentar a origem dos nomes *peuple*, francês, e *Volk*, alemão, relaciona esses nomes, como de origem mais popular, porém apresentando uma restrição de política, e os relaciona ao nome *povo*, do português brasileiro. Para a autora, esses nomes apresentaram sentidos específicos que se perderam, embora esses usos possam ter deixado vestígios em expressões fixas. Amaral (2013a) indica que o nome *povo*, assim como o item *pessoal*, tem caráter coletivo, podendo fazer referência a conjuntos de seres humanos mais ou menos extensos.

Pereira (2014), em texto sobre o nome *povo*, analisa-o não por uma perspectiva linguística, mas a respeito de seu comportamento enquanto conceito político. A autora aponta como o nome *povo*, também sua forma plural *povos*, já constam em documentos desde o período do Brasil Colônia:

Nessa concepção, a palavra *povo* e sua variação no plural, *povos*, apareciam em documentos de todo o período colonial como o conjunto da população habitante de uma região ou colônia, o que era entendido como o conjunto dos vassallos ou súditos ou o conjunto das ordens e corpos que mantinham com o rei um dever de obediência e lealdade (PEREIRA, 2014, p. 173).

Ainda, para a autora, apesar desta definição comum, muitos textos e documentos do século XVIII, ao se referirem ao *povo*, estavam na verdade, referindo-se apenas às figuras dos “cidadãos”, isto é, das pessoas dotadas de direitos dentro da hierarquia social da época. Assim, “uma vez que a massa da população era índia, negra, mestiça ou despossuída e dependente, e por estes motivos, alijada dos mecanismos formais de representação, era vista como elemento integrante, mas de posição inferior” (PEREIRA, 2014, p. 174). A autora ainda indica como, em meados dos anos de 1820, o conceito de *povo* passou a ser um “conceito de um povo especificamente brasileiro. A partir de 1822, o povo passou a ser uma identidade coletiva política, cultural ou social” (PEREIRA, 2014, p. 180).

Contemporaneamente os usos do nome *povo* ainda tendem a apresentar essa característica de um conjunto de pessoas que possuem, ou fazem parte, de uma cultura. Embora haja também usos desse item para fazer apenas uma referência genérica a um conjunto de seres

humanos, suas aplicações quase sempre fazem referência a um conjunto específico de pessoas com alguma característica em comum, ainda que essa delimitação ocorra não no sintagma nominal, mas em todo contexto.

2.5.6 *ser(res) humano(s)*

Amaral e Mihatsch (2016) apontam como o nome *ser humano* tem menor frequência em contextos genéricos quando comparado ao nome *pessoa*, itens “equivalentes [a *pessoa*] que são usados em contextos genéricos em francês e português como *êtres humains* e *seres humanos* são muito menos comuns e parecem pertencer ao campo de linguagens especializadas” (AMARAL e MIHATSCH, 2016, p. 3)¹⁹.

Amaral (2017), ao analisar o uso do nome *ser humano*, em português e no espanhol, verifica como a frequência de uso desse item cresce de maneira significativa nos anos do século XX. Para o autor, o aumento desse item nesse período coincide com a redução do uso do nome *homem(ns)* como um nome geral, devido ao caráter polissêmico desse item. Além disso, o nome *ser humano* se mostra mais frequente em textos acadêmicos, expressando seu uso mais específico e formal, como observado por Amaral e Mihatsch (2016).

2.5.7 *indivíduo*

Sobre o nome *indivíduo*, Amaral (2013a) indica como esse nome está mais relacionado a contextos formais, já que em seus dados, de língua oral, apenas uma ocorrência do item foi registrada, cujo informante possuía elevado nível de escolaridade. Essa indicação é vista também por Cappeau e Schnedecker (2014) em estudo sobre o nome *individus* em francês e confirmada também pelo trabalho de Oliveira (2018). Cappeau e Schnedecker (2014), ao analisar a frequência desse nome em textos de língua escrita, apontam sua predominância em textos científicos e de filosofia.

Ainda de acordo com Cappeau e Schnedecker (2014), o nome *individus*, aqui tomado como equivalente a *indivíduo*, é o único, entre outros NG [+hum], capaz de se referir também a conjuntos de seres não necessariamente humanos, acepção frequente em contextos de usos relacionados à biologia: “é somente a partir do século XVII que *indivíduo* passa a se referir a

¹⁹ Tradução nossa, do original: “Les équivalents qui sont employés dans des contextes génériques en français et portugais comme *être humain* et *ser humano* sont bien moins fréquents et semblent appartenir plutôt au domaine des langues spécialisés”.

um membro da espécie humana através do vocabulário da biologia, no sentido de ‘corpo organizado vivendo uma existência adequada, e que não pode ser dividido sem ser destruído’” (CAPPEAU, SCHNEDECKER, 2014, p. 3034)²⁰. O autor e a autora também apontam como o nome *indivíduo* tende a correr em contextos de relatos de crimes, acompanhado de adjetivos como *encapuzado*, *armado*, *perigoso*, etc.

Também conforme Amaral (2017), a entrada do nome *indivíduo* como referência a seres humanos se deu tardiamente. A análise realizada pelo autor indica essa inserção do nome, que se torna cada vez mais frequente a partir do século XVII. Essa acepção só é encontrada em obras lexicográficas do português e do espanhol a partir do século XVIII. Com relação à variação de registro, o item *indivíduo* está mais relacionado a textos científicos e formais, tanto em português quanto em espanhol, resultados congruentes a pesquisas anteriores.

2.5.8 *sujeito*

No estudo de Amaral (2017), o autor observa que o nome *sujeito*, tanto em espanhol quando em português, tem acepções registradas em obras lexicográficas desde o século XVIII, já sendo apontado como um nome geral, com acepções que relacionam o item a nomes como *pessoa*, ou mais recentemente, séculos XX e XXI, com *homem*, *humano*, *pessoa e indivíduo*. O autor também identifica que o uso do nome, atualmente, tem maior frequência em português do que no espanhol, porém essa situação nem sempre foi assim. Até meados do século XVIII, o item *sujeito* tinha maior uso em dados do espanhol, sendo somente no século XIX registrado um cenário contrário. Com relação aos contextos de uso desse nome, Amaral (2017) indica que ele tende a ser mais aceitável em contextos de interpretação específica, como em (7), e não em contextos de interpretação genérica (8):

(7) De acordo com o jornal, um **sujeito** teria sido salvo do afogamento perto do porto ontem de manhã.

(8) Quando nos sentimos sós, devemos falar com um **sujeito**.²¹

Por uma perspectiva da linguagem jurídica, Amaral (2013b) comenta como o nome *sujeito*, bem como outros nomes gerais, como *negócio* ou *pessoa*, é usado na construção de um

²⁰ Tradução nossa, do original: “C’est seulement à partir du 17^{ième} siècle qu’individu renverrait à un membre de l’espèce humaine via le vocabulaire de la biologie au sens de «corps organisé vivant une existence propre, et qui ne saurait être divisé sans être détruit»”.

²¹ Exemplos (7) e (8) referem-se aos exemplos (12) e (14) em Amaral (2017, p. 69).

conceito que seja capaz de uma abstração dos referentes. Assim, no ordenamento jurídico, a expressão *sujeito de direitos*, formada a partir de um nome geral, significa uma generalização do próprio conceito de *pessoa*, assim, segundo Fiúza (2011, p. 121 *apud* AMARAL, 2013b, p. 175): “Toda pessoa é sujeito de direito, mas nem todo sujeito de direito será pessoa”.

Importante destacar, porém, que nenhum dos trabalhos retomados e comentados ao longo da seção 2.5 deste capítulo detiveram-se sobre o estudo dos nomes gerais para referência a seres humanos como uma estratégia de construção de uma linguagem menos sexista. Assim, as propostas desta pesquisa visam retomar os resultados de estudos anteriores sobre esses nomes e contribuir para compreensão do seu uso como mecanismo de eliminação de um sexíssimo linguístico.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo serão descritas as escolhas metodológicas adotadas no decorrer de toda a pesquisa e que possibilitaram a coleta, a organização, a seleção e a análise dos dados estudados. Primeiramente serão apresentados e justificados os dados escolhidos para o estudo, que foram selecionados partindo dos objetivos da pesquisa. Em seguida, serão apresentados os critérios de organização, seleção e classificação dos dados para a análise quantitativa realizada. Por fim, serão descritos os critérios de seleção dos dados para a análise qualitativa.

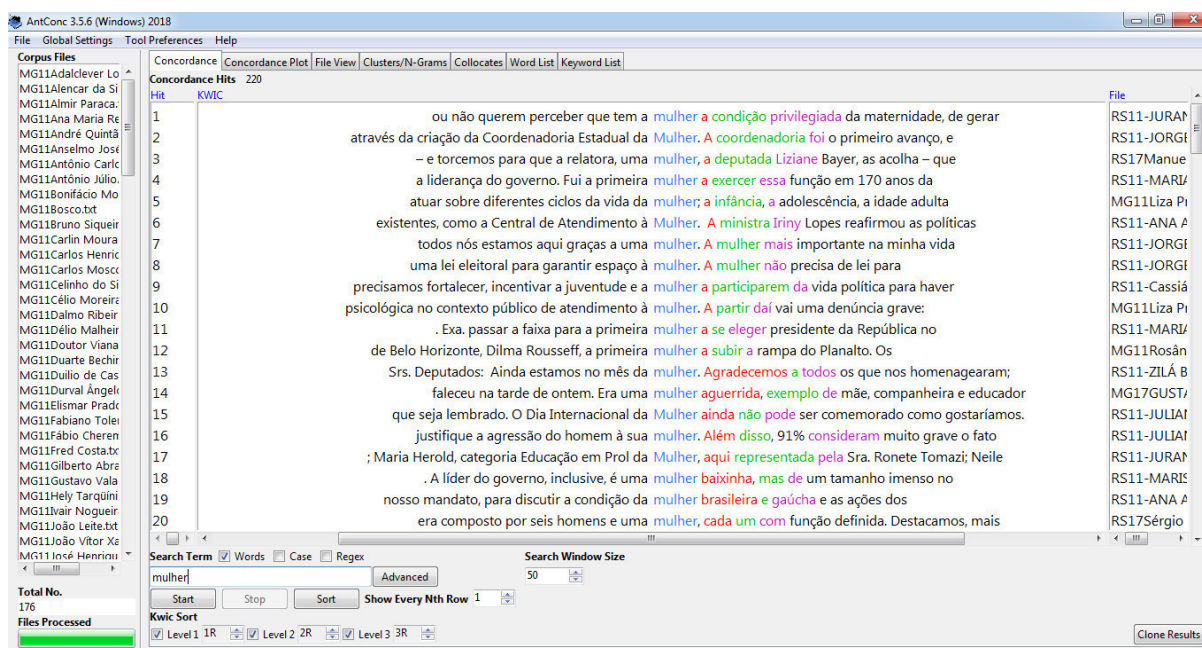
3.1 A escolha dos dados

Os dados utilizados para a realização deste trabalho foram coletados em textos públicos, sendo pronunciamentos realizados por deputados e deputadas estaduais dos estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Primeiramente, tendo como ponto de partida para a realização desta pesquisa a existência do manual de redação para um uso não sexista da linguagem, MUNSL, no estado do Rio Grande do Sul, a opção pelo estudo e pela análise dos pronunciamentos de deputados e deputadas tem como objetivo poder observar se o uso de uma linguagem não sexista no domínio dos órgãos da administração pública pode estar sofrendo alguma influência das políticas para a igualdade de gênero empregadas pelos governos.

Desse modo, a escolha dos dados provenientes da Assembleia Legislativa do estado de Minas Gerais (ALMG) e da Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul (ALRS) visa possibilitar uma comparação diatópica, uma vez que o estado gaúcho possui uma obra prescritiva com relação ao uso de uma linguagem não sexista, e o estado mineiro não. Além disso, foram delimitadas duas sincronias de coleta dos dados: pronunciamentos realizados em cada casa legislativa nos períodos de 1º a 31 de março de 2011 (doravante “março de 2011”), e de 1º a 30 de novembro de 2017 (doravante “novembro de 2017”). A definição de dois momentos distintos para coleta de dados teve como objetivo possibilitar uma comparação da variação diacrônica do uso das variantes estudadas. Ainda, os anos de 2011 e 2017 fazem parte de duas legislaturas distintas, assim será possível observar uma variação entre deputadas e deputados reeleitos ou não; o ano de 2011 também marca um período anterior à publicação do MUNSL (TOLEDO et al., 2014) no Rio Grande do Sul, sendo esse, portanto, um marco importante para a análise do fenômeno estudado. O total de parlamentares/pronunciamentos coletados, bem como a descrição dos valores totais do conjunto de dados de estudo serão descritos no item 3.2 deste capítulo.

Os dados foram todos coletados a partir das informações disponibilizadas pelas próprias assembleias legislativas em seus respectivos *sites* (informações e descrições sobre as assembleias e sobre a disponibilização dos pronunciamentos serão descritas nos itens 3.1.1 e 3.1.2). Os dados foram coletados pelo autor e armazenados em arquivo de texto (formato .txt) para que pudessem ser, posteriormente, tratados e manipulados por meio do *software freeware* concordanciador de análises linguísticas AntConc (ANTHONY, 2018). O *software* AntConc é uma ferramenta de análises linguísticas com grande utilidade no tratamento de dados de grande extensão e comumente utilizado em trabalhos vinculados à *Linguística de Corpus*. A ferramenta permite a contagem de palavras, bem como a elaboração de listas de frequência e listas de concordância, instrumentos que auxiliam nos processos de análises linguísticas. A figura 1 ilustra a tela do *software*:

Figura 1 – Tela do *software* Antconc: fragmento da lista de concordância gerada para o item *mulher*



Fonte: o autor.

3.1.1 ALMG²²

Fundada em 31 de janeiro de 1835, durante o período da Monarquia, a então Assembleia Legislativa Provincial localizava-se na cidade de Ouro Preto, capital mineira à época. A casa

²² Todas informações apresentadas se encontram no site da ALMG, disponível em <<https://www.almg.gov.br/>>, acesso em 03 out. 2018.

legislativa, que acompanhou as diversas mudanças políticas do país ao longo das décadas, tem, contemporaneamente, sede na atual capital mineira, Belo Horizonte, e é formada por um total de 77 parlamentares, entre deputados e deputadas.

A ALMG disponibiliza, por meio de seu *site*, as transcrições integrais²³ dos pronunciamentos realizados em reuniões do Plenário desde o ano de 2001. Assim, para a coleta dos dados estudados nesta pesquisa, foi usado o sistema de busca do próprio *site*. Foi realizada uma pesquisa por todos os tipos de pronunciamentos disponíveis, sendo filtradas apenas as datas, como já mencionado e descrito anteriormente. Ressalta-se, no entanto, que os resultados obtidos traziam também pronunciamentos de pessoas convidadas. Foi necessária, portanto, uma seleção manual no momento de salvar os textos. Além disso, casos de “aparte”, isto é, interrupções de fala feitas por outro deputado ou deputada, tiveram de ser separados manualmente, garantindo que não fossem atribuídas equivocadamente ocorrências a parlamentares distintos. Os dados colhidos referentes ao ano de 2011 pertencem à 17ª legislatura e os dados de 2017 à 18ª legislatura.

O quadro 4 relaciona todos deputados e deputadas cujos pronunciamentos compõem a amostra de dados utilizada:

Quadro 4 – Relação de deputados e deputadas da amostra de dados da ALMG

Parlamentar²⁴	Partido	Parlamentar	Partido
Adalclever Lopes	MDB/PMDB	Fábio Cherem	PDT
Alencar Da Silveira Jr	PDT	Felipe Attiê	PTB
Almir Paraca	PT	Fred Costa	PATRI
Ana Maria Resende	PSDB	Geraldo Pimenta	PCdoB
André Quintão	PT	Gilberto Abramo	PRB
Angelo Oswaldo De Araújo Santos	MDB/PMDB	Gustavo Valadares	PSDB
Anselmo José Domingos	PTC	Hely Tarquínio	PV
Antônio Carlos Arantes	PSDB	Ivair Nogueira	MDB/PMDB
Antônio Jorge	PPS	João Leite	PSDB
Antônio Júlio	MDB/PMDB	João Vítor Xavier	PSDB
Arlen Santiago	PTB	José Henrique	MDB/PMDB
Bonifácio Mourão	PSDB	Liza Prado	PROS
Bosco	AVANTE	Luiz Carlos Miranda	PDT

²³ As transcrições coletadas são de caráter textual e consultivo, sendo realizadas em norma ortográfica. Para verificar um exemplo de transcrição, consultar o APÊNDICE F.

²⁴ Ao decorrer de todo o texto, a referência aos deputados e deputadas se dará, sempre, pelo uso do *nome parlamentar*. Segundo Amaral (2013b, p. 57), o nome parlamentar é um “antropônimo escolhido pelo indivíduo eleito a cargo legislativo para ser usado em documentos oficiais da casa legislativa”. A escolha do nome parlamentar não é regida por legislação própria, podendo apresentar critérios definidos pelas próprias assembleias e câmaras.

Braulio Braz	PTB	Luiz Henrique	PSDB
Bruno Siqueira	MDB/PMDB	Luiz Humberto Carneiro	PSDB
Cabo Júlio	MDB/PMDB	Luzia Ferreira	PPS
Carlin Moura	PCdoB	Maria Tereza Lara	PT
Carlos Henrique	PRB	Marília Campos	PT
Carlos Mosconi	PSDB	Paulo Guedes	PT
Carlos Pimenta	PDT	Paulo Lamac	REDE
Celinho Do Sinttrocel	PCdoB	Pompílio Canavez	PT
Célio Moreira	PSDB	Roberto Andrade	PSB
Dalmo Ribeiro Silva	PSDB	Rogério Correia	PT
Délio Malheiros	PV	Romel Anízio	PP
Dirceu Ribeiro	PODE	Rômulo Viegas	PSDB
Douglas Melo	MDB/PMDB	Rosângela Reis	PODE
Doutor Jean Freire	PT	Sargento Rodrigues	PTB
Doutor Viana	DEM	Sávio Souza Cruz	MDB/PMDB
Doutor Wilson Batista	PSD	Sebastião Costa	PPS
Duarte Bechir	PSD	Tadeuzinho Leite	MDB/PMDB
Duilio De Castro	PMN	Tiago Ulisses	PV
Durval Ângelo	PT	Ulysses Gomes	PT
Elismar Prado	PROS	Vanderlei Miranda	MDB/PMDB
Emidinho Madeira	PSB	Zé Maia	PSDB
Fabiano Tolentino	PPS	-	-

Fonte: o autor.

3.1.2 ALRS²⁵

No atual estado do Rio Grande do Sul, em 20 de abril de 1835, foi instalada a Assembleia Legislativa Provincial, que, assim como a casa legislativa do estado de Minas, passou por importantes momentos históricos na construção do Estado brasileiro. É a partir de 1989, até os dias atuais, com a promulgação da Constituição do estado do Rio Grande do Sul, que se reconfigura o papel e a posição da casa legislativa em relação ao povo do estado. Atualmente, ano de 2018, a assembleia conta com 55 parlamentares eleitos.

A ALRS disponibiliza, por meio do *site* do Departamento de Taquigrafia²⁶, vasto material relacionado às reuniões de Sessões Plenárias, desde transcrições e atas, até materiais em áudio. Os pronunciamentos dos deputados e deputadas estão organizados por parlamentar, sendo assim, a coleta dos dados foi realizada individualmente, obedecendo ao critério de seleção pelas datas já apontadas. Diferentemente dos dados disponibilizados pela ALMG, os

²⁵ Todas informações apresentadas se encontram no site da ALRS, disponível em <<http://www.al.rs.gov.br>>, acesso em 03 out. 2018.

²⁶ Disponível em <<http://www2.al.rs.gov.br/taquigrafia/Transcri%C3%A7%C3%B5es/tabid/5477/Default.aspx>>, acesso em 03 out. 2018.

casos de “aparte” nos pronunciamentos da ALRS não estão colocados nos textos individuais. Os dados colhidos referentes ao ano de 2011 pertencem à 53ª legislatura e os dados de 2017 à 54ª legislatura.

O quadro 5 relaciona todos deputados e deputadas cujos pronunciamentos compõem a amostra de dados:

Quadro 5 – Relação de deputados e deputadas da amostra de dados da ALRS

Parlamentar	Partido	Parlamentar	Partido
Adão Villaverde	PT	Liziane Bayer	PSB
Adilson Troca	PSDB	Lucas Redecker	PSDB
Adolfo Brito	PP	Luciano Azevedo	PPS
Adroaldo Loureiro	PDT	Luis Augusto Lara	PTB
Alexandre Lindenmeyer	PT	Luis Fernando Schmidt	PT
Alexandre Postal	MDB/PMDB	Luiz Fernando Mainardi	PT
Altemir Tortelli	PT	Manuela D'ávila	PCdoB
Ana Affonso	PT	Márcio Biolchi	MDB/PMDB
Any Ortiz	PPS	Marco Alba	MDB/PMDB
Bombeiro Bianchini	PR	Maria Helena Sartori	MDB/PMDB
Carlos Gomes	PRB	Marisa Formolo	PT
Cassiá Carpes	PTB	Maurício Dziedricki	PTB
Catarina Paladini	PSB	Miki Breier	PSB
Ciro Simoni	PDT	Miriam Marroni	PT
Daniel Bordignon	PT	Missionário Volnei	PR
Dr. Basegio	PDT	Nelsinho Metalúrgico	PT
Edegar Pretto	PT	Paulo Borges	DEM
Edson Brum	MDB/PMDB	Paulo Odone	PPS
Elton Weber	PSB	Pedro Pereira	PSDB
Enio Bacci	PDT	Pedro Ruas	PSOL
Frederico Antunes	PP	Pedro Westphalen	PP
Gabriel Souza	MDB/PMDB	Raul Carrion	PCdoB
Gerson Burmann	PDT	Raul Pont	PT
Gilberto Capoani	MDB/PMDB	Regina Becker Fortunati	PTB
Gilmar Sossella	PDT	Ronaldo Santini	PTB
Giovani Feltes	MDB/PMDB	Sérgio Peres	PRB
Heitor Schuch	PSB	Sérgio Turra	PP
Jeferson Fernandes	PT	Silvana Covatti	PP
João Fischer	PP	Sr. Alceu Barbosa	PDT
Jorge Pozzobom	PSDB	Stela Farias	PT
José Sperotto	PTB	Tarcisio Zimmermann	PT
Juliana Brizola	PDT	Tiago Simon	MDB/PMDB
Juliano Roso	PCdoB	Vilmar Zanchin	MDB/PMDB
Jurandir Maciel	PTB	Zé Nunes	PT
Juvir Costella	MDB/PMDB	Zilá Breitenbach	PSDB

Fonte: o autor.

3.2 Tratamento quantitativo

Foram coletados todos os pronunciamentos feitos por deputados e deputadas das duas assembleias nos períodos descritos na seção 3.1. Os totais de parlamentares por estado estão descritos na tabela 1:

Tabela 1 – Número total de deputados e deputadas com pronunciamentos coletados em cada sincronia²⁷

Assembleia	Deputados e deputadas	
	Março de 2011	Novembro de 2017
ALMG	54	35
ALRS	46	41

Fonte: o autor.

Entre as deputadas ou deputados com pronunciamentos coletados, 17 parlamentares foram reeleitos na ALMG e 15 foram reeleitos na ALRS.

O valor total de contagem de palavras do conjunto de dados coletados foi de aproximadamente 449.895 *tokens*²⁸ e 22.996 *types*²⁹. Os valores, distribuídos por estado e por sincronia, estão descritos na tabela 2:

Tabela 2 – Tokens/types por sincronia

Assembleia	Tokens / types	
	Março de 2011	Novembro de 2017
ALMG	127.226 / 10.852	111.740 / 10.670
ALRS	118.510 / 10.699	92.419 / 10.062

Fonte: o autor.

Para que se chegasse aos valores da tabela 2, o conjunto de dados precisou ser equilibrado, isto é, foi preciso que uma parte dos dados fosse retirada. O mês de março 2011, nos dados da ALMG, por exemplo, apresentou valores excessivamente mais altos em relação aos demais períodos, devido à grande quantidade de pronunciamentos. Para esse recorte,

²⁷ Os valores não correspondem ao total de parlamentares de cada assembleia, mas sim àqueles com pronunciamentos realizados e coletados no período estipulado pela pesquisa.

²⁸ O termo *token* refere-se ao número total de palavras de um conjunto de textos.

²⁹ O termo *type* refere-se ao número total de palavras distintas em um conjunto de textos, isto é, o total de palavras desconsideradas das repetições de um mesmo item lexical.

portanto, foram eliminados os pronunciamentos realizados nos últimos dias de cada mês coletado, sempre seguindo, assim, a ordem cronológica inversa.

Além disso, apesar de o número de parlamentares com pronunciamentos coletados apresentar variação (ver tabela 1), a extensão final das amostras de dados, em seus números de *tokens*, e sobretudo de *types*, mantém uma equivalência, conforme tabela 2. Assim, estabeleceu-se uma comparabilidade dos recortes propostos, o que garante confiabilidade aos resultados da pesquisa.

Com os dados coletados e organizados, foram estabelecidos os critérios para a seleção das ocorrências que seriam, então, de fato estudadas pela pesquisa. Sendo o objetivo deste trabalho verificar o uso de itens lexicais de referência a seres humanos em contexto de referência a homens e mulheres, estabeleceu-se que esses contextos e itens lexicais seriam apurados nos dados com base na frequência total de ocorrências. Para isso, o *software AntConc* foi alimentado com uma lista de exclusão³⁰ (*stop list*) visando retirar do topo da lista de frequência o maior número de itens indesejáveis para a pesquisa, itens de natureza gramatical, como pronomes³¹, artigos, preposições, conjunções, advérbios, além de itens lexicais não nominais, como verbos³². Ao excluir determinados itens na construção da lista de frequência, pretendeu-se que o maior número possível de itens nominais de referência a seres humanos pudesse ocupar as posições de topo.

Foi elaborada uma lista com as primeiras mil palavras mais frequentes nos dados coletados (APÊNDICE A). Esses itens lexicais foram analisados individualmente e selecionados aqueles que, de fato, faziam referência a homens e mulheres simultaneamente, ou pelo uso do masculino genérico do qual trata a GT, ou por outras formas lexicais, como os nomes gerais – que são também foco deste trabalho. Foram selecionados 57 itens lexicais, cujos critérios de seleção serão descritos e exemplificados a seguir.

³⁰ A lista de exclusão foi elaborada pelo próprio autor com base nas próprias ocorrências encontradas nos dados. Para esse processo o uso do *software AntConc* foi, também, essencial.

³¹ Alguns pronomes foram mantidos na lista de frequência, sendo eles: *algum, aquele, dele, outro, todo* e suas respectivas flexões de número e gênero. Com relação ao pronome indefinido *alguém*, optou-se por sua retirada da relação de itens, por ele não configurar, objetivamente, uma oposição entre formas masculinas e femininas.

³² Foram excluídas todas as ocorrências verbais, exceto as formas nominais dos verbos no particípio, uma vez que tais itens podem, em determinados contextos, “desempenhar as funções próprias dos nomes substantivos e adjetivos” (CEGALLA, 1989, p. 163). São exemplos de particípios *interessado, convidado, chamado*, etc. Segundo Perini (2010, p. 254), “podemos distinguir os nominais da língua entre aqueles que têm potencial referencial (podem se referir a uma coisa) e os que não têm”, assim, os itens mencionados têm potencial de designar coisas ou seres. A forma verbal *ser* também foi mantida, por poder expressar referência nominal, como em *o ser humano*.

3.2.1 A escolha dos itens analisados e os casos desconsiderados

A seleção dos 57 itens lexicais analisados teve como critério inicial que fossem itens nominais com referência a seres humanos e fizessem, em seu contexto de uso, referência a homens e mulheres de forma simultânea. Destaca-se, também, que se optou por trabalhar no nível da *lexia*, isto é, das ocorrências assim como usadas no discurso e representadas na lista de frequência, e não no nível do *lexema*³³. Os 57 itens lexicais estão organizados no quadro 6 por ordem de ocorrências contabilizadas:

Quadro 6 – Itens lexicais coletados nos dados e número de ocorrências

Lexias	Número de ocorrências	Lexias	Número de ocorrências
pessoa(s)	506	companheiros	39
povo	351	técnicos	38
servidor(res)	285	daqueles	33
população	202	gaúchos	33
trabalhador(res)	167	representante(s)	33
cidadão(s)	156	atleta(s)	30
parlamentar(res)	123	membros	28
funcionários	120	empresários	25
professor(res)	105	diretores	24
senhor(res)	104	público(s)	24
prefeito(s)	99	político(s)	21
mineiro(s)	92	pobres	20
aqueles	85	líderes	18
consumidor(res)	76	ser(res) humano(s)	18
agricultor(res)	67	dirigentes	14
colegas	64	juiz	12
peçoal	63	médico	7
alunos	56	ministro	7
homem(ns)	53	negro	5
telespectadores	53	próximo	5
jovem(ns)	51	secretário	5
filho(s)	48	alguns	3
amigo(s)	47	humanos	2
brasileiro(s)	45	presentes	2
pescadores	45	responsável	2
outro(s)	43	afro-brasileiro	1

³³ Para Biderman (2001, p. 169), “os *lexemas* se manifestam, no discurso, através de formas ora fixas, ora variáveis. Essa segunda alternativa é mais freqüente nas línguas flexivas e aglutinantes. Assim, em português, o *lexema* CANTAR pode manifestar-se discursivamente como *cantei*, *cantavam*, *cantas*, *cantando* etc. O *lexema* MENINO com *menino* e *meninos*. A essas formas que aparecem no discurso, daremos o nome de *lexia*”.

vereador(res)	42	coordenador	1
gente	41	senador	1
policial(is)	40	-	-

Fonte: o autor.

Entre os 57 itens do quadro 6, nota-se que algumas ocorrências possuem apenas formas singulares, como *senador*, *negro* ou *secretário*, ou apenas formas plurais, como *pescadores*, *colegas* ou *funcionários*. Há também itens com as duas formas simultaneamente, singular e plural, como *amigo(s)*, *pessoa(s)* ou *vereador(res)*. Isso se deve ao fato de, na lista de frequência dos dados totais, entre as mil primeiras ocorrências, esses itens terem figurado ora em uma única forma (singular ou plural), ora com duas formas (singular e plural). Essa variação se dá pela opção de se trabalhar no nível da lexia, conforme apontado anteriormente.

Destaca-se, também, que um mesmo item poderia ser utilizado em contextos de referência a homens e mulheres, ou de referência exclusiva a homens. Nesse segundo caso, as ocorrências foram descartadas por não representarem variantes da variável estudada pela pesquisa. Alguns exemplos não contabilizados nesse sentido foram:

- (9) O Senador Aécio Neves nunca foi **homem** de radicalismo nem de agressão. (MG11M-Bonifácio Mourão)
- (10) Neste mês de novembro, os **homens**, rotineiramente, deveriam buscar, assim como as mulheres o fazem, o serviço de saúde para que se tivesse saúde e qualidade de vida. (RS17F-Zilá Breitenbach)
- (11) Lá estiveram presentes o governador Tarso Genro, o presidente Adão Villaverde e vários parlamentares desta Casa, o **ministro** da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Gonçalves Rossi, e o deputado Aldo Rebelo, relator do projeto que altera o Código Florestal. (RS11M-Dr. Basegio)
- (12) O Requião, **senador** do PMDB, fez um discurso belíssimo [...] (MG11M-Rogério Correia)
- (13) como também os **líderes** da base de governo, os Deputados Luiz Humberto Carneiro, Gustavo Valadares e Bonifácio Mourão. (MG11M-Sargento Rodrigues)

Não foram considerados também os itens nominais substantivos denominados pela GT como *comum de dois gêneros*³⁴ quando não precedidos de determinante que marcasse o gênero gramatical. Essa opção teve como base o fato de esses nomes, sem o determinante, não serem

³⁴ Segundo Cegalla (1989, p. 118), os substantivos comuns de dois gêneros são aqueles que “sob uma só forma, designam os indivíduos dos dois sexos. São masculinos quando referentes a homens, e femininos se designam mulheres. Distinguímos-lhes o gênero através do artigo ou adjetivo que os acompanham”.

classificados com clareza dentro do que delimitamos como o masculino genérico. Alguns exemplos são:

- (14) Para que continuem tramitando, necessitam obrigatoriamente que **parlamentares** apresentem requerimentos de desarquivamento. (MG11M-Elismar Prado)
- (15) Quando digo que, hoje, no espaço popular desta Casa, aconteceu uma manifestação de **policiais** que se sentiram ofendidos com as declarações de Deputados sobre a política de direitos humanos [...] (MG11M-Durval Ângelo)
- (16) Ora, **colegas**, cabe exatamente à diretoria da Corsan a captação dos recursos e o encaminhamento do empréstimo. (RS17M-Vilmar Zanchin)
- (17) Um abraço extensivo à sua mãe, ao seu filho, aos seus familiares e **colegas** de Emater. (RS17M-Pedro Pereira)
- (18) Nesse documento, está afirmado que o consumo de drogas já não estava circunscrito a um grupo determinado, senão que se expandira para **jovens** de todas as classes [...] (MG17M-Alexandre Victor de Carvalho)
- (19) estabelecer um ordenamento legal que possa fortalecer as entidades responsáveis por sua promoção e valorizar seus dirigentes, treinadores e **atletas**. [...] (MG17M-Roberto Andrade)
- (20) Não pode, eu não posso pautar as matérias, não posso convocar reunião de **líderes**. (MG17M-Sargento Rodrigues)

Entre outros casos especiais estão os itens *população* e *público*, suas ocorrências foram selecionadas apenas parcialmente. Esses itens, desde que não acompanhados de modificador que restrinja sua referência — como em *população feminina*³⁵ — referem-se a grupos mistos de homens e mulheres. Porém algumas de suas ocorrências foram desconsideradas por estarem em contextos em que o referente do item não era claramente identificável. Para testar esses contextos, foram aplicados testes de substituição entre os itens e o nome geral [+hum] *pessoas*. Os exemplos (21a) e (22a) representam ocorrências selecionadas, já que o teste de substituição não altera o sentido do trecho, como pode ser observado em (21b) e (22b):

- (21a) É bom que a **população** se lembre dos deputados federais que aprovaram essa PEC. (MG17M-André Quintão)
- (21b) É bom que as **pessoas** se lembrem dos deputados federais que aprovaram essa PEC.³⁶

³⁵ [...] requer implantação articulada de medidas como sensibilização e mobilização da **população feminina**, investimento tecnológico e em recursos humanos[...] (MG11F-Liza Prado)

³⁶ Todas as paráfrases dos exemplos são de nossa autoria.

(22a) Cumprimento o Sr. Presidente, as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados e o **público** presente, que acompanha os nossos trabalhos. (MG11M-Duarte Bechir)

(22b) Cumprimento o Sr. Presidente, as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados e as **pessoas** presentes, que acompanham os nossos trabalhos.

Já os exemplos (23a) e (24a) representam casos de ocorrências de *população* e *público* que não foram contabilizadas, pois não puderam ser substituídas por *pessoas*. Esses casos parecem estar mais próximos de um conceito político, ou coletivo, mais abstrato:

(23a) Há Distritos que são maiores que os Municípios, têm uma **população** maior que os Municípios, e deveriam ser tratados com a mesma atenção. (MG11M-Anselmo José Domingos)

(23b) ? Há Distritos que são maiores que os Municípios, têm **pessoas** maiores que os Municípios, e deveriam ser tratados com a mesma atenção.

(24a) Como disse o Durval, teremos a presença de um **público** muito grande, e a presidência, portanto, manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença. (MG17M-Antônio Jorge)

(24b) ? Como disse o Durval, teremos a presença de **pessoas** muito grandes, e a presidência, portanto, manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença.

Assim, como se nota nas sentenças em (23b) e (24b), esses contextos, ao serem submetidos ao teste de comutação, tiveram seus sentidos modificados, diferenciando-os, portanto, de exemplos como vistos em (21a) e (22a).

Por fim, destaca-se mais dois itens que, apesar de estarem presentes entre as mil palavras mais frequentes e representarem usos do masculino genérico para referência a homens e mulheres, não foram selecionados para a análise dos dados, sendo eles *deputado(s)* e *todo(s)*. A opção por mantê-los fora do estudo proposto baseou-se na quantidade de ocorrências que tais itens apresentaram. Para as lexias *deputado* e *deputados*, foi contabilizado, sem maiores refinamentos, um total de 4029 ocorrências, e para as lexias *todo* e *todos* um total de 1272. Esses valores, influenciados pela natureza dos textos e pela natureza gramatical de *todo(s)*, representariam um enviesamento dos resultados por destoarem do restante das ocorrências estudadas.

3.2.2 Análise e classificação das ocorrências

A partir dos 57 itens lexicais apurados para compor a análise deste estudo, foram coletadas e selecionadas, com base nos critérios definidos anteriormente, todas as suas ocorrências, totalizando um montante de 3680 dados. Cada uma dessas ocorrências foi analisada e classificada quanto a alguns critérios pré-estabelecidos e relacionados a aspectos de seu uso. O quadro 7 resume os critérios adotados, que são descritos em seguida:

Quadro 7 – Critérios de classificação das ocorrências

Tipo de uso		Estratégia empregada			Contexto de NG [+hum]	
Sexista	Não sexista	Sexista	Não sexista		Sim	Não
		Masculino genérico	Nomes gerais	Outras		

Fonte: o autor.

A primeira classificação feita foi se a ocorrência se referia a um uso considerado *sexista* ou a um uso considerado *não sexista*, e a segunda como esses usos foram de fato realizados, isto é, quais foram as estratégias empregadas. Essa classificação partiu dos pressupostos constantes no manual de redação publicado pelo Governo do estado do Rio Grande do Sul no ano de 2014.

As ocorrências consideradas *sexistas* são aquelas que apresentam o uso do masculino genérico para se referir simultaneamente a homens e mulheres, sendo essa uma variante considerada excludente perante movimentos ativistas de políticas linguísticas para a construção de uma linguagem inclusiva, além de movimentos sociais feministas que discutem o papel e a presença da mulher na sociedade, e como a língua tende a perpetuar questões relacionadas à desigualdade de gênero. Os exemplos (25) a (27) representam tais situações de usos:

- (25) Há **alunos** com deficiência leve, moderada, severa, e uma grande parcela desses **alunos** não tem a menor condição de estudar em uma escola de ensino regular [...] (MG17M-Duarte Bechir)
- (26) Verificamos que essa riqueza pode ser uma renovação da qualidade de vida do **cidadão** brasileiro. (MG11M-Bruno Siqueira)
- (27) Espero que o eco da minha voz, que representa milhares de **mineiros**, possa repercutir nos órgãos governamentais, sensibilizando os governos para atender os pleitos e os anseios de nossos municípios. (MG11M-Duilio De Castro)

Já os usos classificados como *não sexistas* são, entre diversas estratégias, principalmente aqueles compostos pelo uso dos *nomes gerais* de referência a seres humanos, conforme exemplos (28) a (30):

- (28) Quero lembrar algumas **pessoas** nas nossas andanças, principalmente neste último ano [...] (MG17M-Arlen Santiago)
- (29) Queremos que a política seja feita com respeito a todo e qualquer **ser humano**. (RS11M-Miki Breier)
- (30) Irmã Polonia Armiliato, enfermeira e nutricionista, com experiência na França e na Amazônia, é a precursora da bioenergética, método que faz muita **gente** sobreviver a partir do que a natureza tem, por meio da fitoterapia. (RS11F-Marisa Formolo)

Outras formas classificadas como *não sexistas* foram aquelas em que há uma tentativa explícita de marcar a presença da mulher no discurso por meio da duplicação de itens lexicais em sua forma masculina e também sua forma feminina. Esses usos apresentaram ocorrências em diversas posições sintáticas diferentes, incluindo vários casos de vocativo e algumas ocorrências, também, de aposto (sendo essa uma forma de especificar os referentes de um nome masculino anterior, exemplo (33)) conforme os exemplos:

- (31) Por isso que a Assembleia deve, sim, parar para homenagear a história de **homens** e **mulheres** que construíram este País [...] (RS17M-Maurício Dziedricki)
- (32) Eu vi, **senhoras** e **senhores**. Eu vi com que liberdade e desfaçatez o lobista (RS17M-Tarcisio Zimmermann)
- (33) [...] mas infelizmente nada foi feito, e milhares de trabalhadores, **homens** e **mulheres**, morreram na Br-381 [...] (MG11M-Luiz Carlos Miranda)

Destaca-se que os exemplos (28) a (33) acima constam como propostas para um uso não sexista da linguagem no texto do MUNSL (TOLEDO et al., 2014), indicando, portanto, que as instruções prescritivas da obra são passíveis de serem realizadas concretamente no discurso e no uso da língua.

Uma terceira classificação dessas ocorrências aconteceu para responder à seguinte questão: quais ocorrências poderiam ser substituídas por um nome geral? Isto é, em quais contextos o uso do masculino genérico ou mesmo da duplicação do item lexical poderiam ser substituídos pela presença de um nome classificado como nome geral de referência a seres

humanos? Essa pergunta nos possibilitou compreender como o uso dos NG [+hum] para construção de uma linguagem não sexista, estratégia prevista pelas normas prescritivas do MUNSL (TOLEDO et al., 2014), pode ser de fato produtivo.

A classificação dos contextos que permitiriam o uso de nomes gerais foi binária, verificando a possibilidade ou não do uso de nomes gerais no contexto, contudo cinco itens tiveram uma classificação parcial, sendo eles: *cidadão(s)*, *consumidor(res)*, *homem(ns)*, *outro(s)* e *parlamentar(res)*. Esses nomes serão descritos e exemplificados a seguir.

3.2.2.1 Contextos de NG [+hum]: casos especiais

O nome *cidadão(s)* apresentou, em sua maioria, usos que poderiam ser facilmente substituídos pelo emprego de algum NG [+hum]. O exemplo (34) ilustra um uso que poderia ser substituído pelos nomes *povo* ou *pessoas*, assim como o exemplo (35) representa um caso passível de ser trocado também por *povo*. Já o exemplo (36), embora seja um uso classificado como não sexista, já que há a duplicação do item nominal, figura como um contexto em que também caberia o uso de um nome geral.

(34) Que lucro é esse, se você vendeu um produto e não o entregou para o **cidadão**? (MG17M-Antônio Carlos Arantes)

(35) É justo que todo **cidadão** gaúcho, inclusive estudantes, ganhe essa anistia. (RS11M-Edson Brum)

(36) Quase 44 mil **cidadãos** e **cidadãs** de Juiz de Fora confiaram seu voto a nosso mandato na Assembleia Legislativa. (MG11M-Bruno Siqueira)

Por outro lado, os exemplos (37) a (39) representam contexto em que o uso de um nome geral modificaria o sentido da sentença. Esses casos vinculam, ao nome *cidadão(s)*, um sentido político que está além da simples referência a um grupo de seres humanos.

(37) O Município ajuda o Guarani e tantas outras entidades que militam formando não só atletas, também o **cidadão** do amanhã. (RS17M-Catarina Paladini)

(38) Isso é que é primordial para nós **cidadãos** e para os órgãos públicos. (MG11M-Duilio De Castro)

(39) [...] a jurisprudência e a doutrina dominante são fartas em dizer que não se deve fazer diferença entre policial militar, policial civil, **cidadão** comum ou qualquer outra pessoa [...] (MG11M-Sargento Rodrigues)

O nome *consumidor(res)* também apresentou contexto em que o uso de um NG [+hum] mostrou-se restrito. Quando esse nome foi empregado para referência a pessoas que consomem uma substância, isto é, com sentido de ‘fazer uso’, o uso de um nome geral mostrou-se possível, conforme os exemplos (40a) e (41a):

(40a) Mas também é verdade que hoje, provavelmente não foi assim nos primeiros tempos, não foi tão simples, se um **consumidor** tiver em sua posse mais do que a quantidade permitida por lei para o consumo de 10 dias, vai ser apresentado ao juiz e não à comissão. (MG17M-Antônio Jorge)

(41a) Dr. Manuel, segundo a sua exposição, há um dado objetivo de redução de percentual de **consumidores** das drogas mais pesadas, mas uma elevação do uso de cannabis? (MG17M-Antônio Jorge)

(40b) Mas também é verdade que hoje, provavelmente não foi assim nos primeiros tempos, não foi tão simples, se uma **pessoa (pessoa consumidora)** tiver em sua posse mais do que a quantidade permitida por lei para o consumo de 10 dias, vai ser apresentado ao juiz e não à comissão.

(41b) Dr. Manuel, segundo a sua exposição, há um dado objetivo de redução de percentual de **pessoas que consomem** das drogas mais pesadas, mas uma elevação do uso de cannabis?

Entretanto, nos contextos de aplicação do nome *consumidor(res)* em que não há a referência explícita ao consumo de algo, a substituição mostrou-se restrita, exemplos (42a) e (43a), que em (42b) e (43b) apresentam sentenças com sentidos diferentes do original:

(42a) O projeto, em momento algum, fala da Cemig, mas dos **consumidores** em geral. (MG11M-Antônio Júlio)

(42b) ? O projeto, em momento algum, fala da Cemig, mas das **pessoas consumidoras** em geral.

(43a) É bem verdade que a proteção ao **consumidor**, conforme se pretende com a proposta em análise, se insere na órbita da competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, [...] (MG11M-Dalmo Ribeiro Silva)

(43b) ? É bem verdade que a proteção à **pessoa consumidora**, conforme se pretende com a proposta em análise, se insere na órbita da competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, [...]

O nome *homem(ns)*, tido como o principal exemplo de item nominal de referência genérica a homens e mulheres (masculino genérico), apresentou casos em que a substituição

por um nome geral poderia ocorrer, como em (44) e (45), em que poderia ocorrer o uso de *pessoa do campo e ser humano* (ou ainda *as pessoas*), respectivamente.

(44) Se o Neymar, um dos melhores jogadores do mundo, almoçou hoje, o alimento que foi à mesa dele veio do **homem** do campo, do produtor rural. (MG17M-Emidinho Madeira)

(45) O trabalho dignifica o **homem e a mulher** com certeza. (RS11F-Juliana Brizola)

Em algumas ocorrências, porém, a troca de *homem(ns)* por algum NG [+hum] mostrou-se restrita, conforme exemplos (46) e (47):

(46) [...] daquilo que é constitucional e daquilo que pode ser dúvida na cabeça dos parlamentares, **homens e mulheres** que estão aqui esta noite. (RS11F-Ana Affonso)

(47) No governo Lula, tivemos 4 ministros, 53 Deputados Federais e 3 Senadores, mas infelizmente nada foi feito, e milhares de trabalhadores, **homens e mulheres**, morreram na Br-381 [...] (MG11M-Luiz Carlos Miranda)

Nos dois casos exemplificados, o uso do nome *homens*, acompanhado do nome *mulheres*, não poderia ser modificado por nenhum nome geral (nem mesmo *seres humanos*), pois essa troca modificaria o sentido dos itens, empregados no contexto como aposto de um item nominal masculino anterior.

Com relação ao pronome *outro(s)*, apenas duas ocorrências não poderiam sofrer modificações em seus usos para que fossem empregados nomes gerais, exemplos (48) e (49):

(48) Que esta Casa sempre mantenha um nível respeitoso, mesmo quando determinado Deputado não concorde com a fala de **outro**, mesmo quando demonstre que está insatisfeito porque às vezes não ouviu o que gostaria. (MG11F-Liza Prado)

(49) Não podemos admitir que nenhum Deputado interrompa **outro**, seja fora do microfone, muito menos seja em outro microfone, sem que lhe tenha sido concedido aparte. (MG11M-Rogério Correia)

Esses exemplos referem-se a usos do pronome *outro* como forma de retomar itens já mencionados no discurso (*deputado*), desse modo, o emprego de um nome geral no contexto modificaria o sentido do trecho.

Por fim, vale destacar o comportamento do nome *parlamentar(res)*. Pelas avaliações do pesquisador, o uso de um nome geral, que substituísse ou acompanhasse esse item, não foi possível em nenhuma das ocorrências. Contudo foi encontrado nos dados um único uso da

construção *as pessoas no parlamento* (exemplo (50)) para se referir aos parlamentares (deputadas e deputados):

(50) Então, mais uma vez, faço esse pedido aos Deputados: respeitem quem está com a palavra, porque, caso contrário, não há democracia, e sim um monólogo. As **pessoas no Parlamento** - já disse isso aqui - devem ficar atentas, porque vão escutar posições com as quais nem sempre concordam, mas isso faz parte da democracia. (MG11M-Rogério Correia)

Embora tal construção não tenha se mostrado produtiva, essa ocorrência (50), ainda que única, nos indica que a estrutura pode, em alguma medida, ser utilizada como estratégia de substituição do masculino genérico *os parlamentares*. Contudo, é importante destacar que a expressão *pessoas no parlamento* pode se referir não apenas às deputadas e aos deputados, mas também a quaisquer pessoas que estejam no local. No caso específico do exemplo (50), a interpretação é mais clara, o cotexto nos indica a referência a parlamentares. Apontamentos mais conclusivos não podem ser, porém, realizados devido a essa ser a única ocorrência encontrada nos dados estudados.

3.3 Tratamento qualitativo

Além das análises quantitativas propostas para compreender e verificar o comportamento das variantes estudadas nesta pesquisa, um recorte dos dados foi analisado de modo qualitativo. Essa análise teve como objetivo verificar, de modo mais pontual, como ocorreu o emprego das estratégias para a construção de uma linguagem menos sexista diretamente no texto transcrito dos pronunciamentos.

Para essa etapa, foram selecionados dois deputados e duas deputadas em cada uma das assembleias legislativas. A escolha de quais parlamentares comporiam essa amostra se baseou nas quantificações de usos classificados como *não sexistas* apresentados pelos deputados e deputadas conforme critérios definidos anteriormente (seção 3.2.2). A classificação, contudo, desconsiderou os usos de NG [+hum]. Esse recorte teve como objetivo indicar quais parlamentares usaram mais outras estratégias não sexistas que não fossem nomes gerais³⁷.

Desse modo, o quadro 8 indica quais foram as deputadas e os deputados selecionados em cada estado, com indicativo do total de usos não sexistas considerados para a sua classificação e respectiva seleção:

³⁷ A classificação tomou como base os valores apresentados nas tabelas 19 e 20 dos Apêndices B e C, referentes aos dados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul respectivamente.

Quadro 8 – Deputados e deputadas da amostra qualitativa

Assembleia	Cargo	Nome	Usos não sexistas
ALMG	Deputado	João Leite	35
		André Quintão	15
	Deputada	Luzia Ferreira	10
		Liza Prado	8
ALRS	Deputado	Tarcisio Zimmermann	19
		Gabriel Souza	13
	Deputada	Manuela D'ávila	6
		Ana Affonso	5

Fonte: o autor.

A partir dos pronunciamentos coletados, conforme critérios já apontados na seção 3.2 deste capítulo, e selecionados os deputados e deputadas do quadro 8, foram realizadas análises qualitativas das ocorrências não sexistas encontradas. Esses resultados, que serão apresentados e descritos na seção 4.2 do capítulo 4, possibilitaram compreender melhor o uso das estratégias consideradas não sexistas, tanto aquelas analisadas quantitativamente por este estudo quanto outras que não se tenham mostrado frequentes o suficiente para compor o recorte quantitativo dos dados (critérios de frequência definidos na seção 3.2).

4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, serão apresentados e discutidos os principais resultados obtidos por meio da organização e classificação de todas as ocorrências selecionadas. Serão apresentados e analisados, primeiramente, os resultados quantitativos por itens lexicais, separados em diferentes recortes. Em seguida, serão discutidos e analisados os resultados das médias de ocorrências por parlamentares. Ao final, será proposta uma análise qualitativa das diferentes estratégias de construção de uma linguagem não sexista encontradas nos pronunciamentos selecionados para esse fim.

4.1 Análise quantitativa

Como já apontado no quadro 5 do capítulo 3, foi analisado um total de 3860 ocorrências distribuídas entre os 57 itens lexicais selecionados. Esse total de dados se dividiu entre 2242 ocorrências classificadas como *sexistas* e 1438 *não sexistas*, conforme tabela 3:

Tabela 3 – Número de ocorrências das lexias estratificado por tipo de uso

Lexia	Sexista	Não sexista	Total
afro-brasileiro	1	-	1
agricultor(res)	63	4	67
alguns	3	-	3
alunos	55	1	56
amigo(s)	40	7	47
aqueles	84	1	85
atleta(s)	28	2	30
brasileiro(s)	40	5	45
cidadão(s)	148	8	156
colegas	64	-	64
companheiros	34	5	39
consumidor(res)	76	-	76
coordenador	1	-	1
daqueles	33	-	33
diretores	24	-	24
dirigentes	12	2	14
empresários	25	-	25
filho(s)	47	1	48
funcionários	120	-	120
gaúchos	27	6	33
gente	-	41	41
homem(ns)	16	37	53
humanos	-	2	2

jovem(ns)	51	-	51
juiz	12	-	12
líderes	18	-	18
médico	7	-	7
membros	28	-	28
mineiro(s)	84	8	92
ministro	7	-	7
negro	5	-	5
outro(s)	43	-	43
parlamentar(res)	99	24	123
pescadores	45	-	45
pessoa(s)	-	506	506
pessoal	-	63	63
pobres	20	-	20
policial(is)	40	-	40
político(s)	21	-	21
população	-	202	202
povo	-	351	351
prefeito(s)	97	2	99
presentes	2	-	2
professor(res)	94	11	105
próximo	5	-	5
público(s)	-	24	24
representante(s)	28	5	33
responsável	2	-	2
secretário	5	-	5
senador	1	-	1
senhor(res)	25	79	104
ser(res) humano(s)	-	18	18
servidor(res)	276	9	285
técnicos	38	-	38
telespectadores	51	2	53
trabalhador(res)	156	11	167
vereador(res)	41	1	42
TOTAL	2242	1438	3680

Fonte: o autor.

Os valores da tabela 3 indicam uma predominância geral de usos sexistas entre os dados. Nota-se, ainda, que alguns itens, como *técnicos*, *pobres*, *pescadores*, etc. apresentam apenas ocorrências sexistas, por outro lado, nomes como *homem(ns)* ou *senhor(res)*, embora muito comuns para referência a homens e mulheres de modo genérico, apresentaram usos não sexistas mais frequentes, o que representa indícios de um possível uso mais inclusivo da língua.

A tabela 4 apresenta todas as lexias analisadas estratificadas detalhadamente por: tipo de uso (sexista ou não sexista); localidade (estado) e ano. Além disso, há a classificação do contexto de uso do item lexical: se caberia o uso de um NG [+hum] ou não.

Tabela 4 – Número de ocorrências das lexias estratificado por tipo de uso, estado e período

Item lexical	Contexto de NG ³⁸	Sexista				Não sexista				Totais por itens lexicais
		Minas Gerais		Rio Grande do Sul		Minas Gerais		Rio Grande do Sul		
		2011	2017	2011	2017	2011	2017	2011	2017	
afro-brasileiro	+	-	-	-	1	-	-	-	-	1
agricultor(res)	+	-	4	45	14	-	-	-	4	67
alguns	+	2	-	1	-	-	-	-	-	3
alunos	-	2	37	9	7	-	-	-	1	56
amigo(s)	-	11	10	3	16	-	6	1	-	47
aqueles	+	10	21	25	28	-	-	1	-	85
atleta(s)	-	-	20	3	5	-	2	-	-	30
brasileiro(s)	+	14	10	2	14	1	2	-	2	45
cidadão(s)	(+)	48	45	27	28	1	1	4	2	156
colegas	-	19	5	24	16	-	-	-	-	64
companheiros	-	21	4	7	2	3	2	-	-	39
consumidor(res)	(+)	52	15	4	5	-	-	-	-	76
coordenador	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
daqueles	+	7	4	8	14	-	-	-	-	33
diretores	-	10	6	3	5	-	-	-	-	24
dirigentes	-	2	6	2	2	-	-	2	-	14
empresários	-	5	3	8	9	-	-	-	-	25
filho(s)	-	7	21	11	8	-	-	1	-	48
funcionários	-	35	37	41	7	-	-	-	-	120
gaúchos	+	-	-	6	21	-	-	2	4	33
gente	+	-	-	-	-	9	21	4	7	41
homem(ns)	(+)	4	5	4	3	11	1	15	10	53
humanos	+	-	-	-	-	-	-	-	2	2
jovem(ns)	-	15	25	4	7	-	-	-	-	51
juiz	-	1	7	1	3	-	-	-	-	12
líderes	-	7	3	8	-	-	-	-	-	18
médico	-	4	2	-	1	-	-	-	-	7
membros	+	7	8	8	5	-	-	-	-	28
mineiro(s)	+	48	36	-	-	5	3	-	-	92
ministro	-	-	3	3	1	-	-	-	-	7
negro	+	-	-	-	5	-	-	-	-	5
outro(s)	(+)	12	12	11	8	-	-	-	-	43
parlamentar(res)	(-)	23	14	43	19	2	3	4	15	123
pescadores	+	-	-	44	1	-	-	-	-	45
pessoa(s)	+	-	-	-	-	125	200	110	71	506
pessoal	+	-	-	-	-	18	19	6	20	63
pobres	+	1	18	1	-	-	-	-	-	20

³⁸ O sinal '+' indica a possibilidade de uso, ou o próprio uso, de um NG [+hum]. O sinal '-' indica a impossibilidade de uso de um NG [+hum] naquele contexto. Casos parciais estão marcados pelo uso dos '()'. Essa definição se aplica apenas a essa coluna, não representando os símbolos usados no restante da tabela, que seguem as instruções de Normas de apresentação tabular (IBGE, 1993).

policial(is)	-	24	10	1	5	-	-	-	-	40
político(s)	-	5	10	2	4	-	-	-	-	21
população	+	-	-	-	-	91	59	19	33	202
povo	+	-	-	-	-	92	105	49	105	351
prefeito(s)	-	31	49	14	3	-	2	-	-	99
presentes	+	-	2	-	-	-	-	-	-	2
professor(res)	-	9	25	24	36	-	7	-	4	105
próximo	+	1	3	-	1	-	-	-	-	5
público(s)	+	-	-	-	-	6	11	1	6	24
representante(s)	+	4	9	11	4	-	1	4	-	33
responsável	+	-	2	-	-	-	-	-	-	2
secretário	-	1	3	1	-	-	-	-	-	5
senador	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
senhor(res)	-	5	3	5	12	7	18	7	47	104
ser(res)	+	-	-	-	-	4	1	7	6	18
humano(s)										
servidor(res)	-	98	89	46	43	-	2	2	5	285
técnicos	-	7	11	7	13	-	-	-	-	38
telespectadores	+	14	10	11	16	-	-	-	2	53
trabalhador(res)	+	43	48	44	21	3	4	-	4	167
vereador(res)	-	8	21	7	5	-	-	1	-	42
TOTAIS		617	677	530	418	378	470	240	350	3680

Fonte: o autor.

De modo geral, a partir dos dados apresentados na tabela 4, verifica-se um total de ocorrências consideradas *sexistas*, no ano de 2011, de 1147 dados, essas mesmas ocorrências, em 2017, representam um total de 1095 dados. Já os usos classificados como *não sexistas*, nos mesmos períodos, representam 618 e 820 dados respectivamente. Esses valores nos permitem apontar para um aumento do uso de estratégias consideradas não excludentes das mulheres no discurso, ao passo que os usos *sexistas* apresentam uma redução, cenário indicativo de mudança no uso da língua. Contudo, análises estratificadas e detalhadas serão propostas nas seções seguintes visando a uma compreensão mais ampla do fenômeno.

Importante comentar também, com relação à tabela 4, sobre as ocorrências dos itens *pessoa(s)* e *povo*. Eles se destacam em contraste aos demais itens com relação ao número de ocorrências contabilizadas nos dados, 506 e 351 respectivamente. Embora não apresentem valores mais elevados, eles poderiam enviesar as análises, uma vez que ambos são tomados, neste estudo, como nomes gerais e, dessa forma, referem-se a um uso não *sexista* da língua. Assim, para descrever e compreender os dados, optou-se por uma análise em que fossem considerados diferentes “cenários”, isto é, diferentes recortes dos dados em sua totalidade para

que fosse possível verificar, de diferentes formas, o comportamento da variação. Cada um desses recortes propostos será descrito e analisado a seguir.

4.1.1 Contextos totais

A partir do total de ocorrências estudadas, considerando as duas sincronias analisadas (março de 2011 e novembro de 2017), bem como as duas localidades, verifica-se uma variação entre os dados, o que indica, a princípio, uma tendência de mudança em relação ao uso de uma linguagem, que passa de um contexto de usos mais sexistas para contextos de usos menos sexistas. A tabela 5 apresenta esses números totais:

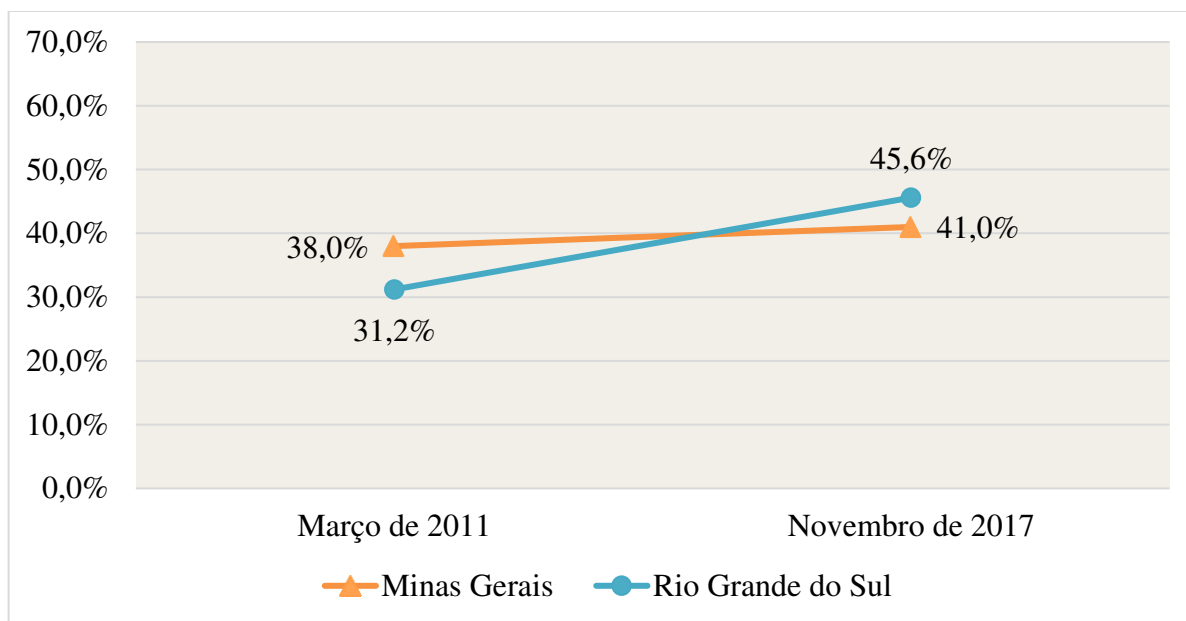
Tabela 5 – Valores percentuais e ocorrências de usos sexistas e não sexistas

Usos	Minas Gerais		Rio Grande do Sul	
	2011	2017	2011	2017
Sexista	62,0% / 617	59,0% / 677	68,8% / 530	54,4% / 418
Não sexista	38,0% / 378	41,0% / 470	31,2% / 240	45,6% / 350
TOTAL	100% / 995	100% / 1147	100% / 770	100% / 768

Fonte: o autor.

O gráfico 1 apresenta os valores relativos aos usos não sexistas de maneira isolada, em comparação entre os dois estados e os dois períodos com objetivo de uma melhor visualização da variação apresentada:

Gráfico 1 – Percentuais de usos não sexistas totais



Fonte: o autor.

Pelas informações da tabela 5, visualizadas também no gráfico 1, nota-se que, entre 2011 e 2017, houve um aumento, ainda que pequeno, na presença de usos classificados como não sexistas nos dois estados, o que parece indicar para um processo de variação, tendendo a um crescimento dos usos de estratégias que marquem a presença da mulher no discurso e no uso da língua, tal como será discutido mais adiante.

Além disso, ao voltarmos o olhar para os usos considerados sexistas, embora eles apresentem um leve aumento no estado de Minas Gerais, esses casos têm uma pequena redução no estado do Rio Grande do Sul, situação que, a princípio, indica uma maior preocupação de deputados e deputadas desse estado com o uso da língua – o que pode, de certo modo, estar relacionado às políticas governamentais de igualdade de gênero presentes no estado gaúcho na forma do manual de redação, por exemplo.

Porém, a partir desse único recorte, não são possíveis generalizações que representem ou apontem para a força de mudança em relação ao uso de uma linguagem não sexista. Assim, foram realizados recortes nos dados que buscassem refiná-los e permitissem verificar seus comportamentos por outras perspectivas.

4.1.2 Contextos totais com a exclusão dos NG [+hum]

Como apontado anteriormente, os nomes gerais *pessoa(s)* e *povo* apresentaram números de ocorrências sensivelmente maiores aos demais itens lexicais. Tais valores, considerando que esses nomes são classificados como não sexistas, poderiam, então, influenciar os resultados apresentados e comentados no item 4.1.1. Visando verificar essa influência, optou-se por contabilizar os valores totais desconsiderando as ocorrências de todos itens lexicais classificados como *nomes gerais*. Dessa forma, foram retirados os valores das lexias listadas na tabela 6:

Tabela 6 – Ocorrências de nomes gerais [+hum]

Nome geral	Não sexista				TOTAIS
	Minas Gerais		Rio Grande do Sul		
	2011	2017	2011	2017	
gente	9	21	4	7	41
humanos	-	-	-	2	2
pessoa(s)	125	200	110	71	506
pessoal	18	19	6	20	63
povo	92	105	49	105	351
ser(res) humano(s)	4	1	7	6	18
TOTAIS	248	346	176	211	981

Fonte: o autor.

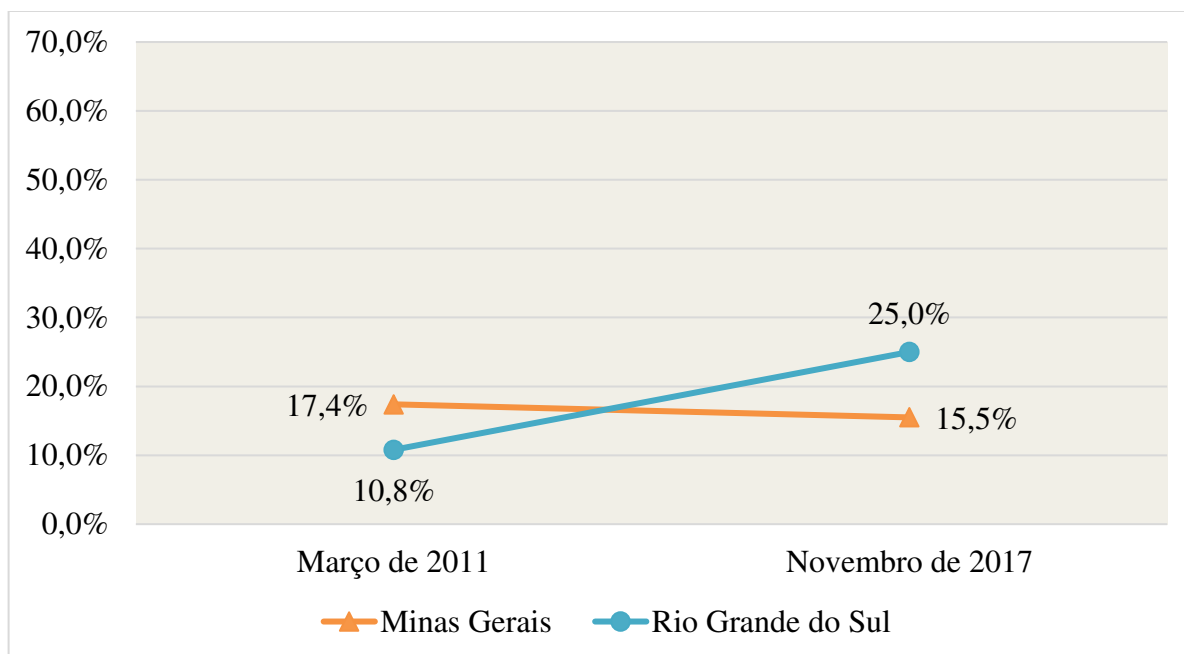
Nesse outro contexto, a tabela 7 apresenta os valores totais por estado, ano e tipo de uso, e o gráfico 2 representa a evolução dos percentuais de usos não sexistas por estado:

Tabela 7 – Valores percentuais e ocorrências de usos sexistas e não sexistas excluídos os NG [+hum]

Usos	Minas Gerais		Rio Grande do Sul	
	2011	2017	2011	2017
Sexista	82,6% / 617	84,5% / 677	89,2% / 530	75,0% / 418
Não sexista	17,4% / 130	15,5% / 124	10,8% / 64	25,0% / 139
TOTAIS	100% / 747	100% / 801	100% / 594	100% / 557

Fonte: o autor.

Gráfico 2 – Percentuais de usos não sexistas totais excluídos os NG [+hum]



Fonte: o autor.

Os valores absolutos da tabela 7 se mantêm estáveis em relação aos usos sexistas, pois a retirada dos nomes gerais não interfere nesse contexto, uma vez que todos esses nomes representam usos não sexistas. Por outro lado, esses últimos casos apresentam uma modificação: em Minas Gerais, os usos não sexistas – desconsiderados os NG [+hum] – apresentam uma redução de casos, passando de 130 em 2011 (17,4%) para 124 em 2017 (15,5%), o que indica uma preferência de usos de nomes gerais como estratégia não sexista. Já em relação aos dados do estado gaúcho, os valores mantêm a mesma tendência do contexto analisado em 4.1.1: há um aumento de 64 ocorrências não sexistas em 2011 para 139 em 2017. Essa variação representa um crescimento de 117,2% de usos classificados como não sexistas entre as duas sincronias no Rio Grande do Sul, mesmo desconsiderando os nomes gerais.

Tais tendências, além de apontarem para resultados muito similares aos analisados com os dados totais, indicam de fato uma variação maior no uso de estratégias não sexistas nos dados do Rio Grande do Sul, sinalizando, pois, uma variação possivelmente influenciada pelas políticas governamentais, uma vez que o MUNSL, publicado em 2014, é tomado como um marco e uma possível influência para esse comportamento.

4.1.3 Contextos que permitem o uso de NG [+hum]³⁹

Outro recorte proposto para analisar os dados teve como objetivo verificar o comportamento dos usos, sexista ou não sexista, apenas naqueles contextos em que fosse possível o uso de um nome geral; para exemplificar, tomemos os itens *alunos*, *prefeito(s)*, *mineiro(s)* e *aqueles*. Esses quatro itens lexicais podem apresentar usos considerados sexistas, quando usados na forma masculina para denotar homens e mulheres (exemplos (51a) a (54a)), ou ainda em usos não sexistas, pela duplicação nas formas lexicais masculinas e femininas (exemplos (55) a (58)):

- (51a) [...] os Municípios não têm autorização para transportar **alunos** se não houver alguma orientação. (RS17F-Zilá Breitenbach)
- (52a) [...] a demora é de 72 horas para ser feito o crédito, porque nenhum **prefeito** recebeu até agora. (MG17M-Gustavo Corrêa)
- (53a) [...] o Governador Antonio Augusto Anastasia, que conta com a confiança da maior parte dos **mineiros**. (MG11M-João Vítor Xavier)
- (54a) A atitude dela é um desrespeito, um tapa na cara, um deboche com **aqueles** que trabalham no interior, de sol a sol [...] (RS17M-Pedro Pereira)
- (55) Saúdo as senhoras e os senhores; os telespectadores da TV Assembleia; os **alunos** e as **alunas** que nos visitam, bem como os professores e as professoras. (RS17M-Frederico Antunes)
- (56) Enfim, mal sabem os cidadãos mineiros que a culpa de todo o caos enfrentado pelas **prefeitas** e pelos **prefeitos** do nosso estado é do senhor governador de Minas Gerais [...] (MG17M-Gustavo Corrêa)
- (57) Agradeço a atenção das nobres Deputadas e dos nobres Deputados, das **mineiras** e dos **mineiros**. (MG11M-Bruno Siqueira)
- (58) Sem dúvida, tal fato é motivo de júbilo para todas **aquelas** e **aqueles** que lutam pela efetiva igualdade entre homens e mulheres. (RS11M-Raul Carrion)

Nem todos itens, porém, poderiam ser substituídos pelo uso de algum nome geral como estratégia de uso de uma linguagem não sexista: os dois primeiros restringem essa substituição (exemplos (51b) e (52b)), enquanto os dois últimos permitem (exemplos (53b) e (54b)):

³⁹ As análises apresentadas neste item contemplam, também, o uso dos próprios NG [+hum], não apenas de outros itens.

(51b) ? [...] os Municípios não têm autorização para transportar **pessoas** se não houver alguma orientação.

(52b) ? [...] a demora é de 72 horas para ser feito o crédito, porque nenhuma **pessoa** recebeu até agora.

(53b) [...] o Governador Antonio Augusto Anastasia, que conta com a confiança da maior parte das **pessoas/povo mineiro**.

(54b) A atitude dela é um desrespeito, um tapa na cara, um deboche com **aquelas pessoas** que trabalham no interior, de sol a sol [...]

Apresentado e exemplificado o modo como se deu o recorte proposto, foi possível a elaboração da tabela 8, também estratificada por período e por estado:

Tabela 8 – Valores percentuais e ocorrências de usos sexistas e não sexistas apenas em contexto que permite NG [+hum]

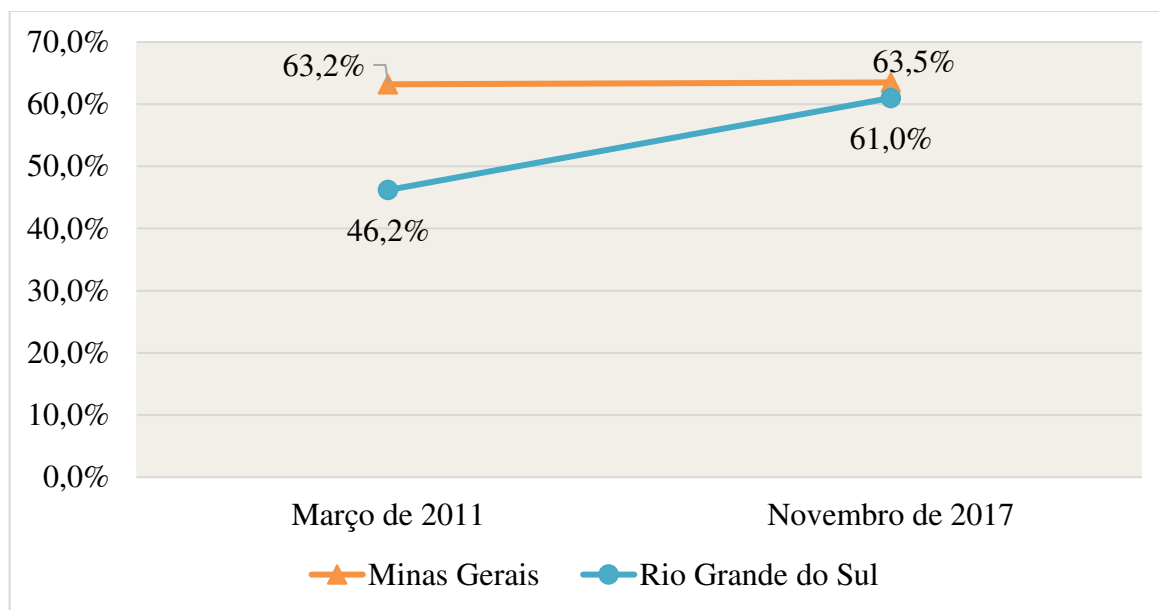
Usos	Minas Gerais		Rio Grande do Sul	
	2011	2017	2011	2017
Sexista	36,8% / 210	36,5% / 246	53,8% / 248	39,0% / 177
Não sexista	63,2% / 360	63,5% / 428	46,2% / 213	61,0% / 277
TOTAIS	100% / 570	100% / 674	100% / 461	100% / 454

Fonte: o autor.

Ao observarmos somente as ocorrências em que a substituição por um nome geral seria possível (incluídos os nomes gerais), os valores nos apontam variações também análogas aos resultados analisados anteriormente. Os dados da tabela 8 nos indicam que, tanto em Minas Gerais quanto no Rio Grande do Sul, os usos classificados como não sexistas, nesse recorte, tendem a um aumento em sua frequência.

Em valores absolutos, a mudança está mais significativa em Minas Gerais, em que o aumento de ocorrências não sexistas foi de 68 dados de um ano para outro. Por outro lado, esse aumento foi um pouco menor no Rio Grande do Sul, com 64 dados. Os valores percentuais, entretanto, apontam uma mudança mais acentuada no estado sulista, uma vez que as ocorrências consideradas sexistas nesse estado diminuem em 71 ocorrências entre 2011 e 2017, situação oposta a Minas Gerais, onde há um aumento de 36 dados considerados sexistas entre os dois anos. O gráfico 3 aponta a variação percentual de usos não sexistas no contexto colocado:

Gráfico 3 – Percentuais de usos não sexistas apenas em contexto que permite NG [+hum]



Fonte: o autor.

Dessa maneira, o recorte proposto também indica, como os anteriores, uma direção de mudança no uso de uma linguagem não sexista, em que os usos inclusivos conduzem-se a um aumento de frequência nos dois estados. Entretanto, no Rio Grande do Sul, devido também à redução dos usos sexistas, a mudança, ou o indicativo de mudança, mostra-se mais evidente, o que pode ser percebido como a presença mais forte de uma preocupação com o uso da língua como instrumento de igualdade entre homens e mulheres, atitude possivelmente relacionada às políticas estaduais nesse sentido.

4.1.4 Contextos que permitem o uso de NG [+hum] sem a presença dos NG [+hum]⁴⁰

A análise e os valores explicitados visam verificar como os dados se expressam no mesmo contexto analisado em 4.1.3, todavia excluídos os próprios nomes gerais. Os valores apurados por essa perspectiva estão expressos na tabela 9:

⁴⁰ Ao contrário das análises apresentadas na seção 4.1.3, os valores apontados não contemplam os NG [+hum] descritos na tabela 6.

Tabela 9 – Valores percentuais e ocorrências de usos sexistas e não sexistas apenas em contexto que permite NG [+hum] sem a presença dos NG [-hum]

Usos	MINAS GERAIS		RIO GRANDE DO SUL	
	2011	2017	2011	2017
Sexista	65,2% / 210	75,0% / 246	87,0% / 248	72,8% / 177
Não sexista	34,8% / 112	25,0% / 82	13% / 37	27,2% / 66
TOTAIS	100% / 322	100% / 328	100% / 285	100% / 243

Fonte: o autor.

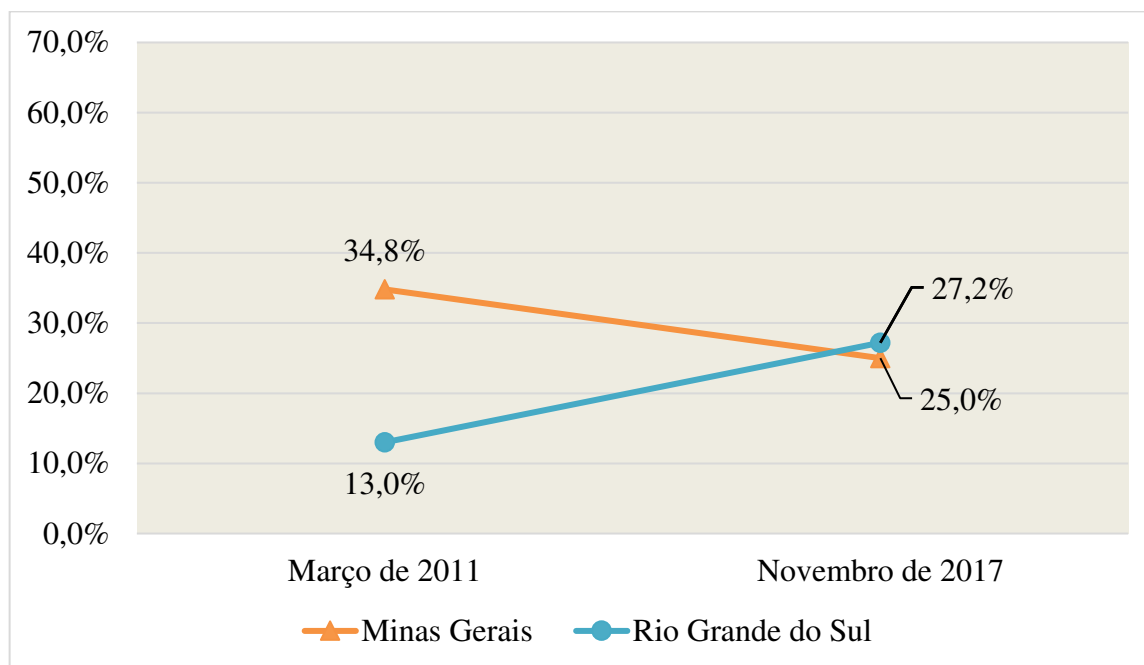
Retomando os dados da tabela 8 (no item 4.1.3), nota-se que, em Minas Gerais, há um aumento de usos não sexistas de 18,9% entre 2011 e 2017. Ao serem retirados os nomes gerais desse contexto (como apresentado na tabela 9 desta seção), a variação das ocorrências não sexistas se mostra negativa (-26,8%) no mesmo período. Assim, pode-se apontar os NG [+hum] como itens relevantes na construção de uma linguagem não sexista para o estado mineiro, já que eles representam a maior parte dos usos inclusivos no estado (um total de 248 ocorrências em 2011 e 346 em 2017⁴¹).

Por outro lado, com relação aos dados do Rio Grande do Sul, a presença dos nomes gerais indica uma estratégia relativamente estável nos dois momentos, já que, ao se considerar esses nomes, conforme tabela 8, nota-se um aumento de 30% dos usos não sexistas. Nesse mesmo contexto, desconsiderando a presença desses nomes (tabela 9), verifica-se um aumento de 78,4% dos usos não sexistas. Esse último valor nos revela que a presença dos nomes gerais nos pronunciamentos, entre 2011 e 2017, no estado gaúcho, pouco oscilou, contudo as outras formas de construção de uma linguagem não sexista, quando isoladas conforme a tabela 9, parecem ter ganhado mais peso e presença nas falas dos deputados e deputadas de um período ao outro.

O gráfico 4, quando comparado com o gráfico 3 (item 4.1.3), ajuda-nos a visualizar como os NG [+hum] têm peso estável nos textos do Rio Grande do Sul: ambas representações apontam uma tendência em mesma direção. Porém, nos dados de Minas Gerais, esses nomes representam uma estratégia muito usada, e em crescimento: a retirada dos nomes gerais ocasiona uma mudança na direção, pois, como já mencionado, eles representam boa parte das estratégias classificadas como não sexistas, o que indica, então, uma diferença no emprego de estratégias para uma linguagem não sexista entre os dois estados.

⁴¹ Valores disponíveis na tabela 6.

Gráfico 4 – Percentuais de usos não sexistas apenas em contexto que permite NG [+hum] sem a presença dos NG [+hum]



Fonte: o autor.

Dessa forma, é possível verificar que, nos dados de Minas Gerais, o uso de estratégias não sexistas de nomeação de homens e mulheres na língua tem apresentado menor variação, pois há, também, um aumento do uso do masculino genérico. Já o Rio Grande do Sul mostra, como notado nos recortes anteriores, uma maior tendência à mudança do uso da variável estudada, com a presença das estratégias não sexistas, seja pelos nomes gerais, seja pelos outros tipos de estratégias, bem como uma redução constante no uso do masculino genérico (estratégia sexista). Esse é, logo, um indicativo das forças reguladoras da língua por meio das políticas de igualdade de gênero, que parecem apresentar maior destaque nesse estado.

Na seção seguinte, serão apontadas algumas análises com relação ao comportamento dos nomes gerais de modo isolado. Esse recorte possibilitará compreender melhor a influência desses itens lexicais como estratégia de uso de uma linguagem não sexista e a sua relevância em cada estado.

4.1.5 Os nomes gerais

No conjunto de dados estudados nesta pesquisa, os itens lexicais classificados como NG [+hum] representam parte significativa da amostra. Ainda que apenas 6 itens lexicais, do total

de 57, sejam considerados nomes gerais, eles constituem um total de 26,7% do montante de ocorrências analisadas, ou seja, 981 dados, mais de um quarto do total geral de ocorrências. Além disso, quando consideradas apenas as ocorrências classificadas como usos não sexistas, os nomes gerais somam 981 dados de um total de 1438 ocorrências, isto é, 68,2% de todos os usos classificados como não sexistas são de nomes gerais.

Tais valores tendem a corroborar as informações de estudos anteriores sobre a alta frequência desses nomes no uso da língua, como já apresentado no capítulo 2, bem como indicam que os NG [+hum] têm se mostrado uma relevante estratégia na construção de uma linguagem menos sexista.

A seguir, com objetivo de facilitar a compreensão dos dados, transcreve-se novamente a tabela 6, seguida da tabela 10, que traz os valores percentuais dos nomes gerais analisados comparados somente com o total de ocorrências classificadas como não sexistas:

Tabela 6 – Ocorrências de NG [+hum]

Nome geral	Não sexista				TOTAIS
	Minas Gerais		Rio Grande do Sul		
	2011	2017	2011	2017	
gente	9	21	4	7	41
humanos	-	-	-	2	2
pessoa(s)	125	200	110	71	506
pessoal	18	19	6	20	63
povo	92	105	49	105	351
ser(res) humano(s)	4	1	7	6	18
TOTAIS	248	346	176	211	981

Fonte: o autor.

Tabela 10 – Percentual dos NG [+hum] em relação ao total de usos não sexistas

Nome geral	Não sexista				TOTAIS
	Minas Gerais		Rio Grande do Sul		
	2011	2017	2011	2017	
gente	2,4%	4,5%	1,7%	2,0%	2,9%
humanos	-	-	-	0,6%	0,1%
pessoa(s)	33,1%	42,6%	45,8%	20,3%	35,2%
pessoal	4,8%	4,0%	2,5%	5,7%	4,4%
povo	24,3%	22,3%	20,4%	30,0%	24,4%
ser(res) humano(s)	1,1%	0,2%	2,9%	1,7%	1,3%
TOTAIS	65,6%	73,6%	73,3%	60,3%	68,2%

Fonte: o autor.

A partir da análise do recorte apresentado, nota-se que os NG [+hum] representam usos similares nos dois estados e também nos dois períodos. Destaca-se que a presença desses nomes aumentou no estado de Minas Gerais, entre 2011 e 2017, perfazendo um total de 96 ocorrências absolutas, porém, no Rio Grande do Sul, o crescimento de usos desse tipo foi menor, de apenas 35 dados.

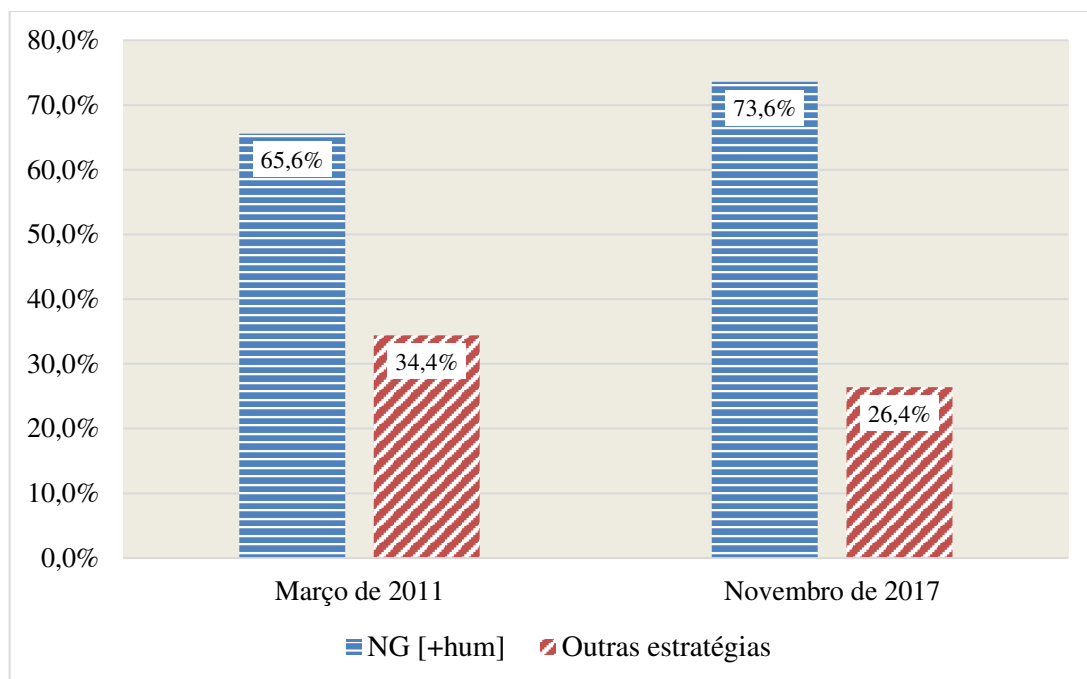
Quando avaliados os valores percentuais dos nomes gerais em relação ao total de usos não sexistas, nota-se que, em Minas, a comparação entre os dois anos aponta, também, o aumento na taxa desses nomes, uma situação de crescimento tanto de valores absolutos quanto de valores relativos.

Por outro lado, essa circunstância não é vista nos dados do estado do Rio Grande do Sul, onde o percentual de nomes gerais se reduz de um período a outro. Ainda que em valores absolutos o uso de nomes gerais tenha crescido, essa diferença indica que as demais estratégias empregadas tiveram maior relevância na quantidade de ocorrências não sexistas.

Desse modo, essa leitura dos valores confirma as análises já apontadas nas seções anteriores, sobretudo as informações mencionadas no item 4.1.4, levando-nos a compreender que os NG [+hum] têm sido estratégia preferida nos dados mineiros, enquanto, nos dados gaúchos, as outras estratégias de usos não sexistas têm se mostrado mais salientes entre os períodos analisados.

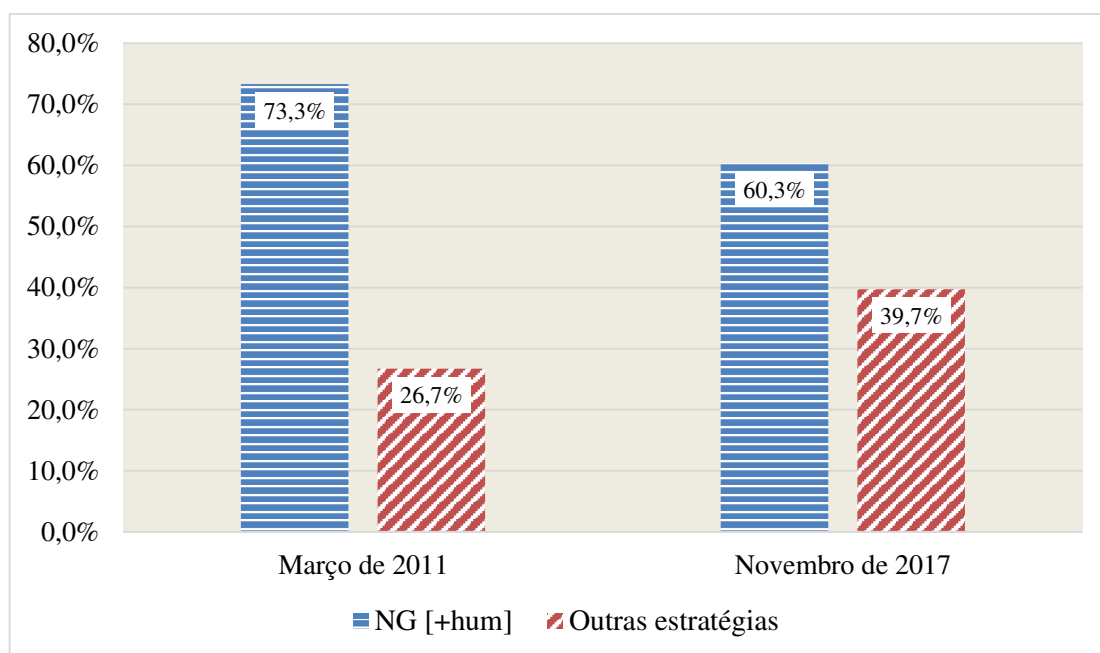
Os gráficos 5 e 6 nos permitem visualizar a variação entre o uso dos NG [+hum] e o uso de outras estratégias não sexistas em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, respectivamente.

Gráfico 5 – Variação no tipo de estratégia não sexista utilizada em Minas Gerais



Fonte: o autor.

Gráfico 6 – Variação no tipo de estratégia não sexista utilizada no Rio Grande do Sul



Fonte: o autor.

Como mencionado anteriormente, ainda sobre o emprego dos NG [+hum] como estratégia de uso não sexista da língua, todas as 3680 ocorrências foram classificadas com relação à possibilidade de, naqueles contextos específicos, ser aplicado um nome geral em substituição à estratégia empregada (informação disponível na tabela 4 deste capítulo e

comentada, também, na seção 3.2.2 do capítulo 3). Observado o total de usos considerados sexistas, 2242 ocorrências, é possível verificar um total de 881 usos que permitiriam sua substituição por um NG [+hum]. Esse valor representa 39,3% do total de usos classificados como sexistas em que poderia, sem prejuízo para o contexto, ser realizada a aplicação de um nome geral para referência a seres humanos. Podemos apontar, portanto, como esses nomes podem desempenhar papel sensivelmente relevante para a construção de uma linguagem que seja menos sexista.

A seguir, será realizada uma análise do comportamento de cada um dos NG [+hum] a partir dos dados das tabelas 6 e 10.

4.1.5.1 *humanos*

O nome *humanos*, dentre os nomes gerais, é o que apresenta menor número de ocorrências, somente duas, representando apenas 0,1% em relação ao total de usos classificados como não sexistas. Os exemplos (59) e (60) são as ocorrências encontradas desse nome como variante da variável estudada:

(59) [...] também deve ser homenageado por trazer alguém aqui que realizou um trabalho tão importante para todos nós, **humanos**, principalmente para o nosso Estado. (RS17M-João Fischer)

(60) Graças à essa pesquisa, ele foi valorizado e colocado como alimento nobre para os **humanos** e também para os animais. (RS17M-Zé Nunes)

As duas ocorrências encontradas para esse nome foram realizadas por deputados no estado do Rio Grande do Sul no ano de 2017, não podendo ser avaliado quaisquer traços de mudança no seu uso. A baixa frequência desse nome ratifica informações de estudos anteriores a seu respeito. Conforme mencionado no capítulo 2, Amaral (2017) indica que o nome *humano(s)*, em português, apesar de apresentar uso estável, está mais relacionado a contextos formais e de caráter científico, ocorrendo com menor frequência em dados orais, como confirmado nos resultados desta pesquisa.

4.1.5.2 *ser(res) humano(s)*

Para o nome geral *ser humano*, e sua forma plural, *seres humanos*, há um total de 18 ocorrências, o que representa 1,3% do total de usos não sexistas. Nos dados de Minas Gerais, esse nome apresenta uma redução de 4 para apenas 1 ocorrência entre 2011 e 2017. Já nos dados

do Rio Grande do Sul, a redução foi de 7 para 6 ocorrências no mesmo período. Assim como o nome *humanos*, a baixa frequência do item *ser(res) humano(s)* relaciona-se ao caráter extremamente formal, por vezes até mesmo técnico (científico), que tais itens carregam, questões também já apontadas por outros estudos a respeito dos NG [+hum], como Amaral (2017). Os exemplos (61) a (63) ilustram os usos encontrados para esse nome geral nos dados:

- (61) Neste momento, discutimos como fazer valer a lei para todos os servidores, todos os **seres humanos** que dedicam a sua vida a serviço do interesse público, seja na área da educação, da defesa social, da segurança pública. (MG11M-André Quintão)
- (62) Desde já parablenizo o prefeito Leone Maciel pelo trabalho que vem fazendo à frente da nossa Prefeitura de Sete Lagoas, em prol da valorização do **ser humano**, em primeiro lugar, e da valorização do funcionalismo, e por tudo aquilo, prefeito, que tenho certeza que o senhor vai conseguir fazer. (MG17M-Douglas Melo)
- (63) Em hipótese alguma, os **seres humanos** são melhores do que os outros; são absolutamente diferentes. (RS11M-Miki Breier)

4.1.5.3 *gente*

O item *gente* apresentou 41 ocorrências nos dados analisados no estudo, representando um total de 2,9% de todos os usos classificados como não sexistas. Importante destacar, com relação a esse nome, que sua frequência de modo geral nos dados foi sensivelmente maior. Contudo a forma nominal *gente* coocorre, no português brasileiro, com a expressão pronominal de 1ª pessoa do plural *a gente*. Assim, as 41 ocorrências contabilizadas referem-se apenas à forma nominal.

Essa relação entre as formas nominais e pronominais na língua cria uma disputa entre os itens lexicais, o que leva, então, a um menor uso da forma *gente* quando comparada a outros NG [+hum]. Informações a respeito do processo de gramaticalização do nome *gente* em uma estrutura pronominal são apontados por Lopes (2004), que indica essa disputa entre as duas formas.

Os exemplos (64) a (66) representam alguns dos usos observados nos dados do item *gente*:

- (64) Como poderão atender mais **gente** se a ideia é só reduzir o teto de 40 para 20 ou 30? (RS11M-Giovani Feltes)

- (65) Emenda, **gente**, não é para o deputado; é para uma prefeitura ou para uma associação; [...] (MG17M-Arlen Santiago)
- (66) Finalizo pedindo a Deus que abençoe o Rio Grande do Sul, os empresários e os empreendedores e seus empregados e a toda a **gente** do nosso amado Rio Grande. (RS17F-Liziane Bayer)

O nome *gente* foi observado em diferentes posições sintáticas. O exemplo (64) apresenta um uso do nome geral em posição de complemento de verbo. Já o exemplo (65) apresenta um uso do item *gente* em contexto sintático de vocativo, que é dirigido a um conjunto de pessoas cujos sexos não podem ser identificados, essa é uma estratégia produtiva para o contexto de uso de uma linguagem não sexista. Outras posições sintáticas são observadas, porém seu uso como sujeito da oração pouco ocorreu, possível influência da concorrência com a forma pronominal *a gente*.

Vale comentar, também, o exemplo (66), em que é possível observar o item empregado antecedido de artigo definido *a* sem que a construção, *a gente*, seja interpretada como uso pronominal, pois a estrutura sintática também traz o pronome indefinido *toda* como determinante e o sintagma preposicionado *do nosso amado Rio Grande* como modificador do item *gente*. Esse caso da construção sintática *a gente* não pronominal foi a única ocorrência do tipo observada nos dados.

Com relação à distribuição de *gente*, houve um aumento de seu uso no estado de Minas, passando de 9 para 21 ocorrências entre 2011 e 2017. Já para o Rio Grande do Sul, a variação foi apenas de 4 para 7 dados no mesmo período.

Vale destacar que os resultados encontrados para o nome *gente* nesta pesquisa vão de encontro aos valores abordados por Amaral (2013a), que analisou dados orais coletados em entrevistas sociolinguísticas realizadas em Minas Gerais. Segundo o autor, em seu estudo, o nome *gente* apresentou elevada frequência de uso, cenário não observado entre os dados analisados. Esse contraste entre as pesquisas está possivelmente relacionado ao caráter mais formal dos dados deste trabalho, pois, embora tenham sido extraídos de falas, o contexto de produção dos discursos mostra-se como um contexto formal, com elevado nível de consciência dos e das parlamentares, o que pode vir a impedir ocorrências que se aproximem de uma fala vernacular.

4.1.5.4 *peessoal*

O item lexical *peessoal* apresenta 63 ocorrências nos dados, representando um montante de 4,4% dos usos não sexistas. Assim como o nome *gente*, as ocorrências de *peessoal* selecionadas para o estudo não contemplam os seus usos em totalidade, apenas foram selecionadas as ocorrências em contextos de referência a grupos de seres humanos. Os exemplos (67) e (68) indicam usos selecionados, já os exemplos (69) e (70) ilustram casos desconsiderados, pois referem-se a usos como adjetivos:

- (67) Não devemos combater simplesmente o radar porque o **peessoal** está sendo multado, mas, sim, combater o excesso de velocidade [...] (MG11M-Paulo Lamac)
- (68) Se terminassem, todo esse **peessoal** do SUS, todos esses pobres, aqueles carentes [...] (MG17M-Bonifácio Mourão)
- (69) Vamos trazer os debates das questões realmente políticas e administrativas, deixando a vida **peessoal**, como o nome bem diz, de lado. (MG11m-Rômulo Viegas)
- (70) Portanto, que cumpram bem esse papel e se realizem em plenitude **peessoal**, atendendo os apelos e a confiança do povo [...] (MG11M-Doutor Viana)

O nome *peessoal* apresentou uso crescente nos dois estados entre os anos de 2011 e 2017. Para o estado mineiro, o crescimento foi de apenas uma ocorrência, de 18 para 19 dados. Porém, no estado gaúcho, o número de usos contabilizados foi de 6 para 20 ocorrências. Considerando a proximidade dos valores encontrados em 2017, pode-se apontar que o nome *peessoal* tem sido usado, aparentemente, de forma estável como estratégia na nomeação de grupos de seres humanos, sobretudo para rotular grupos específicos, como se vê no exemplo (68) *peessoal do SUS*.

4.1.5.5 *povo*

O nome geral *povo* é o segundo mais frequente, com um total de 351 ocorrências, representando, portanto, 24,4% de todos usos classificados como não sexistas. Importante retomar que, assim como o nome *pessoa(s)*, o alto número de ocorrências desse item poderia vir a influenciar os indicativos de variação ou mudança no fenômeno estudado, por isso se julgou essencial que fossem realizadas as diferentes formas de análise dos dados conforme visto nas seções anteriores.

A alta frequência desse nome, bem como a sua tendência de aumento de uso, mostra-se análoga nos dois estados. Em Minas, o crescimento foi de 14,1% no uso dos itens, de 92 para 105 ocorrências entre 2011 e 2017. Já para o estado do Rio Grande do Sul, a alteração de usos foi de 49 para 105 ocorrências, ou seja, um crescimento de 114,3%. Os altos valores expressos pelo nome *povo* têm relação direta com o tipo de material estudado pela pesquisa: é comum que os interlocutores e interlocutoras utilizem esse nome em pronunciamentos políticos como forma de se referir, de modo amplo, a conjuntos de pessoas – homens, mulheres, adultos e crianças – uma vez que esse nome mantém relação de sentido muito próxima com questões políticas conforme abordado no capítulo 2 pelas ideias de Pereira (2014) e o percurso histórico-político do nome *povo*.

Além disso, o nome geral *povo* apresenta uma alta capacidade denotativa de referentes, podendo ocupar contextos sintáticos diversos, acompanhado ou não de modificadores. Os exemplos (71) a (74) ilustram tais usos.

(71) Queria dizer que, embora seja até cansativo, exaustivo, maçante mesmo, é necessário lembrar ao **povo** de Minas, porque muitos têm memória curta, que herdamos um governo quebrado [...] (MG17M-André Quintão)

(72) [...] e o **povo** é quem decide, mas Sete Lagoas vai continuar escrevendo história [...] (MG17M-Douglas Melo)

(73) [...] quando se coloca em risco questões de vida do **povo** gaúcho, é necessário um nível de prudência e de diálogo. (RS11F-Marisa Formolo)

(74) [...] vota sim para todas as matérias que prejudicam o **povo** trabalhador [...]

4.1.5.6 *pessoa(s)*

O nome geral *pessoa(s)* mostra-se como o item mais frequente, não somente entre os NG [+hum], mas também entre os demais itens analisados nesta pesquisa. Esse nome apresentou um total de 506 ocorrências, representando 35,2% das ocorrências não sexistas. No estado de Minas Gerais, esse nome mantém a tendência dos demais nomes gerais, com exceção de *ser(res) humano(s)*, apresentando crescimento. O uso de *pessoa(s)* cresceu de 125 para 200 ocorrências no estado mineiro entre 2011 e 2017, uma mudança de 60% entre os dois anos.

No estado do Rio Grande do Sul, por outro lado, o item *pessoa(s)* apresenta uma redução no número de ocorrências no período analisado. O número de usos passa de 110 em 2011 para 71 em 2017, o que representa uma redução de 35,5% na sua frequência. Essa redução na

quantidade de usos do nome *pessoa(s)* tira dele a posição de item mais frequente entre os NG [+hum] nesse contexto, ocupada pelo nome *povo*.

A grande frequência desse item relaciona-se ao elevado grau de gramaticalização em que esse nome se encontra. Estudos apontados anteriormente no capítulo 2, como de Amaral e Ramos (2014), Amaral (2013a, 2013b, 2017) ou Amaral e Mihatsch (2016), já tratam de modo mais detalhado a respeito desse nome, que representa, entre os nomes gerais para referência a seres humanos, talvez o exemplo prototípico de uso de formas nominais para indeterminação dos referentes sobre os quais se fala (AMARAL, 2013a). Sendo assim, o elevado número de ocorrências do nome *pessoa* como estratégia de referência a homens e mulheres (uso não sexista) é reflexo dos processos de mudança pelos quais esse item passa, o que o coloca como uma das principais variantes para substituição do uso do masculino genérico.

4.1.6 Médias de usos por parlamentares

Com objetivo de compreender a distribuição dos usos considerados *sexistas* e *não sexistas* entre os/as parlamentares da pesquisa, serão apontados os cálculos das médias de cada um desses tipos de usos por parlamentar. A análise das médias se dará pela divisão de deputados e deputadas em dois grupos: parlamentares com mandatos nas duas legislaturas (2011 e 2017), e parlamentares com apenas um mandato (2011 ou 2017), a fim de avaliar a influência dos indivíduos, reeleitos entre as legislaturas ou eleitos apenas em uma delas.

4.1.6.1 Parlamentares da ALMG

A partir das informações relacionadas na tabela 21 do Apêndice D, pôde-se apontar os dois grupos, o primeiro sendo aquele que relaciona todos os deputados ou deputadas que tiveram mandatos nas duas legislaturas estudadas (17 parlamentares), e o segundo grupo formado por parlamentares com apenas um mandato, ou em 2011, ou em 2017 (48 parlamentares). Seguindo essa divisão, foi feito o cálculo das médias de usos realizados (sexistas ou não), cujos resultados estão organizados nas tabelas 11 e 12:

Tabela 11 – Médias de usos entre parlamentares com mandatos em duas legislaturas (ALMG)

Minas Gerais		
	2011	2017
Sexista	16,0	28,8
Não sexista	9,7	15,4

Fonte: o autor.

Tabela 12 – Médias de usos entre parlamentares com mandato em uma legislatura (ALMG)

Minas Gerais		
	2011	2017
Sexista	11,1	14,5
Não sexista	7,4	16,1

Fonte: o autor.

A partir das informações apontadas, tanto na tabela 11 quanto na tabela 12, nota-se que a variação média de usos considerados *sexistas* e também *não sexistas* apresentou crescimento no estado mineiro. Contudo, nota-se que, entre os/as parlamentares com mandatos nas duas legislaturas, o crescimento de usos sexistas destaca-se como maior quando comparado com o crescimento entre parlamentares com apenas um mandato. Por outro lado, ao se considerar os usos classificados como não sexistas, a variação entre os deputados e deputadas com apenas um mandato se mostra maior. Desse modo, é possível supor uma possível influência das pessoas eleitas para a 18ª legislatura (2014-2018) no uso de uma linguagem mais inclusiva, pois eles apresentam menor uso de variantes sexistas e maior uso de variantes não sexistas, ainda que os usos sexistas também tenham crescido entre esses indivíduos.

A fim de refinar esses valores, as tabelas 13 e 14 apresentam os cálculos das médias, igualmente estratificados, porém desconsiderados os valores referentes ao uso dos nomes gerais. Esse recorte permite compreender o uso de uma linguagem inclusiva sem o emprego dos NG [+hum] como estratégia.

Tabela 13 – Médias de usos entre parlamentares com mandatos em duas legislaturas desconsiderados os NG [+hum] (ALMG)

Minas Gerais		
	2011	2017
Sexista	16,0	28,8
Não sexista	3,5	5,2

Fonte: o autor.

Tabela 14 – Médias de usos entre parlamentares com mandato em uma legislatura desconsiderados os NG [+hum] (ALMG)

Minas Gerais		
	2011	2017
Sexista	11,1	14,5
Não sexista	4,7	5,2

Fonte: o autor.

Os valores médios de usos considerados sexistas expressos nas tabelas 13 e 14 se mantêm invariáveis pois a retirada dos NG [+hum] modifica apenas os usos não sexistas. A variação nos usos considerados inclusivos apresenta uma tendência similar aos valores médios quando considerados os nomes gerais, porém o crescimento das médias entre os dois anos mostra-se menor, influenciada pela forte presença dos NG [+hum] como estratégia usada.

É possível ressaltar, portanto, que as tendências de variação e mudança indicadas anteriormente neste capítulo continuam e se confirmam pela análise das médias, independentemente do grupo de parlamentares (um ou dois mandatos). Em Minas Gerais, os valores relativos a usos inclusivos, isto é, usos não sexistas, apresentam crescimento de um período ao outro (variação impulsionada sobretudo pelo uso de NG [+hum]). Todavia o uso de uma linguagem classificada como sexista também tende a crescimento no estado entre todos e todas parlamentares, o que pode ser avaliado como uma menor preocupação sobre o uso de uma linguagem menos sexista.

4.1.6.2 Parlamentares da ALRS

Esta seção abordará os mesmos recortes propostos na seção anterior, focalizando, contudo, os dados referentes aos deputados e deputadas do estado do Rio Grande do Sul. Ao

final será possível uma comparação entre os resultados dos dois estados. A tabela 22 do apêndice E apresenta os valores de usos, sexistas e não sexistas, estratificados por parlamentares e que serviram para o cálculo das médias analisadas.

O total de deputados e deputadas com mandatos nas duas legislaturas foi de 15 parlamentares no estado gaúcho, já os/as parlamentares com apenas um mandato, 2011 ou 2017, foram um total de 55 parlamentares. As tabelas 15 e 16 apresentam os cálculos das médias dos usos, isolados parlamentares com dois ou um mandato, respectivamente:

Tabela 15 – Médias de usos entre parlamentares com mandatos em duas legislaturas (ALRS)

Rio Grande do Sul		
	2011	2017
Sexista	14,7	11,2
Não sexista	5,1	6,9

Fonte: o autor.

Tabela 16 – Médias de usos entre parlamentares com mandato em uma legislatura (ALRS)

Rio Grande do Sul		
	2011	2017
Sexista	10,3	11,3
Não sexista	6,5	11,2

Fonte: o autor.

A partir dos valores observados nas tabelas 15 e 16, pode-se verificar, pelas médias dos usos, um cenário que corrobora as informações apresentadas anteriormente de que, de modo geral, os dados do Rio Grande do Sul apontam para um aumento do emprego de estratégias consideradas não sexistas, acompanhado de uma redução, ainda que pequena, de usos não inclusivos, ou seja, sexistas.

Entre os deputados e deputadas com mandatos nas duas legislaturas, nota-se uma sensível redução nas ocorrências sexistas, acompanhada de um pequeno crescimento nos usos não sexistas. Já entre os/as parlamentares com apenas um mandato, nota-se um pequeno crescimento nos usos sexistas (uma diferença de 1,0 nas médias), porém, esses mesmos indivíduos representam um aumento considerável na média de usos não sexistas (uma diferença de 4,7 usos a mais por indivíduo entre 2011 e 2017). Essa variação indica a forte presença de

uma preocupação, entre os/as parlamentares eleitos para a 54ª legislatura da ALRS (2014-2018), no uso de uma linguagem que represente uma igualdade de gêneros.

Assim como realizado com os dados mineiros, as tabelas 17 e 18 contêm as médias de usos calculadas sem que fosse considerado o uso dos NG [+hum]:

Tabela 17 – Médias de usos entre parlamentares com mandatos em duas legislaturas desconsiderados os NG [+hum] (ALRS)

Rio Grande do Sul		
	2011	2017
Sexista	14,7	11,2
Não sexista	2,0	4,1

Fonte: o autor.

Tabela 18 – Médias de usos entre parlamentares com mandato em uma legislatura desconsiderados os NG [+hum] (ALRS)

Rio Grande do Sul		
	2011	2017
Sexista	10,3	11,3
Não sexista	3,0	4,9

Fonte: o autor.

A retirada dos nomes gerais do cálculo dos usos médios por parlamentares pouco altera a tendência de variação apresentada pelos dados do estado gaúcho, mantém-se o crescimento das estratégias não sexistas entre indivíduos com dois e com um mandato. Essa variação, contudo, mostra-se mais evidente entre os deputados e deputadas que se reelegeram entre as duas legislaturas (ainda que uma diferença média de aumento de apenas 0,2 usos entre os dois grupos), situação oposta quando considerados os nomes gerais (tabelas 15 e 16), em que os/as parlamentares eleitos apenas para a 54ª legislatura apontam maior uso da linguagem inclusiva. Essa alteração indica que o uso dos NG [+hum] como estratégia de nomeação de homens e mulheres está mais presente entre esses novos indivíduos eleitos, enquanto o uso das demais estratégias não sexistas é observado de modo muito próximo entre todas e todos parlamentares.

A comparação dos valores analisados com os aqueles expressos para o estado de Minas Gerais, na seção 4.1.6.1, indica que, no estado mineiro, embora as médias de usos não sexistas tenham apresentado resultados mais altos quando comparadas de um ano ao outro, parece haver

uma menor preocupação com a adoção de uma linguagem mais inclusiva entre homens e mulheres nos pronunciamentos realizados, pois há, também, um expressivo aumento de usos considerados sexistas, principalmente entre parlamentares que foram reeleitos entre as duas legislaturas estudadas. Por outro lado, esse cenário mostra-se sensivelmente diferente para os dados do Rio Grande do Sul, em que, apesar de as médias apontarem valores menos expressivos, há uma redução de usos sexistas entre aqueles indivíduos que se reelegeram de um mandato ao outro.

Dessa forma, a análise proposta permite reafirmar os resultados apontados nas seções anteriores sobre como o estado gaúcho tem apresentado uma tendência de mudança mais acentuada quando comparado ao estado mineiro, resultado possivelmente reflexo das políticas de inclusão e de igualdade de gêneros disseminadas pelo governo do Rio Grande do Sul, tomadas nesta pesquisa pela existência do MUNSL (TOLEDO et al., 2014) no estado gaúcho.

4.2 Análise qualitativa

Nesta seção, serão apresentadas as análises qualitativas realizadas a partir do recorte no conjunto de dados conforme critérios apontados e comentados na seção 3.3 do capítulo anterior. As análises ocorreram pela leitura, na íntegra, dos pronunciamentos realizados pelos deputados e deputadas. Essa etapa permitiu que fosse verificada, diretamente nos contextos de usos, a aplicação das estratégias não sexistas para referência a homens e mulheres de modo simultâneo, possibilitando uma compreensão mais clara do contexto de uso das variantes mencionadas ao longo desta pesquisa e de outras variantes que foram identificadas.

A partir da leitura dos textos, foi possível reconhecer diferentes estratégias, que foram classificadas em grandes grupos. Entre as estratégias não sexistas observadas nos textos, estão aquelas já exemplificadas ao longo de toda seção 4.1, como o uso de NG [+hum], a presença de duplicação de nomes e de duplicação de determinantes de nomes, etc. Identificou-se, também, a presença de outras estratégias, como o uso de nomes sem marcas morfológicas de gênero gramatical que identifique o sexo dos referentes, nomes representativos de conjuntos ou grupos, aplicação de pronomes, etc. As estratégias observadas serão relacionadas e analisadas a seguir.

4.2.1 Nomes sem marca morfológica que identifique o sexo dos referentes

Um conjunto de ocorrências observadas nos pronunciamentos foi classificado como nomes que, em sua estrutura morfológica, não apresentam morfemas flexionais de gênero, isto é, morfema que faça oposição entre masculino e feminino para identificação dos referentes. Os exemplos (75) a (77) ilustram parte dessas ocorrências:

- (75) Quem trabalha com criança e **adolescente** entende que esses não podem ser utilizados como mercado nem preço por esse consumismo do sistema capitalista. (MG11F-Liza Prado)
- (76) Pois este Estado, que gasta quase tudo com folha de pagamento, não tem **policiais** militares em número suficiente, não tem **policiais** civis em número suficiente, não tem eventualmente **profissionais** das áreas mais importantes para a população em número suficiente. (RS17M-Gabriel Souza)
- (77) Manifesto a minha alegria de integrar este seletto grupo de **representantes** do povo, 77 Deputados e Deputadas. (MG11F-Luzia Ferreira)

Os nomes destacados nos exemplos acima são classificados, pelas definições da GT, como *substantivos comuns de dois gêneros*, isto é, são nomes que não possuem morfema flexional de gênero, porém podem indicar, pela flexão de determinantes ou modificadores, uma representação do sexo dos referentes⁴². Esses nomes, quando empregados sem a presença de determinantes ou modificadores, portanto, podem ser entendidos como estratégia não sexista de referência a grupos de seres humanos, assim como observado nos exemplos extraídos dos dados analisados.

Nas análises quantitativas realizadas na seção 4.1 deste capítulo, nomes considerados comuns de dois gêneros desacompanhados de determinantes não foram contabilizados, pois havia, naquele momento, uma dificuldade de classificação mais clara desses itens. Porém, no momento de leitura qualitativa dos textos, foi possível observar que essa é uma estratégia produtiva para construção de referência a grupos formados por homens e mulheres, sendo, então, uma estratégia não sexista válida e possível de ser utilizada pelos falantes, o que nos levou a considerá-la como relevante para se pensar a elaboração de um uso menos sexista da língua.

⁴² Exemplo observado na análise e que representa um uso sexista desse tipo de nome: “[...] na medida em que há uma greve instalada no Estado e que está prejudicando não o governo do Sartori ou os deputados da base, mas sim **os estudantes gaúchos**”. (RS17M-Gabriel Souza).

Outras ocorrências identificadas nos dados são aquelas em que há um uso de nomes classificados, também por uma perspectiva da GT, como *substantivos sobrecomuns*. Os substantivos sobrecomuns, assim como dos nomes comuns de dois gêneros, não apresentam morfema flexional de gênero que identifique o sexo dos referentes. Contudo esses itens não apresentam a possibilidade de que essa identificação ocorra pela flexão de determinantes ou modificadores, uma vez que, para esses nomes, a concordância entre os elementos do sintagma nominal ocorre sempre com relação ao gênero gramatical do núcleo. Foram identificados apenas dois itens lexicais nesse sentido. Os exemplos (78) a (80) ilustram esses casos:

(78) Onde está o leite das **crianças** do Norte de Minas? (MG17M-João Leite)

(79) Parabenizo-o, e estamos aguardando a resposta desse acinte contra as **crianças** brasileiras, especialmente as que foram criadas nos nossos lares, com valores tão importantes. (MG11M-João Leite)

(80) A segunda é que temos de parar de produzir **vítimas**. (RS17F-Manuela D'Ávila)

O item lexical *criança*, e seu plural *crianças*, apresentou uma presença expressiva nos textos lidos, algo em torno de 29 ocorrências registradas, por outro lado, o item *vítimas*, exemplo (80), apresentou apenas essa ocorrência no recorte analisado.

O uso dos nomes descritos não foi uma estratégia identificada entre todos deputados e deputadas. Nas falas da deputada Ana Affonso, da ALRS, não foi possível identificar qualquer aplicação dessas estratégias de referência a homens e mulheres.

4.2.2 Duplicações

Uma sugestão de uso não sexista da língua, prescrita pelo MUNSL (TOLEDO et al., 2014) e também presente em outras obras similares, é a duplicação dos itens lexicais ao serem usados nos textos. Nessa situação, um nome ou o determinante de um nome será utilizado em suas formas masculina e feminina.

As duas situações propostas foram identificadas nos dados e representam a estratégia de uso não sexista com maior número de aplicações dentro do recorte analisado, apresentando um total de 100 usos aproximadamente. Os exemplos (81) a (83) indicam duplicações de nomes:

(81) Vou terminar, presidente, dizendo o seguinte: a crise fiscal de Minas, crônica, herdada do governo anterior, não pode ter como solução cair o ônus do sacrifício nas costas de cada **mineiro** e de cada **mineira**. (MG17M-André Quintão)

(82) Mas, vendo que há aqui muitos **professores** e muitas **professoras**, queria pedir a vocês que entrem no site da Assembleia Legislativa e deem uma olhada no plano proposto pelo governo; vejam como ele entra naquilo que pertence à escola, não ao governo. (MG17M-João Leite)

(83) Mais um dado, **senhoras** e **senhores** da Lava Jato, **atrizes** e **atores** daquele malfadado filme: vocês sabem quanto o governo arrecadou com o último leilão? (RS17-Tarcisio Zimmermann)

O exemplo (84) representa um uso interessante da estratégia de duplicação dos nomes:

(84) Este Parlamento tem que ter essa visão, uma visão máxima e não uma visão estreita daquilo que é legal, daquilo que é constitucional e daquilo que pode ser dúvida na cabeça dos **parlamentares**, **homens** e **mulheres** que estão aqui esta noite. (RS11F-Ana Affonso)

Há, no contexto acima, o uso de uma estratégia aparentemente sexista, pela aplicação do masculino genérico *os parlamentares*, porém há também a presença de um aposto explicativo que, pela duplicação entre os nomes *homens* e *mulheres*, apresenta um recorte no grupo de *parlamentares*, demarcando diretamente a existência de um grupo misto de pessoas. Esse tipo de construção foi considerado como um uso não sexista entre os dados analisados, tanto no recorte qualitativo quanto nas análises quantitativas.

A duplicação direta do item nominal expõe, talvez, uma das estratégias mais representativas na tentativa de inclusão de uma linguagem que marque a presença da mulher no discurso, pois é por meio da efetiva nomeação da mulher, nas formas femininas, que há um real reconhecimento de seu papel no texto, na língua e no contexto social.

Ademais, a duplicação apenas dos determinantes foi observada tanto em nomes comuns de dois gêneros, exemplo (85), quanto em nomes com morfemas flexionais de gênero, exemplos (86) e (87):

(85) Aqui estão os **nossos atletas** e as **nossas atletas**. Isso me deixa emocionado. Vocês estão vencendo obstáculos intransponíveis, porque sequer uma pista homologada há no Estado de Minas Gerais, neste gigante da federação brasileira. (MG17M-João Leite)

(86) Quantos servidores e servidoras vão se empenhar para que haja a recuperação **daquela** ou **daquele acidentado**? (MG17M-João Leite)

(87) Portanto, **Sras.** e **Srs. Deputados**, faço aqui um apelo pela magnitude que tem o projeto que estamos aprovando. (RS11F-Ana Affonso)

Os casos em que a duplicação de formas lexicais ou gramaticais ocorreu apenas no determinante foram predominantemente marcados pelo uso dos pronomes de tratamento *senhor(es)* e *senhora(s)*, acompanhando os nomes *deputado(s)* ou *parlamentar(es)*. Esse tipo de uso foi mais evidente entre os deputados e deputadas do estado do Rio Grande do Sul, com apenas 3 ocorrências identificadas nos dados mineiros. Essa diferença entre as localidades representa uma maior preocupação com a efetivação e a eficácia de uma política linguística, estando o estado gaúcho, na figura de suas e seus parlamentares, mais preocupado com o uso inclusivo da língua. Além disso, com relação ao seu posicionamento no texto, esses usos foram identificados de modo majoritário nos momentos iniciais ou finais⁴³ dos pronunciamentos.

O uso da estratégia de duplicação, do nome ou apenas dos determinantes, foi identificado entre todos os deputados e deputadas analisados neste recorte qualitativo dos dados, apresentando uma presença um pouco mais expressiva entre os/as parlamentares do estado gaúcho, com aproximadamente 61 usos duplicados diante de 40 usos para os dados mineiros. Destaca-se, contudo, que esses apontamentos numéricos não podem ser tomados como absolutos ou conclusivos, uma vez que não há, no recorte proposto, um balanceamento direto na quantidade total de dados visando a um equilíbrio da amostra, já que esse não foi o objetivo proposto para esse recorte.

4.2.3 Conjuntos de seres humanos

Alguns itens lexicais não analisados pelo recorte quantitativo foram identificados e classificados como nomes para referência a *conjuntos*, ou *grupos*, de pessoas com algum tipo de relação entre si, isto é, grupos de seres humanos identificáveis por alguma referência em comum partilhada entre eles. Embora alguns desses nomes tenham se mostrado suficientemente frequentes para integrarem a análise quantitativa, eles não compuseram tal recorte devido à dificuldade de classificação desses nomes nessa etapa da pesquisa. Com a leitura qualitativa, porém, foi possível compreender melhor o uso contextualizado desses nomes e seu funcionamento direto como estratégia não sexista de uso da língua. Os nomes classificados como de referência a conjuntos serão exemplificados e comentados a seguir:

⁴³ Foram considerados momentos iniciais ou finais, respectivamente, os trechos em que o deputado ou a deputada saúda a mesa e apresenta o assunto discursado, e quando há direta e explícita despedida e encerramento.

4.2.3.1 *classe trabalhadora*

O sintagma nominal *a classe trabalhadora* foi identificado nos textos como uma forma de se referir a um conjunto de trabalhadores e/ou trabalhadoras sem que fosse empregado o masculino genérico ou se recorresse ao uso de duplicações. Foram identificados dois casos, exemplos (88) e (89):

(88) Mas, democraticamente, respeito aqueles que pensam diferente, aqueles que querem o Estado mínimo, aqueles que querem sanear as finanças em cima da aposentadoria dos mais pobres, em cima do emprego dos mais pobres, em cima da **classe trabalhadora**. (MG17M-André Quintão)

(89) Aqui em Minas o ajuste fiscal não vai recair nas costas dos mais pobres e da **classe trabalhadora**. (MG17M-André Quintão)

4.2.3.2 *corpo técnico*

Foi encontrado, no recorte qualitativo, um uso da expressão *corpo técnico*. Esse uso foi considerado uma estratégia não sexista, pois ele é capaz de evitar o uso do item lexical *técnico(s)*, caso de masculino genérico e que incide com alta frequência nos dados estudados. Assim, a expressão *corpo técnico*, com referência a um conjunto de pessoas, é capaz de evitar a marcação de um recorte do sexo dos referentes que compõem esse grupo. O exemplo (90) refere-se à ocorrência analisada:

(90) O que está escondido aqui, pergunto aos senhores e às senhoras, atrás de um financiamento de mais de 645 milhões de reais que tem uma contrapartida de mais de 300 milhões de reais e que não pode ser mostrado para o **corpo técnico** da empresa Corsan? (RS17M-Tarcisio Zimmermann)

4.2.3.3 *direção*

O nome *direção* tem uso comum na língua para referência a um conjunto de pessoas que dirigem um determinado negócio, empresa ou outra estrutura organizacional. Esse nome foi identificado uma única vez no recorte proposto, o exemplo (91) indica esse uso:

(91) Mais do que isso, junto com a carta, pedem, respeitosamente, à **direção** da Corsan, que proporcione às áreas técnicas a oportunidade de conhecer esses projetos. (RS17M-Tarcisio Zimmermann)

O uso do item *direção* mostra-se como uma alternativa ao nome masculino *diretores* para referência a um conjunto de pessoas que compõem uma diretoria, que pode ser formada por homens ou mulheres. Importante comentar, entretanto, que, em alguns contextos, o nome *direção* pode ser empregado com uma acepção abstrata, sem fazer referência a seres humanos. Nesses contextos, o item refere-se à noção de administração ou gestão de empresas, por exemplo.

4.2.3.4 *equipe*

Foi identificado o uso do item lexical *equipe* para se referir a um conjunto de pessoas que trabalham em determinado local. No contexto analisado, o nome é aplicado para se referir às pessoas que atuam como funcionários e funcionárias das assembleias legislativas e que compõem um grupo de trabalhadores e trabalhadoras relacionado a um determinado deputado ou deputada. O exemplo (92) indica trecho com a aplicação dessa estratégia:

(92) Este ano, a Procuradoria da Mulher desta Casa, pela primeira vez, a partir da nossa **equipe** técnica formada por *funcionários* da Assembleia e a **equipe** do meu gabinete como procuradora, realizamos um estudo sobre a lei orçamentária e apresentamos uma série de emendas ao orçamento – e torcemos para que a relatora, uma mulher, a deputada Liziane Bayer, as acolha – que tiram dinheiro da publicidade e que visam ao investimento na rede de proteção à violência contra as mulheres, a Rede Lilás. (RS17F-Manuela D'Ávila)

No exemplo, é possível notar que, embora o uso do nome *equipe* seja retomado, e tenha seu sentido delimitado, em seguida, pela aplicação de um masculino, *funcionários*, ainda assim podemos identificar esse uso como referência a um grupo possivelmente formado por homens e mulheres. Essa análise é permitida uma vez que a deputada, ao usar o nome *equipe*, refere-se a um conjunto de pessoas que trabalham com projetos, ações e políticas voltadas para as mulheres. Espera-se, dessa forma, que esse seja um grupo composto majoritariamente por mulheres, já que essa é uma situação comum nesses tipos de equipes.

Todavia faz-se necessário destacar que o nome *equipe* tem um sentido próprio, isto é, esse nome é aplicado em contextos para se referir sempre a um conjunto de pessoas que, juntas, trabalham para determinado fim. Assim, embora esse nome possa ser usado para referência a conjuntos mistos de homens e mulheres, ele não será necessariamente sempre empregado como

uma estratégia que evite o uso de algum nome masculino. O recorte visto no exemplo (92) acima ilustra um contexto em que a referência não sexista é passível de interpretação.

4.2.3.5 *humanidade*

O nome *humanidade* foi empregado no recorte analisado como forma de se referir ao conjunto de todos os seres humanos em geral. Esse item, em outros usos, poderia se referir a características daqueles que são seres humanos, isto é, ao fato de as pessoas serem humanas. Os exemplos (93) e (94) ilustram o uso desse nome como uma estratégia não sexista:

- (93) Quando o debate é político, há, de um lado, aqueles que defendem o Estado mínimo, o Estado omissivo, o Estado que não provê direitos sociais, com a lógica de que o mercado resolve tudo, de que o capitalismo é o último estágio civilizatório da **humanidade**, de que o problema da pobreza é das pessoas; e defendem o governo da tesoura – corta, corta, corta, corta, corta –, porque o Brasil já está voltando com o mapa da fome, com desemprego de 12 milhões, 13 milhões, com mais de 5 milhões de pessoas em pobreza extrema. (MG17M-André Quintão)
- (94) Apesar de ser a primeira vitória, não vencemos ainda a guerra, mas ela mostra que é possível vencer essas forças. A história da **humanidade** não caminha para as trevas. (MG17M-João Leite)

Os usos nos exemplos são aplicações de uma estratégia que substitui o masculino genérico *o(s) homem(ns)*, forma de referência prevista pela GT e muito comumente aplicada em contextos similares.

4.2.3.6 *juventude*

O nome *juventude* é observado nos dados como estratégia de referência a um conjunto de pessoas com uma determinada faixa etária, jovens (homens ou mulheres). No contexto de uso do exemplo (95), há a construção de uma referência a um conjunto de pessoas, adolescentes, que participam de jogos olímpicos estudantis.

- (95) Certamente esse trabalho que está realizando para o esporte de Minas Gerais contribuirá bastante para as pessoas que realmente torcem para que tenhamos não só a Olimpíada e uma jogada temporária, mas também políticas públicas destinadas a essa **juventude** que tem ligação com o esporte. (MG11F-Liza Prado)

Já no contexto do exemplo (96), a fala da deputada refere-se a um projeto de lei ligado a políticas públicas de combate ao consumo de drogas, fazendo menção aos altos índices de jovens acometidos ou acometidas pelo vício em entorpecentes. Assim, a aplicação do nome *juventude* substitui o que poderia ser um uso sexista como *jovens gaúchos*.

(96) Imagino, companheiro, o que representa esse projeto para a **juventude** gaúcha. (RS11F-Ana Affonso)

4.2.3.7 liderança

O uso do nome *liderança(s)*, conforme exemplos de (97) e (98), aponta para uma interpretação ambígua. É possível afirmar que o nome esteja empregado como uma estratégia não sexista que evita a utilização do masculino genérico *os líderes*, caso que pode ser notado no exemplo (97).

(97) Eu estava na audiência, e um exemplo de falta de austeridade levantada foi a realização dos fóruns regionais, um espaço onde a população, movimentos sociais, **lideranças**, prefeitos e vereadores definem as prioridades. (MG17M-André Quintão)

Contudo a utilização desse nome pode indicar a referência não necessariamente a seres humanos, mas a funções e a posicionamentos de líderes dentro da organização da assembleia legislativa. O exemplo (98) representa um uso desse tipo:

(98) Pois quero saudar aqui a iniciativa das bancadas, das **lideranças**: a deputada Stela Farias, líder da bancada do meu partido, o Partido dos Trabalhadores; a deputada Manuela d'Ávila, líder do PCdoB; o deputado Pedro Ruas, líder do PSOL; e a deputada Juliana Brizola, que lança uma nota que diz exatamente isto, que a posição da Secretária do Tesouro Nacional desmente Sartori [...] (RS17M-Tarcisio Zimmermann)

De acordo com informação do site da ALMG, as lideranças são formadas por líderes. O líder “é o porta-voz de uma bancada e atua como intermediário dela junto aos órgãos da ALMG. Os líderes da Maioria, da Minoria, das bancadas e dos blocos parlamentares formam o Colégio de Líderes (artigo 73 do Regimento Interno)”⁴⁴. O uso do nome *liderança*, nesses contextos, portanto, não representa uma estratégia não sexista de uso da língua.

⁴⁴ Informação do site da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, disponível em: <<https://www.almg.gov.br/deputados/liderancas/index.html>>. Acesso em: 16 dez 2018.

A despeito das diferentes possibilidades de uso do nome *liderança(s)*, sobretudo no contexto de termos técnicos das casas legislativas, o seu emprego, como forma de se evitar um uso considerado sexista, é uma estratégia válida e prevista pelo manual de redação MUNSL (TOLEDO et al., 2014).

4.2.3.8 *mocidade*

Assim como o nome *juventude*, o item *mocidade* foi identificado como um uso de referência a um grupo de seres humanos caracterizados por uma determinada idade: jovens, homens ou mulheres. No contexto observado, esse nome se refere ao momento da adolescência de um conjunto de pessoas, sendo aplicado em contexto que poderia ser ocupado pelo masculino genérico *os nossos jovens*. O exemplo (99) aponta esse uso:

- (99) Existem outros apelos colocados permanentemente, diferentes dos apelos que vocês ouviram. Vocês tiveram o apoio da família, do treinador para que continuassem em frente. Não parem. Sejam exemplo excelente para a nossa **mocidade**. (MG17M-João Leite)

4.2.3.9 *oposição*

A identificação do nome *oposição* como uma estratégia de uso não sexista da língua mostrou-se, como o nome *liderança*, um uso ambíguo, porém ainda válido como forma de evitar o uso de itens lexicais classificados como sexistas. O nome, como visto no exemplo (100), pode se referir tanto a um grupo de pessoas que juntas formam um conjunto que se opõe ideologicamente a outro quanto para fazer referência a um conceito abstrato, de antagonismo de ideias, como por exemplo partidos políticos que se opõem a um governo.

Como estratégia não sexista, a aplicação do nome *oposição* pode ser feita como forma de se evitar expressões como *os opositores* ou *os deputados da oposição*.

- (100) Isso é interessante, pois este Parlamento possui uma norma, o Regimento Interno. Ontem houve algumas manifestações da **Oposição** nesta Casa. Parece que vamos ter de repensar a maneira pela qual vamo-nos tratar aqui. Lemos nas notícias de hoje que a **Oposição** está pichando Belo Horizonte. (MG11M-João Leite)

4.2.3.10 *polícia*

A análise qualitativa permitiu identificar o uso do item *polícia* como referência a um grupo de seres humanos sem um recorte do sexo dos referentes. Embora esse nome seja comumente empregado para referência à instituição da polícia enquanto corporação responsável pela segurança pública, a extensão de sentido para indicar *os* ou *as policiais* foi observada no texto, ainda que apenas em uma única ocorrência, conforme exemplo (101). Esse uso, portanto, indica uma possível estratégia não sexista para referência aos e às agentes de segurança pública.

- (101) Se se congela investimento em educação, em saúde, em assistência, em transferência de renda, a sociedade se brutaliza, torna-se mais violenta, cria-se mais tensão social, e aí vamos ficar discutindo aqui as consequências: mais presídios, mais centros de internação para adolescentes, mais **polícia** na rua. (MG17M-André Quintão)

4.2.4 Pronome indefinido

Uma estratégia identificada no momento da leitura qualitativa dos textos foi o emprego do pronome indefinido *alguém*. Esse item lexical está previsto pelo MUNSL (TOLEDO et al., 2014) e se caracteriza como estratégia muito recorrente para referência a seres humanos ou grupos de seres humanos sem que seja identificado o sexo dos referentes sobre quem se fala. Os exemplos (102) e (103) indicam usos desse nome como estratégia não sexista observada.

- (102) Se entra **alguém** agora neste plenário, senta nas galerias, **alguém** que não conhece essa história, **alguém** da assistência que está agora nos observando ou em casa, olhando a TV Assembleia, é possível que pergunte: Mas onde estão essas pessoas? (RS17M-Gabriel Souza)
- (103) Queria que **alguém** acompanhasse o deputado Antonio Carlos Arantes pelo Estado de Minas Gerais, trabalhando, vendo a situação. (MG17M-João Leite)

Além disso, durante a leitura qualitativa, foi observado que esse item, em alguns contextos, não pode ser interpretado necessariamente como sendo uma referência indefinida a seres humanos (sem identificação do sexo dos referentes), como no exemplo (104), que permite diferentes leituras:

- (104) Percebe-se isso até na depressão pós-parto, quando a mulher, sem companheiro ao seu lado para lhe dar apoio, fica com uma profunda tristeza. Além das questões emocionais que já são de esperar - dor, tristeza e outras coisas -, ainda falta o amor

de **alguém** para lhe dar atenção. Essas mulheres maravilhosas que conhecemos sofrem muito. (MG11F-Liza Prado)

Destaca-se que, no exemplo (104), há um uso ambíguo do pronome *alguém* como estratégia não sexista. Embora o pronome nos leve a interpretar que se refere a qualquer pessoa, o contexto tende a expressar que a mulher, em situação pós-parto, necessita da atenção de um companheiro, como marido ou parceiro afetivo. Essa interpretação restrita ao masculino, contudo, não é exaustiva, é possível apontar que o pronome *alguém* se refira sim, no exemplo (104), a qualquer pessoa, sem distinção de sexo. Ademais, apesar de o item *alguém* configurar frequente estratégia não sexista de referência a seres humanos, suas ocorrências não compuseram o conjunto de dados analisados quantitativamente, conforme comentado na seção 3.2 do capítulo anterior.

4.2.5 Nomes gerais [+hum]

O uso e o comportamento dos nomes gerais para referência a seres humanos, nos dados desta pesquisa, foram descritos e analisados anteriormente, bem como comentados de modo mais direto na seção 4.1.5. Porém, durante a leitura qualitativa do recorte realizado, notou-se a presença de mais dois itens lexicais classificados pela literatura linguística como NG [+hum]: *sujeito* e *indivíduo*.

O nome *sujeito* apresentou apenas uma ocorrência no recorte. Ela está apontada pelo exemplo (105):

- (105) O ex-ministro Miguel Rossetto, em artigo publicado hoje na Zero Hora, chama a atenção para o fato de que quem comemora esse assassinato da legislação é o atraso, a desigualdade, a secular e maldita cultura escravocrata de elites – não todas – incapazes de enxergar no trabalhador um **sujeito** de direitos. (RS17M-Tarcisio Zimmermann)

O nome *sujeito*, como visto acima, foi empregado como forma de retomar um nome masculino anterior *trabalhador*. No contexto do exemplo (105), embora o item *sujeito* aparentemente pudesse ser substituído por um nome como *pessoa*, seu uso está relacionado com uma área específica, a referência ao direito, uma vez que se expressa na forma *sujeito de direitos*, o que restringe essa relação direta entre os nomes *sujeito* e *pessoa*. O uso dos NG [+hum] no ordenamento jurídico é comentada por Amaral (2013b). Nesse texto, o autor discorre sobre como a expressão *sujeito de direito* não, necessariamente, se refere sempre a um ser humano, podendo ser empregada para constituir relação com entidades ou organizações, como

empresas. A aplicação do nome *sujeito*, no contexto acima, está relacionada diretamente ao tipo de texto analisado neste estudo e também ao teor do assunto discursado pelo parlamentar.

Com relação ao nome geral *indivíduo*, foram identificados dois usos desse nome para referência a grupos de seres humanos, exemplos (106) e (107):

(106) As relações de trabalho representam um aspecto importante nas relações sociais de gênero, e é no mundo do trabalho que homens e mulheres se enfrentam como **indivíduos**, aparentemente, livres e iguais. (MG11F-Luzia Ferreira)

(107) Estudos de modos de vida contemporâneos em sociedades complexas consideram que as identidades sociais dos **indivíduos** são, em grande medida, construídas mais expressivamente nos domínios do trabalho do que nas relações de família. (MG11F-Luzia Ferreira)

Os dois exemplos acima nos permitem visualizar como o nome geral *indivíduo* mantém uma relação próxima, assim como *sujeito*, de referências a seres humanos dentro de uma esfera ligada ao meio jurídico. Quando, no exemplo (106), a duplicação *homens e mulheres* é retomada pelo nome *indivíduos*, o contexto seguinte faz referência à questão das liberdades e dos direitos dessas pessoas enquanto sujeitos de direito. O contexto do exemplo (107) também mantém relação com essa questão, quando o nome *indivíduos* está relacionado à construção de uma identidade atrelada às relações sociais e ao meio do trabalho.

Interessante comentar, também, que a pouca frequência do item *indivíduos* nos textos estudados nesta pesquisa mostra-se como algo contrário ao que era esperado. Segundo Amaral (2013a) e discussões realizadas por Oliveira (2018), o uso do nome geral *indivíduo* parece estar mais atrelado a contextos formais e a pessoas com maior nível de escolarização, porém, ainda que os textos estudados nesta pesquisa sejam contextos mais formais, o nome não teve frequência expressiva. Essa inconsistência possivelmente está relacionada ao tipo de texto estudado, o nome *indivíduo*, de modo geral, tenderia a estar mais relacionado a contextos de estudos científicos e não apenas a situações formais.

4.2.6 Casos especiais

Serão comentados dois casos identificados durante a leitura qualitativa. Apesar de os exemplos discutidos a seguir não terem como foco a identificação direta de estratégias para a construção de uma linguagem não sexista, eles expressam situações que se relacionam ao caráter pouco consistente do uso do masculino genérico como forma de referência a grupos de seres humanos quando formados por homens e mulheres.

Durante as leituras dos pronunciamentos do deputado Gabriel Souza, da ALRS, em novembro de 2017, foi identificado o trecho da fala que está transcrito no exemplo (108):

(108) [...] É com muita tristeza que venho a esta tribuna na tarde de hoje para relatar alguns fatos que V. Exas. devem ter conhecimento que ocorreram hoje pela manhã nesta Assembleia Legislativa, mais especificamente no nono andar, no meu gabinete parlamentar, onde trabalham **os servidores** contratados pela Assembleia Legislativa para prestarem serviços ao meu mandato [...] Ao chegar à reunião de líderes, recebi a notícia, por meio da **minha assessoria**, de que um grupo de sindicalistas, inclusive membros da direção do sindicato, havia invadido o meu gabinete parlamentar, sentado no chão e impedia as **minhas assessoras** de trabalharem [...] se querem atacar alguém, ofender, constranger a pessoa física do deputado Gabriel Souza ou de quem quer que seja, que pelo menos tenham a dignidade de o fazer diretamente a mim, e não **aos servidores** que trabalham em meu gabinete e muito menos às pessoas interessadas em procurá-lo [...] (RS17M-Gabriel Souza)

Nesse fragmento, notamos a construção da seguinte cadeia de referências a grupos de seres humanos: *os servidores* > *minha assessoria* > *minhas assessoras* > *os servidores*. Esses usos identificados nos permitem perceber que — embora o masculino genérico *os servidores* seja usado para se referir àqueles que trabalham no gabinete do deputado, que poderia ser um grupo de homens e mulheres, ou só de homens — esse nome é retomado pelo nome *assessoria* (entendido como um nome para referência a um grupo ou a uma função), que, em sequência, é retomado por *minhas assessoras* e posteriormente por *os servidores*. Essas referências nominais nos permitem verificar que, mesmo que todos os nomes, incluídos os usos do masculino genérico, refiram-se ao mesmo grupo de seres humanos, esse grupo é composto apenas por mulheres. Nota-se, assim, uma incoerência no uso do masculino genérico como forma geral de referência a homens e mulheres, uma vez que, pelo contexto, o uso das formas nominais femininas seria mais adequado.

O segundo uso considerado especial identificado durante a análise qualitativa está relacionado ao uso dos nomes *enfermeira* e *médico*. Os exemplos (109) e (110) trazem a aplicação desses nomes:

(109) Muitas vezes não temos o conhecimento necessário, ou seja, não sabemos, por exemplo, que o paciente precisa mudar de posição de duas em duas horas. E quem fiscaliza? A **enfermeira** está sobrecarregada e acaba não fazendo isso. Assim, a situação se complica, e a pessoa acaba falecendo por infecção hospitalar [...] (MG11F-Liza Prado)

(110) É um desafio para nós fazer com que esse direito seja respeitado, especialmente por pessoas que cuidam da saúde e deveriam acolher vocês. Por mais que tenhamos bons **médicos** e **enfermeiras**, *pessoas* maravilhosas, que dedicam sua vida à profissão, ainda há uma parcela ignorante que precisa de acompanhamento e treinamento constante. (MG11F-Liza Prado)

Considerando as definições já apontadas anteriormente a respeito do *masculino genérico*, de que as formas nominais, quando flexionadas no feminino, seriam de referência exclusiva a mulheres (forma marcada), o uso do nome *enfermeira*, no exemplo (109), indicaria a referência a apenas um grupo composto mulheres. Entretanto, o uso do nome *enfermeira* é feito de modo genérico, sem um referente específico. Nesse caso, a forma “correta” de se marcar essa construção seria o masculino, *enfermeiros*, já que é essa a forma considerada *não marcada* de acordo com o conceito de gênero gramatical apresentado.

A mesma situação ocorre no exemplo (110), em que, o uso dos nomes *médicos* e *enfermeiras* tem como objetivo a expressão de referentes indeterminados, contexto em que, pelas prescrições, deveriam ser empregadas as formas lexicais masculinas (empregada apenas em *médicos*).

Esses dois exemplos, (109) e (110), indicam uma leitura interessante feita a respeito das profissões ali demarcadas. Quando a falante utiliza a flexão masculina para médico e feminina para enfermeira, há, talvez, um reflexo de um estereótipo social desses indivíduos e suas profissões, em que médicos em geral são homens e enfermeiras são apenas mulheres; além de haver uma diferença na valorização social de cada uma dessas profissões e seus profissionais, situação refletida na escolha das formas nominais empregadas no contexto. Assim, a figura da mulher, além de ser invisibilizada por meio das escolhas lexicais, é relacionada mais frequentemente a espaços e a contextos geralmente menos valorizados socialmente. Essa situação, exemplificada nos trechos acima, reflete o que foi comentado anteriormente a respeito do poder social da língua e sua influência para perpetuação de desigualdades entre homens e mulheres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de uma linguagem menos sexista foi a reflexão central da qual se ocupou esta pesquisa. Foi possível analisar as diferentes formas de referência a seres humanos, mais especificamente a grupos constituídos por homens e mulheres de modo simultâneo. A pesquisa partiu dos entendimentos de movimentos sociais sobre a existência de um dito sexismo linguístico, em que nomes masculinos, compreendidos como formas não marcadas, seriam capazes de denotar referentes masculinos e femininos ao mesmo tempo, mas assim invisibilizariam a figura da mulher.

Foi possível a coleta, a análise e a descrição de pelo menos três grupos de variantes. Um grupo considerado sexista: o masculino genérico; e dois grupos considerados não sexistas: os NG [+hum] e as outras estratégias (entre elas a duplicação de nomes nas suas formas masculinas e femininas, a duplicação de pronomes de tratamento, duplicação de determinantes de nomes etc.).

Com relação ao fenômeno estudado, notou-se um processo de variação com tendência à mudança, propendendo ao aumento de uso de formas linguísticas inclusivas entre os sexos, homens e mulheres. Entre os anos de 2011 e 2017, houve um sensível crescimento no uso de estratégias não sexistas: foram identificados 618 usos não sexistas em 2011, valor que passou para 820 usos em 2017.

Esse crescimento mostrou-se mais evidente nos dados do estado do Rio Grande do Sul, onde o aumento de usos não sexistas foi acompanhado da redução de usos sexistas. Por outro lado, o estado de Minas Gerais apresentou crescimento dos usos classificados como sexistas. Essa diferença pode ser percebida como a presença mais forte de uma preocupação com o uso da língua como instrumento de igualdade entre homens e mulheres no estado gaúcho, atitude possivelmente relacionada às políticas estaduais nesse sentido.

A partir do cálculo da média de usos sexistas e não sexistas entre os parlamentares de cada estado, notou-se que, embora Minas Gerais tenha apresentado médias mais elevadas com relação a um uso não sexista da língua (valores influenciados sobretudo pelo uso de NG [+hum]), quando comparado ao Rio Grande do Sul, o estado também apresentou crescimento médio por parlamentar dos usos sexistas, sobretudo entre os/as parlamentares reeleitos nas duas legislaturas analisadas. Essa situação indica possivelmente uma menor preocupação com o uso de uma linguagem plenamente inclusiva no estado mineiro.

Por outro lado, as médias por parlamentar no estado gaúcho apresentaram crescimento de usos não sexista, e pequena redução de usos sexistas entre parlamentares reeleitos. Dessa

forma, os resultados, tanto das médias de usos quanto do número de ocorrências, apresentam uma tendência de mudança mais acentuada no Rio Grande do Sul quando comparado ao estado de Minas Gerais.

Esses resultados respondem o questionamento inicial sobre a possível influência de um manual de redação que prescreve regras de uso da língua. Assim, os resultados estão possivelmente influenciados pelas políticas de igualdade de gêneros disseminadas pelo governo do Rio Grande do Sul, sendo a existência do MUNSL uma dessas políticas, uma vez que o guia prescritivo é fruto de um conjunto de esforços públicos para igualdade de gêneros.

Com relação aos NG [+hum], foi possível a análise quantitativa de seis nomes gerais, sendo eles: *gente*, *humanos*, *pessoa(s)*, *pessoal*, *povo* e *ser(res) humano(s)*. Esses nomes representaram 981 usos do total de 3680 ocorrências, o que corresponde a 26,7% de todos os dados analisados na pesquisa.

Especificamente os contextos classificados como *não sexistas* totalizaram 1438 ocorrências, sendo os nomes gerais 68,2% desse total, o que corrobora pesquisas anteriores sobre a alta frequência desses nomes, bem como indica sua importante relevância para a construção de uma linguagem não sexista. Assim, os NG [+hum] mostraram-se como estratégia produtiva para eliminação do uso do masculino genérico.

Nos dados do estado de Minas Gerais, os NG [+hum] ocorreram de forma mais numerosa e representam a estratégia não sexista com maior preferência quando comparados aos usos desses nomes no estado do Rio Grande do Sul. Em Minas, entre 2011 e 2017, houve um aumento percentual e absoluto no uso dos nomes gerais analisados, já no estado gaúcho, apesar de ter ocorrido aumento absoluto na frequência desses nomes, percentualmente houve uma redução, situação impulsionada pela presença mais frequente de outras estratégias não sexistas para referência a homens e mulheres.

Com relação aos contextos sexistas em que a aplicação de um nome geral poderia ser feita para se evitar o uso de um nome masculino genérico, sem que ocorresse prejuízo de sentido, foi identificado que em 39,3% dos casos a aplicação de um NG [+hum] poderia ser realizada. Desse modo, podemos apontar que o uso desses nomes desempenha papel sensivelmente relevante para a construção de uma linguagem que seja menos sexista.

Entre os NG [+hum] analisados quantitativamente, o nome *pessoa(s)* mostrou-se o mais frequente, com 506 ocorrências, seguido do nome *povo*, com 351 ocorrências nos dados. Por outro lado, os nomes *humanos* e *ser(res) humano(s)* mostraram-se como os menos frequentes, com 2 e 18 ocorrências respectivamente. A baixa frequência desses nomes está diretamente relacionada ao seu caráter mais formal, pois eles tendem a ocorrer mais em textos acadêmicos

e científicos, conforme Amaral (2017). Já a alta frequência de *pessoa(s)* e *povo* tem relação com a origem dos dados, pois é muito comum que parlamentares usem tais nomes para fazer referência a cidadãos e cidadãs. Além disso, o elevado número de ocorrências do nome *pessoa(s)* como estratégia de referência a homens e mulheres (uso não sexista) é reflexo dos processos de mudança (gramaticalização) pelos quais esse item passa, o que o coloca como uma das principais variantes para substituição do uso do masculino genérico.

No que concerne à análise qualitativa, foi possível observar cinco estratégias de construção de uma linguagem menos sexista, isto é, formas de se evitar o uso do masculino genérico, sendo elas:

- a) *Nomes sem marca morfológica que identifique o sexo dos referentes*: essa estratégia apresentou o uso de substantivos comuns de dois gêneros, como *policiais*, *adolescentes*, *profissionais*, sem que fosse usado determinante que delimita o sexo do referente como masculino ou como feminino; e ocorreu também pelo uso de substantivos sobrecomuns, como *crianças* e *vítima*.
- b) *Duplicações*: a estratégia ocorreu pela duplicação dos núcleos de sintagmas nominais em nomes masculinos e femininos, duplicação de determinantes para nomes comuns de dois gêneros, uso de aposto explicativo de nome masculino genérico. Essa estratégia mostrou-se como a mais frequente entre todos os dados analisados, sendo uma das principais formas de construção de uma linguagem não sexista.
- c) *Conjuntos de seres humanos*: foi identificado o uso de nomes com traços coletivos para referência a conjuntos de seres humanos, sendo eles *classe trabalhadora*, *corpo técnico*, *direção*, *equipe*, *humanidade*, *juventude*, *liderança*, *mocidade*, *oposição* e *polícia*. Destaca-se que os nomes *equipe*, *liderança* e *oposição*, embora possam ser usados como estratégia que evite o uso de um nome masculino, não necessariamente foram interpretados dessa maneira, pois são nomes que podem apresentar sentido específico e podem ser empregados como termos especializados de um determinado contexto ou área.
- d) *Pronomes indefinidos*: observou-se o emprego do pronome indefinido *alguém* como uma possível estratégia de construção de uma linguagem não sexista. O pronome é

utilizado para referência a seres humanos ou grupos de seres humanos sem que seja identificado o sexo dos referentes sobre quem se fala.

e) *NG [+hum]*: foi possível verificar o uso de dois nomes gerais não contemplados pela análise quantitativa, sendo eles *indivíduo* e *sujeito*. O nome *indivíduo* apresentou baixa frequência, situação possivelmente relacionada ao tipo de dados analisados, já que esse nome é mais frequente em textos escritos, acadêmicos e científicos. O nome *sujeito* apresentou uma ocorrência, contudo ela, no contexto identificado, não pôde ser analisada como estratégia de uso não sexista, pois o nome ocorreu na expressão *sujeito de direitos*, que, segundo Amaral (2013b), tem sentido próprio dentro da linguagem especializada do Direito.

Foram identificados dois casos especiais que, embora não se apresentem diretamente como estratégias de usos não sexistas da língua, exemplificam o caráter pouco consistente do masculino genérico como forma de referência a grupos de seres humanos quando formados por homens e mulheres: a cadeia de referências a grupos de seres humanos *os servidores > minha assessoria > minhas assessoras > os servidores*; e o emprego dos nomes *médicos* e *enfermeira(s)*. Esses dois últimos nomes, com o emprego do gênero feminino em *enfermeira(s)* como genérico, no contexto analisado, refletem um estereótipo a respeito das profissões e seus profissionais e colocam em questão a estabilidade do uso do masculino genérico como forma não marcada.

Faz-se necessário destacar também algumas propostas de uso da língua de modo inclusivo, mas que não foram identificadas entre os dados analisados nesta pesquisa, como o uso de um morfema de gênero gramatical neutro *-e*, como em *todes*, ou sinais gráficos, como em *tod@s* e *todxs*, apontados por Lagares (2018) e Mäder e Severo (2016). Propostas como essas se configuram como mudanças mais difíceis de implementação, pois são modificações mais profundas na estrutura morfossintática da língua, e, como o uso dos sinais gráficos ‘x’ e ‘@’, não possuem representatividade fonológica, estando mais relacionadas ou até mesmo restritas a usos escritos da língua e, algumas vezes, a contextos pouco formais.

Essas sugestões de usos linguísticos, todavia, são correntes em alguns grupos de movimentos sociais, como grupos feministas e grupos LGBTQ, e em geral são justamente essas propostas que são alvos de críticas contra uma linguagem inclusiva (duplicações e o uso de nomes gerais pouco são colocadas em questão nos discursos contrários ao ativismo linguístico). Tais questionamentos sobre a efetividade, ou mesmo necessidade, das mudanças propostas

encontram terreno fértil nesses usos que podemos considerar como mais “agressivos” ao sistema linguístico, sobretudo com relação à fala, devido à maior dificuldade de implementação efetiva de tais mudanças como elementos naturais de uma língua.

É importante considerar, como destacado também por Mäder e Severo (2016), que as mudanças linguísticas estão condicionadas ao processo de avaliação e encaixamento. Assim, propostas de mudança em nível lexical, como as analisadas neste trabalho, possuem melhor encaixamento e possibilidade de variação e mudança, além de serem menos estigmatizadas, o que não ocorre com algumas outras estratégias sugeridas, como comentado acima.

Por fim, é imprescindível analisar a questão da efetividade da prescrição de normas de uso para a construção de uma linguagem não sexista. Salienta-se que as análises desenvolvidas neste trabalho partiram de dados empíricos coletados em situações reais de fala. Ainda que sejam dados de fala cuidada, pouco espontânea, todas as 1438 ocorrências classificadas como não sexistas representam usos naturais do sistema linguístico, aceitos pelas prescrições de uma norma-padrão e previstos pelas normas prescritivas dos manuais de redação, que representam o ativismo por uma linguagem menos sexista.

Nesse sentido, compreendemos que, por um viés da teoria da variação e mudança, sobretudo das mudanças em nível lexical, a implementação de um uso da língua que seja inclusivo se faz factível e está, aparentemente, ocorrendo, ainda que em ambientes mais formais e de forma lenta. Dessa maneira, é possível apontar que as mudanças exemplificadas estejam sim relacionadas às políticas linguísticas oriundas de um ativismo por uma linguagem igualitária entre homens e mulheres. O tema discutido tem se mostrado cada vez mais presente em nossas sociedades e, portanto, é indubitável a necessidade de se pesquisar a questão à luz de teorias como da variação e mudança linguística, buscando compreender e contribuir de algum modo com a questão.

Almeja-se, dessa maneira, que as discussões propostas e iniciadas nesta pesquisa despertem futuras análises a respeito do tema. Sugere-se, por exemplo, a ampliação de um conjunto de dados a ser analisado a respeito da variação e mudança no uso de formas recomendadas como não sexistas para além de contextos formais e/ou políticos, como recortado para este trabalho, bem como uma análise que considere a variação de uso de uma língua inclusiva entre homens e mulheres, recorte que não foi possível de ser realizado devido ao baixo número de mulheres parlamentares nos dados coletados. Além disso, o estudo dos nomes gerais de referência a seres humanos mostra-se como necessidade para se repensar as prescrições realizadas visando à eliminação de um sexismo linguístico, uma vez que esses itens revelaram seu importante papel na construção de uma língua inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AITCHISON, Jean. **El cambio en las lenguas: ¿progreso o decadencia?** Barcelona: Ariel, 1993.
- ALVAREZ, Marcos César. Sociedade, norma e poder: algumas reflexões no campo da sociologia. In: BAGNO, Marcos. **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002. p. 201-216.
- AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. Os nomes gerais em três localidades mineiras: Campanha, Minas Novas e Paracatu. **Todas as Letras-Revista de Língua e Literatura**, v. 15, n. 1, 2013a.
- AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. Os nomes gerais no ordenamento jurídico brasileiro. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 10, n. 3, p. 170-181, dez. 2013b. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2013v10n3p170/25934>>. Acesso em: 14 dez. 2018.
- AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. Estudio contrastivo de nombres generales para humanos en español y en portugués. **Linguística y Literatura**, n. 72, p. 54-79, 2017.
- AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; MIHATSCH, Wiltrud. Le nom français ‘personne’ en comparaison avec le portugais brésilien ‘pessoa’ et l’allemand ‘Person’ – des noms en voie de pronominalisation? **Actes du CMLF 2016 – 5e Congrès Mondial de Linguistique Française**. Les Ulis: SHS Web of Conferences, 2016. v. 27. p. 1-17.
- AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; RAMOS, Jânia Martins. **Nomes gerais no português brasileiro**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2014.
- ANTHONY, Laurence. **AntConc** (Version 3.5.6). Computer software. Tokyo: Waseda University. March 28, 2018. Build: 3519.
- AULETE, Caldas. Aulete Digital – **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa: Dicionário Caldas Aulete**, vs online. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2018.
- AUROUX, S. **Revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992 *apud* GARCIA, Dantielli Assumpção et al. A manualização do saber linguístico e a constituição de uma linguagem não sexista. **Línguas & Letras**, v. 17, n. 35. p. 86-106, 2016.
- AYALA CASTRO, M. Concepción; GUERRERO SALAZAR, Susana; MEDINA GUERRA, Antonia M. **Guía para un uso igualitario del lenguaje periodístico**. Málaga: Diputación, 2006.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. revisada, ampliada e atualizada conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BENGOECHEA BARTOLOMÉ, Mercedes. **Lengua y género**. Madrid: Síntesis, 2015.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **Teoria linguística: (teoria lexical e linguística computacional)**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BODELÓN GONZÁLEZ, Encarna; RUBIO CASTRO, Ana. **Lenguaje jurídico y género**. Sobre el sexismo en el lenguaje jurídico. Madrid: Consejo General Del Poder Judicial, 2012. 156 p.

BOSQUE, Ignacio. Sexismo lingüístico y visibilidad de la mujer. **Boletín de Información Lingüística de la Real Academia Española**, n. 1, p. 1-18, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. de Maria Helena Kühner. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. Lei nº 2.749, de 05 de abril de 1956. Dá norma ao gênero dos nomes designativos das funções públicas. **Diário Oficial da União**, 05/04/1956.

BRASIL. Lei nº 12.605, de 03 de abril de 2012. Determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas. **Diário Oficial da União**, 04/04/2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei Complementar PLP 188/2015. Altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a linguagem inclusiva na legislação e em documentos oficiais. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2052993>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

CAMBRAIA, César Nardelli. ANTINEOLOGISMO. **Revista de Estudos de Cultura**, n. 03, p. 65-74, 2015.

CAMERON, Deborah. Demythologizing Sociolinguistics: Why Language Does Not Reflect Society. In: JOSEPH, Jhon. E.; TAYLOR, Talbot J. (orgs.). **Ideologies of Language**. London/New York: Routledge, 1990 *apud* LAGARES, Xoán Carlos. **Qual política lingüística?** Desafios glotopolíticos contemporâneos. São Paulo: Parábola, 2018.

CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na era Vargas**: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil. Editora Unicamp, 2006.

CAPPEAU, Paul; SCHNEDECKER, Catherine. Gens, personne(s), individu(s) : trois saisies de l'humain. F. Neveu, P. Blumenthal, L. Hriba, A. Gerstenberg, J. Meinschaefer. **4ième Congrès Mondial de Linguistique Française**, Jul 2014, BERLIN, Allemagne. Volume 8, 2014 (8), pp.3027 - 3040, 2014. Disponível em: <<https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01058191>>. Acesso em: 16 dez 2018.

CASTILHO, Ataliba Teixeira. Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa. In: BAGNO, Marcos. **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002. p. 27-36.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989.

COELHO, Izete Lehmkuhl et al. **Para conhecer sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015.

COSERIU, Eugenio. **Teoría del lenguaje y lingüística general**. Madrid: Gredos, 1962.

COSERIU, Eugenio. **Lições de linguística geral**. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1980.

CORBETT, G. G. **Gender**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991 *apud* MÄDER, Guilherme Ribeiro Colaço. **Masculino genérico e sexismo gramatical**. 2015. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/158447>>. Acesso em: 16 dez 2018.

FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos. **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002. p. 37-61

FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria. **Para conhecer norma linguística**. São Paulo: Contexto, 2017.

FERGUSON, Charles A. Diglossia. Trad. Maria da Glória Ribeiro da Silva. In: FONSECA, Maria Stella V.; NEVES, Moema F. (orgs.). **Sociolingüística**. Rio de Janeiro: Eldorado, p. 99-118, 1974 *apud* LAGARES, Xoán Carlos. **Qual política linguística?** Desafios glotopolíticos contemporâneos. São Paulo: Parábola, 2018.

FIUZA, César. **Direito Civil: curso completo**. 15 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011 *apud* AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. Os nomes gerais no ordenamento jurídico brasileiro. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 10, n. 3, p. 170-181, dez. 2013b. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2013v10n3p170/25934>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

GABAS JÚNIOR, Nilson. Linguística histórica. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à linguística – domínios e fronteiras**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. v. 1, p. 77-103.

GARCIA, Dantielli Assumpção et al. A manualização do saber linguístico e a constituição de uma linguagem não sexista. **Línguas & Letras**, v. 17, n. 35. p. 86-106, 2016.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

HALLIDAY, Michael A. K.; HASAN, Ruqaiya. **Cohesion in English**. London/New York: Longman, 1995 [1976].

IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. **Normas de apresentação tabular**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. 3. ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1993.

KLEIBER, Georges. Mais à quoi sert donc le mot chose? Une situation paradoxale. **Langue Française**, v. 73, p. 109-128, 1987. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lfr_00238368_1987_num_73_1_6431>. Acesso em: 21 nov. 2017.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Sobre a seleção do núcleo das formas nominais anafóricas na progressão referencial. In: NEGRI, Lúgia.; FOLTRAN, Maria José.; OLIVEIRA, Roberta

Pires. (Orgs.). **Sentido e significação**: em torno da obra de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004. p. 244-262.

KOCH, Peter; OESTERREICHER, Wulf. **Lengua hablada en la Romania**: español, francés, italiano. Madrid: Gredos, 2007 [1990].

LABOV, William. **The Social Stratification of English in New York City**. Washington. D.C.: Center for Applied Linguistics, 1966 *apud* LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução por: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Sherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução por: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Sherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LAGARES, Xoán Carlos. **Qual política linguística?** Desafios glotopolíticos contemporâneos. São Paulo: Parábola, 2018.

LAVANDERA, Beatriz R. Where does the Sociolinguistic Variable Stop? In: **Sociolinguistic Working Paper**, n. 40, Stanford University, Texas, 1977 *apud* COELHO, Izete Lehmkuhl et al. **Para conhecer sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015.

LOPES, Célia Regina dos Santos. A gramaticalização de a gente em português em tempo real de longa e de curta duração: retenção e mudança na especificação dos traços intrínsecos. **Fórum Linguístico, Florianópolis**, v. 4, n. 1, p. 47-80, 2004.

MÄDER, Guilherme Ribeiro Colaço. **Masculino genérico e sexismo gramatical**. 2015. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/158447>>. Acesso em: 16 dez 2018.

MÄDER, Guilherme Ribeiro Colaço; SEVERO, Cristine Gorski; Sexismo e políticas linguísticas de gênero, p. 245 -260. In: FREITAG, Raquel Meister Ko.; SEVERO, Cristine Gorski; GÖRSKI, Edair Maria. **Sociolinguística e Política Linguística**: Olhares Contemporâneos. São Paulo: Blucher, 2016. ISBN: 9788580391466, DOI 10.5151/9788580391466-12

MAHLBERG, Michaela. **English general nouns**: a corpus theoretical approach. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antonio; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Referenciação. In: JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi; KOCH, Ingedore. Grunfeld Villaça. **Gramática do português culto falado no Brasil**. v. 1, construção do texto falado. Campinas: UNICAMP, 2006, p. 380-399.

MENÉNDEZ MENÉNDEZ, Maria Isabel; CUERVO ALONSO, Isabel; GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Ángeles. **Lenguaje administrativo no sexista**. Sevilla: Instituto Andaluz de la Mujer, 2006.

MIHATSCH, Wiltrud. **Kognitive Grundlagen lexikalischer Hierarchien**: untersucht am Beispiel des Französischen und Spanischen. Tübingen: Max Niemeyer, 2006 *apud* AMARAL,

Eduardo Tadeu Roque; RAMOS, Jânia Martins. **Nomes gerais no português brasileiro**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2014.

MIHATSCH, Wiltrud. La sémantique des noms généraux ‘être humain’ français et allemands. In MIHATSCH, Wiltrud. y SCHNEDECKER, Catherine (Eds.). **Les noms d’humains: une catégorie à part ?** Stuttgart: Steiner, 2015, p. 55-84.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Que gramática estudar na escola?** Norma e uso na Língua Portuguesa. São Paulo: Contexto, 2003.

OLIVEIRA, Fernanda Carla. Do lexical ao gramatical: um estudo sobre o item indivíduo e seu processo de gramaticalização. In: COELHO, Sueli Maria (org.) **Gramaticalização e mudança linguística**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2018. p. 26-42. (Viva Voz).

PEREIRA, Luisa Rauter. In: FERES JÚNIOR, João. **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

PERINI, Mário A. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.

Polêmica idiomática: No al “todes”: la Real Academia Española le puso un freno al lenguaje inclusivo. **Clarín Sociedad**. 27 nov. 2018. Disponível em: <https://www.clarin.com/sociedad/todes-real-academia-espanola-puso-freno-lenguaje-inclusivo_0_Z7Xon96OQ.html>. Acesso em: 12 dez. 2018

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007 [1985].

TOLEDO, Leslie Campaner de et al. **Manual para o uso não sexista da linguagem**: o que bem se diz bem se entende. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034366/mod_resource/content/1/Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2018.

VICENTE, Alex. A França enfrenta o “perigo mortal” da gramática feminista. **El País**, Paris, 31 out. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/30/cultura/1509390000_354339.html>. Acesso em: 12 dez. 2018.

VILELA, Mário. **Estudos de lexicologia do português**. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução por: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1975].

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUADRO 9 – LISTA DAS MIL LEXIAS MAIS FREQUENTES NO CONJUNTO TOTAL DE DADOS

Quadro 9 – Lista das mil lexias mais frequentes no conjunto total de dados

#	item	#	item	#	item	#	item	#	item
1	deputado	201	valadares	401	partidos	601	ambiente	801	série
2	governo	202	conselho	402	durval	602	forte	802	via
3	estado	203	gustavo	403	honra	603	informação	803	acidente
4	presidente	204	obras	404	manhã	604	instituições	804	aires
5	sr	205	parlamentar	405	moral	605	naval	805	carreira
6	minas	206	rodrigues	406	santa	606	policiais	806	certa
7	grande	207	votação	407	caixa	607	transparência	807	combate
8	casa	208	claro	408	econômica	608	carnaval	808	dela
9	exa	209	drogas	409	petróleo	609	consciência	809	democrático
10	deputados	210	emendas	410	ato	610	debates	810	funções
11	ser	211	gestão	411	dificuldades	611	direção	811	fábrica
12	todos	212	acordo	412	grupo	612	enorme	812	juventude
13	gerais	213	vice	413	henrique	613	filhos	813	negociação
14	projeto	214	aqueles	414	jovens	614	franco	814	nobres
15	rio	215	proposta	415	líderes	615	geração	815	paz
16	sul	216	segundo	416	moura	616	jornal	816	pimenta
17	anos	217	militar	417	movimento	617	palestina	817	pozzobom
18	ordinária	218	ministério	418	reconhecimento	618	passada	818	profissional
19	sessão	219	amigo	419	revisão	619	pcdob	819	querido
20	lei	220	problemas	420	senhor	620	atuação	820	simon
21	governador	221	requerimento	421	sindicato	621	companheiros	821	trabalhador
22	federal	222	tribunal	422	colega	622	futebol	822	arantes
23	assembleia	223	valor	423	contrário	623	legal	823	bairro
24	obrigado	224	cidadão	424	diretor	624	negra	824	bordignon
25	brasil	225	humanos	425	emprego	625	recurso	825	comando
26	dia	226	senhores	426	força	626	responsável	826	corsan
27	comissão	227	brasileiro	427	vereador	627	rômulo	827	crítica
28	questão	228	homens	428	ângelo	628	simples	828	despesas
29	mulheres	229	importantes	429	carlin	629	telespectadores	829	diretora
30	trabalho	230	governos	430	dra	630	órgãos	830	diversas
31	legislativa	231	final	431	executivo	631	alexandre	831	jovem
32	pessoas	232	nova	432	leis	632	aprovação	832	médico
33	forma	233	raul	433	referência	633	assuntos	833	mérito
34	feira	234	salário	434	administração	634	autoria	834	pena
35	importante	235	contas	435	alegria	635	bancos	835	principais
36	saúde	236	funcionários	436	brasileiros	636	brum	836	produtor
37	pública	237	grandes	437	icms	637	classe	837	realização

38	reunião	238	imprensa	438	medida	638	confiança	838	rodoviário
39	público	239	mineiro	439	rural	639	copasa	839	solene
40	srs	240	participação	440	entidade	640	data	840	alimentação
41	tempo	241	passado	441	extraordinária	641	feliz	841	andrade
42	sras	242	alguma	442	longo	642	momentos	842	assoeva
43	cidade	243	gaúcha	443	países	643	obrigação	843	carinho
44	país	244	mineiros	444	professores	644	popular	844	claros
45	política	245	neves	445	renda	645	preço	845	denúncias
46	pt	246	pronunciamento	446	áreas	646	ptb	846	desejo
47	momento	247	agricultura	447	futuro	647	requerimentos	847	fatos
48	ano	248	causa	448	prática	648	único	848	feitas
49	aparte	249	horas	449	representantes	649	antonio	849	movimentos
50	orador	250	banco	450	administrativa	650	atividades	850	pequenas
51	oposição	251	civil	451	associação	651	deficiência	851	produtores
52	povo	252	mourão	452	deles	652	denúncia	852	relações
53	sociedade	253	porto	453	fundo	653	documento	853	situações
54	região	254	regimento	454	últimos	654	gaúchos	854	trilhão
55	todas	255	tarso	455	assistência	655	gênero	855	aspecto
56	relação	256	cemig	456	agosto	656	instituto	856	assentimento
57	todo	257	fernando	457	crescimento	657	juntos	857	autoridades
58	tribuna	258	investimentos	458	expediente	658	kandir	858	ação
59	outros	259	municipal	459	informações	659	milhares	859	casos
60	debate	260	papel	460	mão	660	obrigada	860	dignidade
61	especial	261	ação	461	polo	661	parceria	861	doutor
62	desenvolvimento	262	família	462	razão	662	patrimônio	862	dívidas
63	emenda	263	serviço	463	adão	663	pereira	863	elétrica
64	respeito	264	tv	464	caminho	664	pretto	864	execução
65	situação	265	época	465	frederico	665	tiago	865	exmo
66	parte	266	criação	466	ideia	666	valores	866	expressão
67	revisado	267	espaço	467	instituição	667	vontade	867	justo
68	bancada	268	hospital	468	villaverde	668	criança	868	licitação
69	vida	269	maneira	469	comunidades	669	divinópolis	869	matérias
70	reais	270	qualidade	470	energia	670	edegar	870	mostra
71	toda	271	transporte	471	companheiro	671	esforço	871	negro
72	palavras	272	economia	472	condição	672	financiamento	872	oficial
73	deputada	273	número	473	diferente	673	gás	873	palácio
74	nacional	274	mandato	474	evento	674	mercado	874	parceiro
75	projetos	275	possível	475	federação	675	mundial	875	propaganda
76	social	276	sargento	476	noite	676	prazer	876	unidos
77	maior	277	vista	477	objetivo	677	profissionais	877	votos
78	direitos	278	alegre	478	presidenta	678	próximos	878	âmbito
79	joão	279	novo	479	regiões	679	quadro	879	abraço
80	líder	280	registro	480	estrutura	680	resultados	880	benefício
81	legislatura	281	você	481	manifestação	681	sávio	881	china
82	direito	282	júlio	482	professor	682	adalclever	882	corte
83	outro	283	ministro	483	comunicação	683	custo	883	estudo

84	população	284	setor	484	dele	684	fabiano	884	favorável
85	fato	285	brasília	485	ensino	685	instalação	885	inclusão
86	partido	286	favor	486	necessidade	686	juiz	886	infraestrutura
87	nome	287	pessoal	487	setores	687	risco	887	itamar
88	base	288	presentes	488	último	688	texto	888	justa
89	alguns	289	regime	489	anterior	689	total	889	mara
90	primeiro	290	iniciativa	490	capital	690	trânsito	890	metropolitana
91	discussão	291	luiz	491	federais	691	única	891	municipais
92	secretário	292	norte	492	pont	692	concurso	892	oliveira
93	municípios	293	reforma	493	assédio	693	contribuição	893	organização
94	educação	294	andré	494	conhecimento	694	delas	894	pares
95	servidores	295	brasileira	495	dificuldade	695	eleição	895	policial
96	tema	296	capacidade	496	estaduais	696	fundamentais	896	principal
97	dinheiro	297	início	497	medidas	697	gabinete	897	progressista
98	luta	298	serviços	498	pesquisa	698	gabriel	898	prol
99	exemplo	299	silva	499	recuperação	699	gastos	899	salarial
100	problema	300	gaúcho	500	resultado	700	giovani	900	serra
101	outras	301	mínimo	501	rs	701	greve	901	sério
102	feito	302	rede	502	ana	702	interessante	902	trecho
103	mulher	303	tipo	503	centro	703	menor	903	técnica
104	oportunidade	304	voto	504	duarte	704	minutos	904	vidas
105	leite	305	crianças	505	obra	705	natural	905	anvisa
106	estadual	306	lula	506	prazo	706	oradora	906	ciência
107	verdade	307	sartori	507	trabalhos	707	pequeno	907	contrato
108	vocês	308	secretária	508	acesso	708	produtos	908	delegada
109	segurança	309	vale	509	comissões	709	programas	909	delegadas
110	empresas	310	comunidade	510	crédito	710	propostas	910	determinado
111	trabalhadores	311	violência	511	democracia	711	reflexão	911	diretoria
112	justiça	312	genro	512	liderança	712	satisfação	912	dólares
113	assunto	313	ninguém	513	maiores	713	tecnologia	913	francisco
114	história	314	tratamento	514	novos	714	técnicos	914	helena
115	belo	315	conta	515	planejamento	715	anel	915	ibirité
116	ex	316	indústria	516	pré	716	central	916	intervenção
117	recursos	317	jorge	517	próximo	717	entendimento	917	longa
118	bom	318	meses	518	amigos	718	fazenda	918	lucro
119	políticas	319	representante	519	antunes	719	financeira	919	marques
120	parlamentares	320	senador	520	busca	720	fundação	920	mata
121	antônio	321	coisas	521	cidadãos	721	limite	921	natureza
122	horizonte	322	familiar	522	disposição	722	nobre	922	passo
123	parabéns	323	período	523	mineira	723	novas	923	pib
124	pouco	324	pimentel	524	mãe	724	pequenos	924	porta
125	defesa	325	preocupação	525	pdt	725	pergunta	925	real
126	presença	326	regional	526	santos	726	pinheiro	926	tolentino
127	pmdb	327	sociais	527	moreira	727	poucos	927	turismo
128	rogério	328	crise	528	servidor	728	previdência	928	argumento
129	estados	329	união	529	temas	729	ruas	929	avanços

130	parlamento	330	pauta	530	agricultores	730	universidade	930	chamada
131	públicas	331	realidade	531	arrecadação	731	vereadores	931	concessão
132	prefeito	332	gente	532	caro	732	aprovada	932	dado
133	fim	333	posição	533	competência	733	atitude	933	eleições
134	área	334	próprio	534	decreto	734	breitenbach	934	exma
135	fala	335	atual	535	encontro	735	exas	935	histórico
136	algumas	336	construção	536	modelo	736	fumo	936	microfone
137	escola	337	investimento	537	nível	737	fundopem	937	montes
138	processo	338	pagamento	538	opinião	738	média	938	políticos
139	dias	339	algum	539	orgulho	739	pobres	939	portugal
140	mundo	340	atendimento	540	pp	740	preferência	940	querida
141	município	341	bilhões	541	radares	741	sal	941	rua
142	questões	342	consumidor	542	visão	742	votado	942	superior
143	secretaria	343	homem	543	atividade	743	voz	943	transportes
144	correia	344	petrobras	544	contratos	744	zilá	944	venâncio
145	deputadas	345	presente	545	controle	745	apelo	945	colostro
146	empresa	346	decisão	546	difícil	746	cargo	946	criados
147	importância	347	necessário	547	filho	747	câncer	947	estudos
148	ações	348	bonifácio	548	interior	748	diversos	948	instrumento
149	plenário	349	congresso	549	lopes	749	espaços	949	inteiro
150	peessoa	350	cpi	550	números	750	familiares	950	membros
151	mesa	351	dados	551	prefeitura	751	jeito	951	miranda
152	condições	352	econômico	552	resposta	752	maconha	952	nação
153	polícia	353	lagoas	553	senge	753	mortes	953	necessidades
154	sistema	354	lugar	554	solidariedade	754	motivo	954	necessárias
155	coisa	355	orçamento	555	bechir	755	passos	955	notícia
156	constituição	356	hora	556	campanha	756	pescadores	956	psb
157	sra	357	mês	557	daniel	757	proposição	957	realizada
158	josé	358	pedido	558	equipe	758	proteção	958	século
159	dilma	359	república	559	grave	759	repasse	959	tarcisio
160	discurso	360	temer	560	interesses	760	salários	960	trabalhista
161	fiscal	361	aumento	561	liberdade	761	samba	961	vítimas
162	milhões	362	campo	562	lideranças	762	viegas	962	zimmermann
163	cargos	363	conjunto	563	piso	763	adilson	963	órgão
164	homenagem	364	possibilidade	564	alunos	764	feltes	964	aloísio
165	públicos	365	própria	565	aprovado	765	financeiro	965	cabo
166	sentido	366	compromisso	566	asthemg	766	folha	966	catarina
167	veto	367	deus	567	diferença	767	garantia	967	cobrança
168	apoio	368	entidades	568	igualdade	768	melhores	968	conquista
169	atenção	369	hospitais	569	luis	769	mãos	969	coordenador
170	dr	370	legislativo	570	miriam	770	oportunidades	970	corrupção
171	outra	371	pedro	571	prado	771	regionais	971	desafio
172	programa	372	político	572	relatório	772	roberto	972	distrito
173	carlos	373	senhoras	573	resolução	773	solicitação	973	empresários
174	paulo	374	souza	574	terra	774	torno	974	esperança
175	psdb	375	uso	575	banrisul	775	urgência	975	eventos

176 várias	376 cruz	576 carrion	776 última	976 felipe
177 audiência	377 interno	577 categoria	777 aproveit	977 ferreira
178 boa	378 palavra	578 certo	778 bancadas	978 formação
179 colegas	379 ribeiro	579 constitucional	779 carta	979 guedes
180 cidades	380 água	580 edson	780 chamado	980 limites
181 bloco	381 dalmo	581 empregos	781 clara	981 prejuízo
182 saúdo	382 presidência	582 experiência	782 consumo	982 preocupado
183 vários	383 produção	583 legislação	783 célio	983 primeiros
184 geral	384 seguinte	584 modo	784 daqueles	984 prof
185 maioria	385 cultura	585 redução	785 déficit	985 psol
186 responsabilidade	386 dito	586 representação	786 militares	986 refinaria
187 semana	387 esporte	587 sucesso	787 morte	987 rodovias
188 maria	388 famílias	588 troca	788 pacto	988 saudação
189 matéria	389 internacional	589 absurdo	789 pai	989 senado
190 aécio	390 interesse	590 atletas	790 apresentado	990 sustentável
191 escolas	391 plano	591 bandeira	791 betim	991 tamanho
192 ponto	392 prefeitos	592 crime	792 conteúdo	992 técnico
193 anastasia	393 solução	593 defensoria	793 coragem	993 unidade
194 censura	394 alguém	594 diálogo	794 devido	994 visita
195 câmara	395 quintão	595 escolar	795 dirigentes	995 zona
196 dívida	396 aquela	596 exercício	796 droga	996 alta
197 fundamental	397 aquele	597 impostos	797 especiais	997 análise
198 cumprimento	398 feita	598 lara	798 estradas	998 artigo
199 falta	399 função	599 marroni	799 fiscalização	999 cadeia
200 primeira	400 ordem	600 alto	800 gilberto	1000 caxias

Fonte: o autor.

**APÊNDICE B – TABELA 19 – USOS NÃO SEXISTAS EXCLUÍDOS OS NG [+HUM]
POR PARLAMENTARES NA ALMG**

Tabela 19 – Usos não sexistas excluídos os NG [+hum] por parlamentares na ALMG

Deputados/Deputadas - ALMG	Sexo	2011	2017	TOTAL
João Leite	Masculino	13	22	35
André Quintão	Masculino	-	15	15
Arlen Santiago	Masculino	-	14	14
Gustavo Valadares	Masculino	12	-	12
Gustavo Corrêa	Masculino	-	11	11
Duarte Bechir	Masculino	4	6	10
Luzia Ferreira	Feminino	10	-	10
Rogério Correia	Masculino	5	5	10
Antônio Jorge	Masculino	-	9	9
Bruno Siqueira	Masculino	9	-	9
Liza Prado	Feminino	8	-	8
Carlin Moura	Masculino	6	-	6
Carlos Mosconi	Masculino	6	-	6
Carlos Pimenta	Masculino	-	6	6
Luiz Carlos Miranda	Masculino	6	-	6
Paulo Guedes	Masculino	3	3	6
Gilberto Abramo	Masculino	5	-	5
Maria Tereza Lara	Feminino	5	-	5
Roberto Andrade	Masculino	-	5	5
Sargento Rodrigues	Masculino	1	4	5
Ulysses Gomes	Masculino	3	2	5
Bonifácio Mourão	Masculino	3	1	4
Fabiano Tolentino	Masculino	3	1	4
Paulo Lamac	Masculino	4	-	4
Rômulo Viegas	Masculino	4	-	4
Almir Paraca	Masculino	3	-	3
Angelo Oswaldo De Araújo Santos	Masculino	-	3	3
Anselmo José Domingos	Masculino	2	1	3
Antônio Carlos Arantes	Masculino	-	3	3
Célio Moreira	Masculino	1	2	3
Dirceu Ribeiro	Masculino	-	3	3
Pompílio Canavez	Masculino	3	-	3
Rosângela Reis	Feminino	3	-	3
Alencar Da Silveira Jr	Masculino	2	-	2
Douglas Melo	Masculino	-	2	2
Durval Ângelo	Masculino	-	2	2
Geraldo Pimenta	Masculino	-	2	2
Adalclever Lopes	Masculino	1	-	1
Antônio Júlio	Masculino	1	-	1
Dalmo Ribeiro Silva	Masculino	1	-	1
Doutor Wilson Batista	Masculino	-	1	1
Elismar Prado	Masculino	1	-	1

Emidinho Madeira	Masculino	-	1	1
José Henrique	Masculino	1	-	1
Vanderlei Miranda	Masculino	1	-	1
TOTAIS		130	124	254

Fonte: o autor.

**APÊNDICE C – TABELA 20 – USOS NÃO SEXISTAS EXCLUÍDOS OS NG [+HUM]
POR PARLAMENTARES NA ALRS**

Tabela 20 – Usos não sexistas excluídos os NG [+hum] por parlamentares na ALRS

Deputados/Deputadas - ALRS	Sexo	2011	2017	TOTAL
Tarcisio Zimmermann	Masculino	-	19	19
Gabriel Souza	Masculino	-	13	13
Frederico Antunes	Masculino	1	9	10
Altemir Tortelli	Masculino	-	9	9
Pedro Ruas	Masculino	-	8	8
Tiago Simon	Masculino	-	8	8
Bombeiro Bianchini	Masculino	-	7	7
Jeferson Fernandes	Masculino	-	7	7
Jurandir Maciel	Masculino	7	-	7
Pedro Pereira	Masculino	4	3	7
Juvir Costella	Masculino	-	6	6
Manuela D'ávila	Feminino	-	6	6
Raul Carrion	Masculino	6	-	6
Adão Villaverde	Masculino	3	2	5
Adilson Troca	Masculino	1	4	5
Ana Affonso	Feminino	5	-	5
Stela Farias	Feminino	-	5	5
Edegar Pretto	Masculino	4	-	4
Liziane Bayer	Feminino	-	4	4
Luiz Fernando Mainardi	Masculino	-	4	4
Miki Breier	Masculino	4	-	4
Alexandre Lindenmeyer	Masculino	3	-	3
Alexandre Postal	Masculino	3	-	3
Daniel Bordignon	Masculino	3	-	3
Gerson Burmann	Masculino	3	-	3
Juliano Roso	Masculino	-	3	3
Maurício Dziedricki	Masculino	-	3	3
Missionário Volnei	Masculino	-	3	3
Ronaldo Santini	Masculino	-	3	3
Silvana Covatti	Feminino	3	-	3
Catarina Paladini	Masculino	1	1	2
Jorge Pozzobom	Masculino	2	-	2
Juliana Brizola	Feminino	2	-	2
Luis Augusto Lara	Masculino	-	2	2
Marco Alba	Masculino	2	-	2
Regina Becker Fortunati	Feminino	-	2	2
Vilmar Zanchin	Masculino	-	2	2
Zilá Breitenbach	Feminino	2	-	2
Adroaldo Loureiro	Masculino	1	-	1
Cassiá Carpes	Masculino	1	-	1
Ciro Simoni	Masculino	-	1	1
Enio Bacci	Masculino	-	1	1

João Fischer	Masculino	-	1	1
Luciano Azevedo	Masculino	1	-	1
Miriam Marroni	Feminino	-	1	1
Nelsinho Metalúrgico	Masculino	1	-	1
Raul Pont	Masculino	1	-	1
Sérgio Turra	Masculino	-	1	1
Zé Nunes	Masculino	-	1	1
TOTAIS		64	139	203

Fonte: o autor.

APÊNDICE D – TABELA 21 – USOS SEXISTAS E NÃO SEXISTAS DISTRIBUÍDOS POR PARLAMENTARES EM MINAS GERAIS

Tabela 21 – Usos sexistas e não sexistas distribuídos por parlamentares em Minas Gerais

Parlamentares	Mandatos	2011		2017		TOTAL
		Não sexista	Sexista	Não sexista	Sexista	
Adalclever Lopes	1	2	8	-	-	10
Alencar Da Silveira Jr	1	6	2	-	-	8
Almir Paraca	1	3	1	-	-	4
André Quintão	2	1	10	35	84	130
Angelo Oswaldo De A. Santos	1	-	-	4	6	10
Anselmo José Domingos	2	2	7	10	19	38
Antônio Carlos Arantes	2	7	12	16	21	56
Antônio Jorge	1	-	-	51	57	108
Antônio Júlio	1	17	33	-	-	50
Arlen Santiago	1	-	-	45	24	69
Bonifácio Mourão	2	15	12	20	30	77
Bosco	1	2	3	-	-	5
Braulio Braz	1	-	-	-	2	2
Bruno Siqueira	1	9	8	-	-	17
Cabo Júlio	1	-	-	-	1	1
Carlin Moura	1	18	43	-	-	61
Carlos Henrique	1	-	2	-	-	2
Carlos Mosconi	1	9	2	-	-	11
Carlos Pimenta	1	-	-	17	12	29
Celinho Do Sinttrocel	2	-	6	6	2	14
Célio Moreira	2	6	11	4	8	29
Dalmo Ribeiro Silva	1	2	20	-	-	22
Délio Malheiros	1	1	2	-	-	3
Dirceu Ribeiro	1	-	-	3	7	10
Douglas Melo	1	-	-	20	18	38
Doutor Jean Freire	1	-	-	-	2	2
Doutor Viana	1	5	36	-	-	41
Doutor Wilson Batista	1	-	-	15	8	23
Duarte Bechir	2	15	17	36	55	123
Duílio De Castro	1	14	8	-	-	22
Durval Ângelo	2	1	13	12	13	39
Elismar Prado	2	3	10	2	5	20
Emidinho Madeira	1	-	-	11	14	25
Fabiano Tolentino	2	6	8	14	9	37
Fábio Cherem	1	-	1	-	-	1
Fred Costa	1	2	10	-	-	12
Geraldo Pimenta	1	-	-	8	5	13
Gilberto Abramo	2	11	2	1	2	16
Gustavo Corrêa	1	-	-	21	47	68
Gustavo Valadares	1	25	23	-	-	48

Ivair Nogueira	1	-	-	6	5	11
João Leite	2	33	27	43	48	151
João Vítor Xavier	1	5	9	-	-	14
José Henrique	1	1	3	-	-	4
Liza Prado	1	23	20	-	-	43
Luiz Carlos Miranda	1	7	8	-	-	15
Luiz Henrique	1	2	6	-	-	8
Luzia Ferreira	1	17	5	-	-	22
Maria Tereza Lara	1	7	5	-	-	12
Marília Campos	1	-	-	1	-	1
Paulo Guedes	2	12	15	11	26	64
Paulo Lamac	1	9	21	-	-	30
Pompílio Canavez	1	8	22	-	-	30
Roberto Andrade	1	-	-	7	9	16
Rogério Correia	2	26	82	9	43	160
Romel Anízio	1	-	2	-	-	2
Rômulo Viegas	1	9	21	-	-	30
Rosângela Reis	1	4	2	-	-	6
Sargento Rodrigues	2	12	27	34	91	164
Sávio Souza Cruz	1	9	11	-	-	20
Sebastião Costa	1	1	-	-	-	1
Tiago Ulisses	1	3	5	-	-	8
Ulysses Gomes	2	3	8	7	4	22
Vanderlei Miranda	2	3	5	1	-	9
Zé Maia	1	2	3	-	-	5
TOTAIS		378	617	470	677	2142

Fonte: o autor.

APÊNDICE E – TABELA 22 – USOS SEXISTAS E NÃO SEXISTAS DISTRIBUÍDOS POR PARLAMENTARES NO RIO GRANDE DO SUL

Tabela 22 – Usos sexistas e não sexistas distribuídos por parlamentares no Rio Grande do Sul

Parlamentares	Mandatos	2011		2017		TOTAL
		Não sexista	Sexista	Não sexista	Sexista	
Adão Villaverde	2	1	3	12	6	22
Adilson Troca	2	29	2	1	4	36
Adolfo Brito	1	4	1	-	-	5
Adroaldo Loureiro	1	3	3	-	-	6
Alexandre Lindenmeyer	1	18	13	-	-	31
Alexandre Postal	1	12	6	-	-	18
Altemir Tortelli	2	5	2	21	15	43
Ana Affonso	1	10	7	-	-	17
Any Ortiz	1	-	-	2	-	2
Bombeiro Bianchini	1	-	-	8	13	21
Carlos Gomes	1	9	-	-	-	9
Cassiá Carpes	1	15	5	-	-	20
Catarina Paladini	2	3	4	17	3	27
Ciro Simoni	1	-	-	7	3	10
Daniel Bordignon	1	32	8	-	-	40
Dr. Basegio	1	7	2	-	-	9
Edegar Pretto	1	14	5	-	-	19
Edson Brum	2	50	10	2	1	63
Elton Weber	1	-	-	2	4	6
Enio Bacci	1	-	-	18	3	21
Frederico Antunes	2	20	10	29	23	82
Gabriel Souza	1	-	-	31	31	62
Gerson Burmann	2	3	4	-	1	8
Gilberto Capoani	1	9	4	-	-	13
Gilmar Sossella	2	34	8	2	2	46
Giovani Feltes	1	18	11	-	-	29
Heitor Schuch	1	8	1	-	-	9
Jeferson Fernandes	2	8	5	14	25	52
João Fischer	2	13	3	9	4	29
Jorge Pozzobom	1	12	18	-	-	30
José Sperotto	1	5	5	-	-	10
Juliana Brizola	1	4	5	-	-	9
Juliano Roso	1	-	-	1	10	11
Jurandir Maciel	1	3	8	-	-	11
Juvir Costella	1	-	-	14	12	26
Liziane Bayer	1	-	-	9	6	15
Lucas Redecker	2	1	2	3	1	7
Luciano Azevedo	1	20	3	-	-	23
Luis Augusto Lara	1	-	-	11	5	16
Luis Fernando Schmidt	1	1	-	-	-	1

Luiz Fernando Mainardi	1	-	-	8	12	20
Manuela D'ávila	1	-	-	10	10	20
Márcio Biolchi	1	5	2	-	-	7
Marco Alba	1	10	2	-	-	12
Maria Helena Sartori	1	4	2	-	-	6
Marisa Formolo	1	13	7	-	-	20
Maurício Dziedricki	1	-	-	3	6	9
Miki Breier	1	14	22	-	-	36
Miriam Marroni	2	5	-	2	1	8
Missionário Volnei	1	-	-	6	10	16
Nelsinho Metalúrgico	2	21	2	-	8	31
Paulo Borges	1	3	-	-	-	3
Paulo Odone	1	1	-	-	-	1
Pedro Pereira	2	18	12	12	7	49
Pedro Ruas	1	-	-	17	20	37
Pedro Westphalen	1	3	-	-	-	3
Raul Carrion	1	10	13	-	-	23
Raul Pont	1	35	9	-	-	44
Regina Becker Fortunati	1	-	-	5	6	11
Ronaldo Santini	1	-	-	11	12	23
Sérgio Peres	1	-	-	1	-	1
Sérgio Turra	1	-	-	5	4	9
Silvana Covatti	1	-	3	-	-	3
Sr. Alceu Barbosa	1	8	3	-	-	11
Stela Farias	1	-	-	4	11	15
Tarcisio Zimmermann	1	-	-	61	44	105
Tiago Simon	1	-	-	25	16	41
Vilmar Zanchin	1	-	-	9	4	13
Zé Nunes	1	-	-	4	4	8
Zilá Breitenbach	2	9	5	22	3	39
TOTAIS		530	240	418	350	1538

Fonte: o autor.

APÊNDICE F – TRECHO DE TRANSCRIÇÃO COLETADA PELA PESQUISA**Trecho de transcrição coletada pela pesquisa**

14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/3/2011

Palavras do Deputado Adalclever Lopes

O Deputado Adalclever Lopes - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, boa- tarde. Vou iniciar o meu pronunciamento abrilhantando-o com um aparte do Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Adalclever Lopes - Sr. Presidente, quero, da tribuna, em primeiro lugar, agradecer pela forma como o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, recebeu os Deputados Estaduais. O Ministro recebeu ontem todo o Bloco Minas sem Censura. Na quinta-feira fomos eleitos Presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. Pedimos uma audiência e fomos atendidos prontamente pelo Ministro, que recebeu carinhosamente todos os aliados e adversários. Houve uma briga tamanha, que ele precisou fazer duas audiências. Ele disse que não havia problema, se era para atender a Minas Gerais. E acrescentou que, se havia alguma coisa que nos dividia - os partidos -, Minas Gerais nos unia. Ele atendeu em audiência pela manhã para dar as boas notícias e, à tarde, ele se encontrou com a Oposição para receber as críticas, às vezes construtivas, às vezes, não. Com muita paciência, recebeu todos democraticamente e mostrou que lá é um lugar aberto para todos os membros do Parlamento estadual ou federal. Lá também estavam Vereadores e Prefeitos. O Ministro mostrou a forma democrática como o governo Dilma trata todos os políticos que representam este Estado.

Contamos com a presença do Senador Clésio Andrade, do PR, que participou da audiência junto ao Bloco Minas sem Censura. Ele é o homem que mais conhece transporte no Brasil - posso dizer isso com propriedade -, e não é à toa que é o Presidente da Confederação Nacional dos Transportes. Ele deu contribuição imensa a nossa reunião, assim como os parlamentares federais do PT, do PCdoB e do PRB. O Ministro anunciou o maior aporte de recursos que Minas já recebeu, o que mostrou a mineiridade da Presidente Dilma, que demonstrou a que veio. A maior representação que temos no governo federal é a mineira, Presidente Dilma. O Ministro trouxe-nos a notícia de investimento de R\$2.000.000.000,00 para a BR-381, o qual será prioritariamente para o trecho mais complicado, ou seja, de Belo Horizonte a João Monlevade, onde morre gente todos os dias. Nessas pistas, há volume maior de carros, que ficaram mais velozes. Além disso, o número de veículos aumentou. Ele, com preocupação imensa, já

anunciou esse aporte de recursos e a previsão de apresentação do projeto e da licitação até maio. Receberemos R\$2.000.000.000,00. Quando perguntaram ao Ministro se os cortes atingiriam Minas, ele respondeu que não, que, pelo contrário, o Estado da Presidente Dilma receberia a maior parte dos investimentos.

A BR-040 é outro problema seriíssimo. O Ministro prontamente fez outro anúncio, junto ao Bloco Minas sem Censura. Saímos daquele local alegres, não é Deputados Antônio Júlio, Sávio Souza Cruz, Adelmo e Rogério, que conduziu brilhantemente a reunião, na qual estiveram presentes também vários Deputados Federais. Essa rodovia receberá R\$300.000.000,00 para restauração, adequação e melhoramentos. Amanhã, na sexta-feira, às 14 horas, na Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, será realizada a primeira audiência pública do DNIT, com apoio da população, a fim de se verificar a forma mais adequada de investimento para a rodovia BR-040. A Comissão de Transporte participará do evento. Essa Comissão estará toda representada. Há um detalhe interessante: o Ministro propôs que todas as audiências públicas no Estado de Minas Gerais tivessem o devido acompanhamento e que a Assembleia Legislativa participasse delas, ou seja, que a audiência pública fosse conjunta com esta Casa. Isso mostra o carinho dele com Minas e com esta Casa. Serão R\$300.000.000,00 para melhoramentos da saída de Belo Horizonte até Ressaquinha. [...]